ENSAIOS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

Ana Terra Reis
Andrea Francine Batista
[organizadoras]

OUTRAS EXPRESSÕES

Ensaios sobre a questão agrária

Ensaios sobre a questão agrária

Ana Terra Reis
Andrea Francine Batista
[organizadoras]

1ª edição
Outras Expressões
São Paulo – 2013

Copyright © 2013 by Editora Outras Expressões

Revisão Juliano Carlos Bilda e Dulcinéia Pavan
Capa e composição Krits Estúdio

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

E59 Ensaios sobre a questão agrária./ Ana Terra Reis; Andréa Francine Batista (org.).--1.ed.-- São Paulo : Outras Expressões, 2013.
184 p. : tabs., mapas.

Indexado em GeoDados - http://www.geodados.uem.br.
ISBN 978-85-64421-48-6

1. Reforma agrária. 2. Questão agrária. I. Reis, Ana Terra, Org. II. Batista, Andréa Francine (org.) III. Título.

CDD 307.242
CDU 333.013.6

Bibliotecária: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro
pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

Editora Outras Expressões Ltda.
Rua Abolição, 201 | Bela Vista | 01319-010 | São Paulo – SP
Tel (11) 3522-7516 | 4063-4189 3105 9500 | Fax (11) 3112 0941
expressaopopular.com.br | editora.expressaopopular.com.br | livraria@expressaopopular.com.br

Índice

Prefácio | 7
João Pedro Stedile

Apresentação | 9

O avanço do capitalismo na agricultura

As disputas territoriais no Maranhão | 13
Gilvânia Ferreira da Silva

O agronegócio na América do Sul: movimentos sociais e espacialização das transnacionais do grupo ABCD | 27
Andrea Francine Batista e Julciane Anzilago

Fatores estruturais do desenvolvimento do Brasil e América Latina | 45
Leonardo Bauer Maggi

Cartografia geográfica crítica e sua aplicação na leitura sobre o setor elétrico na bacia do Rio Uruguai | 61
Alexandra Borba da Silva

O papel do estado e a questao agrária

As políticas do Estado para a agricultura familiar e a expansão do agronegócio | 79
Álvaro Anacleto

Questão agrária e educação: uma reflexão a partir das relações do capitalismo, Estado e sociedade civil | 95
Vitor de Moraes

Sobre a luta, as políticas públicas e a emancipação | 109
Ana Terra Reis

A resistência de classe

A resistência camponesa protagonizada pelos movimentos sociais no Brasil | 125
Simone Silva Pereira

Questão agrária em questão | 137
Aelton Britto Silva

Plano Camponês: um projeto em construção | 151
Maria José da Costa

Relações de trabalho nos territórios da reforma agrária | 161
Nei Orzekovski

Prefácio

A teoria e prática de nossa militância social

Caros leitores e pesquisadores da questão agrária,

Estou muito feliz em poder escrever algumas linhas comentando esse esforço coletivo que reúne nesta coletânea, diversos ensaios de pesquisa sobre a questão agrária brasileira. Os autores são todos militantes de movimentos sociais da Via Campesina Brasil e mestrandos do curso de questão agrária realizado em parceria com a Unesp de Presidente Prudente.

Fico feliz pelo resultado desse esforço militante que, além de todas as suas tarefas do cotidiano em suas organizações, ousaram cursar um mestrado acerca da questão agrária em seus vários desdobramentos. Ao contrário de ativismo e desleixo, pode-se perceber a qualidade dos ensaios aqui reunidos em coletânea, nos quais nossos militantes-estudantes dedicaram-se com muito afinco para superar todas as dificuldades e ainda encontraram tempo e desprendimento para fazer suas pesquisas de campo, suas reflexões teóricas e nos devolverem ensaios sobre diversos aspectos da questão agrária brasileira.

Podemos realizar diversas avaliações ou reflexões sobre a natureza das pesquisas e o foco que escolheram. Porém, devemos concordar que todos os textos aqui apresentados revelam a seriedade e o compro-

misso dos estudantes em buscar pesquisar na realidade brasileira diferentes aspectos que compõem o cenário mais amplo e complexo da questão agrária.

A experiência de vida e de militância de cada um certamente foi um componente fundamental para que o objeto de estudo tivesse uma centralidade tão importante para entendermos a realidade. Assim, há diversos ensaios que aprofundam o estudo sobre como o capital está se desenvolvendo no domínio da produção agrícola. Há diversos ensaios refletindo sobre o papel do Estado e das políticas públicas e como elas afetam a vida dos camponeses. E há diversos ensaios reflexivos sobre a vivência dos movimentos camponeses. Desta forma, nossos leitores poderão não só ter uma ideia geral de diferentes aspectos que nos ajudam a entender a questão agrária brasileira, como podem viajar conosco ao mundo acadêmico da pesquisa de mestrandos que compartilham conosco sua própria experiência.

Finalmente, gostaria de ressaltar que esta coletânea reflete, de uma forma muito rica, o que todos nós almejamos nos movimentos sociais: a unidade entre a teoria e prática social. Para que daí surja uma práxis comprometida com a libertação dos camponeses e da classe trabalhadora brasileira; todavia, a partir de um profundo conhecimento da realidade. E o necessário desvendar da realidade depende, fundamentalmente, de nossa militância ter acesso e dominar com eficácia os conteúdos e o conhecimento científico. Pois, sem conhecimento não podemos interpretar a realidade. E sem interpretar a realidade não saberemos propor as necessárias e justas mudanças. Assim, essa coletânea é um espelho desse método de unir teoria e prática, e de brotar deste a síntese da práxis.

Espero que os leitores aproveitem muito as reflexões de nossos mestrandos e que estes sigam adiante pesquisando e militando, em seu que-fazer que é de colocar os conhecimentos científicos a serviço da classe trabalhadora camponesa e de suas distintas formas de organização.

Sigam pesquisando e organizando o povo!

João Pedro Stedile
São Paulo, março de 2013

Apresentação

Este livro é resultado da síntese de alguns estudos promovidos na I Turma de Mestrado em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, iniciativa da Via Campesina e da Escola Nacional Florestan Fernandes, em parceria com a Universidade Estadual Paulista e Unesco na criação da cátedra Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial.

Importante ressaltar que além de toda a luta empreendida pelos trabalhadores no acesso à educação, este mestrado não seria possível se não houvesse o esforço de alguns professores, especialmente os do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp de Presidente Prudente.

Esta turma é composta por militantes do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que estudam a dinâmica dos movimentos, as resistências de classe, o avanço do modo de produção capitalista e as políticas públicas. Ao final de 2013, a turma deverá apresentar suas dissertações para a conclusão do mestrado.

Neste livro apresentaremos artigos organizados em três eixos: o avanço do capitalismo na agricultura; o papel do Estado e a questão agrária; e a resistência de classe. No primeiro eixo os artigos tratam de como o capitalismo, por meio das estratégias do agronegócio, vai se territorializando pelo campo, tanto no Brasil como na América Latina,

com exemplos concretos das consequências deste modelo para os trabalhadores do campo. O segundo eixo demonstra o papel que o Estado vem cumprindo em diferentes realidades, como algumas políticas públicas vêm sendo implementadas e as formas de organização do campesinato para tentar superar algumas contradições do sistema capitalista. Já o terceiro eixo trata de como a questão agrária brasileira vem influenciando a realidade dos trabalhadores e como se dá a resistência de classe a partir dos movimentos sociais de luta pela reforma agrária.

Esperamos que estes ensaios contribuam enquanto instrumentos de síntese e que demonstrem o esforço em teorizar algumas práticas que vêm sendo adotadas para a busca de alternativas ao sistema do capital e para a diminuição das desigualdades.

O AVANÇO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA

As disputas territoriais no Maranhão

Gilvânia Ferreira da Silva[1]

Resumo

O texto analisa os grandes projetos de monocultivos da soja, eucalipto, cana e o processo de luta e resistência camponesa. A luta pela terra se constitui como o principal instrumento de enfrentamento ao agronegócio e aos grandes projetos implantados na região tocantina-sudoeste do Maranhão. O conflito ocorre pela apropriação da terra camponesa e expropriação do campesinato pelo capital, imprimido pela dinâmica do modelo de "desenvolvimento" capitalista para a região amazônica, em um tensionamento entre a terra de trabalho agrícola e a terra de negócio que institui a propriedade capitalista. Dessa forma, a resistência camponesa resultante da luta pela terra é um processo direto e conflitivo de disputa do território.

Palavras-chave: luta pela terra; território; resistência.

---

1 Integrante do MST. Mestranda do curso de pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – Unesp – Cátedra Unesp/Unesco/ENFF em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. *E-mail*: gilvaniamst@hotmail.com

Introdução

O texto analisa o avanço do agronegócio na região tocantina, os conflitos provocados pelos monocultivos da soja, eucalipto e cana-de-açúcar, os quais vêm desencadeando um processo de luta pela posse, uso e propriedade da terra, gerando resistência e luta camponesa, impostas pela atual dinâmica do capital no campo maranhense.

Dois projetos se confrontam no campo, disputando a hegemonia do território. De um lado estão os grandes empreendimentos do agronegócio, com os monocultivos e seus megaprojetos de infraestrutura de estradas e ferrovias para escoar os produtos, financiados pelo Estado. Do outro lado estão os camponeses com pouca terra e escassos recursos para investir na produção, diversificação e melhoramento dos seus produtos. As empresas do agronegócio se apropriam das terras dos camponeses, desestruturando as comunidades e desorganizando a produção. Percebe-se que tal processo de conflito está centrado nas ações de expansão do capital na região, concentrando terra e explorando o trabalho camponês.

Essa lógica, instituída pelo modelo de desenvolvimento capitalista, gera conflitos pela apropriação da terra pelas empresas de monocultivos da soja, cana, eucalipto e pela empresa Vale do Rio Doce, que explora as riquezas minerais da região. Desde as décadas de 1970 e 1980 a região foi cenário de muitos conflitos agrários, registrando o violento processo praticado pelo latifúndio para a posse, uso e propriedade da terra; no contexto atual, a violência no campo maranhense tem aumentado e a região tocantina tem sido um dos territórios de disputa do agronegócio.

A reconcentração da terra pelo agronegócio latifundista e empresarial tem por objetivo garantir o interesse privado das empresas de papel e celulose, que plantam eucalipto; de empresas mineradoras, que extraem minérios para as siderúrgicas; além dos produtores de soja (região sul e de Itapecuru), de cana-de-açúcar (no baixo Parnaíba) e das empresas agropecuárias (sudoeste e médio Mearim). Essa política de apropriação da terra e da riqueza da região pelo capital gera violência, desencadeando um processo de luta e resistência dos camponeses para não serem expropriados. Tal realidade conflitiva, gerada pelas contradições entre a apropriação de terras e expropriação do trabalho camponês, realizada pelo modo capitalista, compõe o dia a dia dos camponeses que, em reação, lutam e resistem para permanecerem no campo. Essa violência faz parte da história da concentração da terra e da estrutura fundiária do país.

CAMPONESES E AGRONEGÓCIO DISPUTAM O TERRITÓRIO NO MARANHÃO

A expropriação da terra dos camponeses, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, extrativistas e posseiros, desencadeada pelo avanço do capital na garantia de seus interesses, tem provocado disputas territoriais e intenso processo de luta e resistência no campo brasileiro. No Estado do Maranhão essa disputa pelo território é capitaneada pelos grupos econômicos latifundistas, que planejam e executam ações violentas, defendendo bandeiras que alargam cada vez mais o conflito no campo maranhense, em especial na região tocantina, por ser uma região de fronteira agrícola, espaço de expansão do capital. Sauer afirma que "A aliança entre latifúndio e capital não resultou em benefício para os pobres do campo nem em reformas sociais modernas, ao contrário, a expansão do capital para o meio rural provocou a expulsão de milhares de trabalhadores rurais e aniquilou violentamente tribos indígenas" (SAUER, 1998, p. 42).

Por meio da política expansionista, o capital, que visa o aumento da produção dos monocultivos no território em disputa, incorpora pelas vias legais e ilegais grandes extensões de terra para a implantação dos seus projetos. Os embates mais recentes têm se dado em terras de reservas de minérios, de recursos hídricos, áreas de florestas, em terras dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses, tendo como objetivo central dessa disputa a expansão do capital na região, seja com o plantio de soja, de eucalipto, cana-de-açúcar, ou pela exploração agropecuária.

A apropriação da terra e exploração do trabalho camponês é conduzida pelo capital na região amazônica, como a exemplo em todo o país, aumentando sua ganância de forma veloz, na perspectiva de garantir os interesses de grupos estrangeiros e nacionais pelas terras brasileiras e, em especial, por esse território tão rico na biodiversidade, nos recursos hídricos e minerais.

Esses aspectos aumentam cada vez mais a cobiça e a corrida desenfreada dos grupos econômicos pelo monopólio da terra e das riquezas da região. Investimentos diretos do setor do agronegócio estão sendo feitos na região amazônica, patrocinando a compra de terras demandadas pelas *commodities* agrícolas no setor de grãos, de matérias-primas, do agrocombustível, da pecuária e no setor não agrícola: celulose, madeireiro e de minérios. Dessa forma, o campo amazônico está passando por um novo ciclo econômico – de expansão e exploração do capital na fronteira agrícola – e que tem elevado o preço das terras e acirrado os conflitos territoriais e de resistência pela posse, uso e propriedade da terra nessa região de fronteira agrícola.

De acordo com pesquisa realizada pelo Banco Mundial (2010), as transações de compra e venda de terras no Brasil e o crescimento da produção dos monocultivos agrícolas, estão concentradas em oito *commodities*, cana-de-açúcar, dendê, soja, milho, arroz, canola, girassol e eucalipto. No entanto, os principais produtos responsáveis pelo avanço do capital nas fronteiras agrícolas maranhenses são a soja, a cana e o eucalipto, devido aos subsídios do governo e os elevados preços desses produtos no mercado.

> (...) ao submeter o país aos ditames do capital financeiro, o fez regredir e uma situação neocolonial de país exportador de *commodities*, com um lugar destacado para a Amazônia, sobretudo no tocante às mineradoras, a expansão dos monocultivos e à pilhagem dos recursos da biodiversidade (DURÃO, 2009, p. 38).

Entretanto, no Brasil, uma parte significativa da produção agrícola está voltada para a demanda mundial, para o mercado exportador de grãos. Esse modelo agroexportador se apresenta como opção de crescimento econômico do país, certamente, a partir da lógica do capital.

A expansão das atividades do agronegócio é contraditória por desenvolver uma lógica que expropria os territórios dos camponeses, ribeirinhos, indígenas, quilombolas e extrativistas, reproduzindo práticas colonialistas, ampliando a acumulação por meio da apropriação da terra e saque das riquezas do solo e do subsolo com o apoio governamental. De acordo com Harvey (2004), os investimentos estrangeiros e compra de terras no Brasil, em sua maioria, são financiados com recursos públicos, especialmente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), do FCO (Fundos Constitucionais do Centro-Oeste), do FNO (Fundo Constitucional do Norte) e do Bird (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Esses financiamentos estão voltados para garantir e viabilizar os interesses do capital nas regiões.

A compra de terras na região e os investimentos e incentivos governamentais destinados ao agronegócio têm como objetivo principal a expansão da soja, do monocultivo de eucalipto e pecuária e a extração de madeira e minérios no cerrado e na região amazônica. Em sua maioria, esses empreendimentos são financiados com recursos públicos e tais investimentos estão voltados para a construção de infraestruturas para o escoamento da produção. Segundo Silva (2006, p. 181), "o avanço da dinâmica capitalista na região está calcado na criação de estruturas e espaços homogêneos. Estruturas essas que se materializam na consolidação de monocultivos de soja e eucalipto, da pecuária e de empresas mineradoras".

Os interesses internacionais em comprar terras no Brasil têm como questão central a concentração da terra, controle dos recursos

naturais, da biodiversidade e da exploração mineral, mantendo, desta forma, a lógica latifundista da posse especulativa da terra. Loris (2009) argumenta que a incorporação da região ao modelo econômico hegemônico foi um processo ideológico, formulado pelo governo brasileiro e estimulado pelas organizações financeiras internacionais. Como consequência dessa lógica imposta pelo capital na região, ocorre o acirramento das disputas territoriais, os conflitos agrários, a violência contra camponeses, indígenas, quilombolas, extrativistas e a violação dos direitos territoriais das populações do campo.

O acirramento dos conflitos agrários na região amazônica tem se dado pela expropriação e acumulação de terras e pela exploração das riquezas da floresta, do solo e do subsolo. Segundo Sauer (1998), essas são as características da expansão do capitalismo no campo. Essa prática expropriatória e acumuladora sempre esteve na base do exercício do poder político e no modelo econômico implantado pelos processos de desenvolvimento brasileiro, tendo como exemplo a Revolução Verde da década de 1960 que resultaram na concentração da terra e no aumento dos conflitos agrários, resultante de uma política de desenvolvimento nacional, de prática predatória, concentradora e excludente.

Esse modelo concentrador de renda e de riqueza possibilitou a manutenção e a expansão de um padrão produtivo agroexportador, voltado para abastecer o mercado internacional de *commodities*, sustentada pela união entre capital e latifúndio, promovendo a exploração dos camponeses, a expropriação da terra indígena, quilombola, extrativista e do trabalho precarizado no campo por meio do trabalho análogo à escravidão nas fazendas e carvoarias. Segundo Figueira (2006), os suspeitos do crime pertencem predominantemente ao agronegócio.

Em meio a tais contradições surgem lutas e resistências das comunidades, grupos sociais que são violados em seus direitos territoriais. As comunidades se organizam em movimentos socioterritoriais para garantirem seus direitos que foram violados pela ação do capital na região. Reivindicam direitos, identidades e a garantia de viver e reproduzir o seu modo de vida e formas diversas de apropriação da terra que, por sua vez, se diferencia do modo hegemônico exercido no campo brasileiro.

Essa realidade se apresenta em várias regiões do país, não só na região amazônica, na medida em que o governo incentiva e financia os megaprojetos nos Estados, sobretudo os que fazem parte do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento); exemplo dessa política desenvolvimentista é a transposição do Rio São Francisco, a construção da Transnordestina e a construção de barragens nos rios Tocantins, Araguaia, Xingu, Madeira, na Amazônia e em outras regiões do país. Esses empreendimentos e a política de expropriação têm instigado a resistência das comunidades prejudicadas por estes grandes projetos.

A organização camponesa, indígena, quilombola, ribeirinha e extrativista tem buscado recriar e resignificar a história de luta por terra e território como forma de confrontar e resistir ao modelo fundiário formado pela elite latifundista ao longo da nossa história, que se apropriou da terra não somente como meio de produção: "Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho" (Martins, 1980: p. 60, *apud*, Oliveira, 1996, p. 14). A apropriação da terra pelo capital está essencialmente baseada na prática do exercício do poder econômico, político e ideológico.

No Brasil, as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais que estão organizados no campo, são ações vistas como atraso, contrárias ao desenvolvimento regional; aparecem na mídia como ameaça ao poder público e à democracia por desnudarem a violência velada do latifúndio, explicitarem a disputa por terra e territórios e dificultarem a expansão dos monocultivos de soja, eucalipto, cana e dos projetos de mineração. Atualmente, no Maranhão, o governo estadual em parceria com o governo federal tem investido em infraestrutura (energia, estradas, ferrovias); porém, esses investimentos estão todos voltados para garantir o bom funcionamento dos grandes projetos.

A paisagem regional foi completamente modificada: os espaços disputados economicamente, principalmente os que ainda não estavam amarrados à lógica expansionista do capital, agora estão sendo rapidamente alterados e desestruturados, como é o caso da região do baixo Parnaíba com o plantio de soja. Franklin, escritor maranhense, argumenta que:

> Esses grandes investimentos foram concebidos a partir da lógica do capital internacional – em que o Brasil é situado como fornecedor de matéria-prima, produtos semiacabados e mão de obra barata, favorecendo maiores lucros às empresas estrangeiras, embora sempre propagandeados como empreendimentos de promoção de desenvolvimento nacional e regional, através de seus hipotéticos benefícios sociais e econômicos (FRANKLIN, 2008, p. 179).

Os territórios das comunidades tradicionais estão sendo invadidos por madeireiros, grandes fazendas e empresas rurais, substituindo a rica agrobiodiversidade pelos monocultivos de eucalipto, pecuária, soja e cana-de-açúcar. Temos vários exemplos na região, como as comunidades de São Félix e Coquelândia na estrada do arroz, município de Imperatriz – MA, atingidas pela empresa Suzano e o caso peculiar do assentamento Califórnia, em Açailândia, entre tantos outros. A resistência dessas comunidades é acompanhada por um processo violento de perseguição das lideranças, ameaças de morte, assassinatos, coop-

tação, expulsão das terras por meio da pistolagem, despejos por ordem judicial.

> O jogo político é mais visível com o desmonte da regulamentação ambiental, com a imposição de restrições às territorializações impeditivas da territorialização única dos grandes negócios, e com a regularização da grilagem e do latifúndio e de todas suas práticas e modos criminosos, em suas "posses" e em seus "estados" (NOVOA, 2009, p. 200).

As lutas dessas comunidades não são somente reação ao processo de expropriação provocada pelo capital, pois o fazem em contextos muito adversos, em meio a uma realidade de violação de direitos, de negação dos seus territórios, de desagregação de sua cultura, da perda de sua terra, do seu lugar de reprodução e recriação humana.

O AVANÇO DO CAPITAL E A LUTA EM DEFESA DO TERRITÓRIO CAMPONÊS

A estratégia adotada pelo capital para a dominação do território é apropriar-se de recursos naturais e controlar os indivíduos pela ideologia. Essa ação do capital condiciona como força política o cotidiano dos sujeitos no seu lugar de construção objetiva e subjetiva. Esse território contém elementos contraditórios expressados na sua territorialidade. A força que domina a vida na comunidade, no âmbito das suas relações internas e externas, gera interesses e conflitos entre as classes sociais, mediatizados pelas relações de poder.

A territorialização ocorre em um movimento histórico definido pela expansão do capitalismo envolvendo aspectos econômicos, políticos e culturais. É vivenciada pelas pessoas em diversos lugares, mobilizadas pelas relações internas e externas que envolvem cada lugar, sendo estas permeadas de conflitualidades. Fernandes analisa que:

> A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural (FERNANDES, 2005, p. 6).

Estas relações são relações de poder, de dominação e estão condicionadas à exploração do capital, que controla os recursos naturais, as riquezas e o espaço que anteriormente era o lugar da moradia, do trabalho e de produção camponesa. De acordo com o cenário que se apresenta na região da Amazônia brasileira, os conflitos sociais ocorrem em um processo de resistência dos camponeses à ação desestruturadora do capital nas comunidades camponesas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, extrativistas, quebradeiras de coco e povos originários.

Durante este processo contraditório e conflitivo ocorre a organização dos grupos atingidos, que resistem à dominação de seus territórios, determinando a intensidade dos conflitos, recolocando o território como produto das relações sociais e de classe. O território é, na concepção de Fernandes (2008), um espaço no qual ocorre a governança em diversas escalas e instâncias, desorganizando a lógica construída pelos trabalhadores nos territórios e impondo outra lógica dominante, que é a lógica do capital.

Esse movimento de disputa territorial gera conflitos na medida em que os grandes projetos se instalam na região com o propósito de ampliar seus lucros e expandir seu modelo de desenvolvimento baseado na produção de *commodities*, comprando e arrendando a terra, explorando a mão de obra local e regional. Um exemplo muito próximo da vivência dos camponeses e comunidades tradicionais é a empresa Vale do Rio Doce, que explora a região amazônica e sudeste, extraindo minérios no território brasileiro e expandindo sua gana expropriatória na Bolívia, Venezuela, Equador, Argentina e em outros países da América Latina, e onde mais possa expandir sua exploração por mais riquezas minerais e acumulação capitalista. Essa forma que os grandes projetos ocupam os espaços gera desigualdades sociais, conflitos e violência.

A Vale, empresa de mineração, explora os trabalhadores em várias partes do continente, em nome do "desenvolvimento". As hidrelétricas construídas às margens dos rios se apropriam do território indígena, quilombola, camponês ou extrativista para alimentar o modelo de acumulação de capital, provocando graves problemas socioambientais e culturais. Os monocultivos de eucalipto, soja, cana-de-açúcar concentram imensas áreas de terras propícias para a produção de alimentos. Essa política promove o desequilíbrio na produção de alimentos e a perda das sementes como patrimônio dos camponeses, das comunidades tradicionais, dos povos originários, bem como conduz à perda da soberania alimentar.

As propriedades privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias e as propriedades capitalistas, estabelecem, entre si, conflitos, a partir das relações nas quais se disputam territórios, entendendo que os sujeitos e os grupos sociais que compreendem as classes sociais, não existem sem seus territórios. Exemplificando a questão, se um camponês perde sua terra, é expropriado do seu território, passa à condição de camponês sem terra e se não retorna à terra, vai perdendo sua identidade e sua cultura camponesa. Pois, levando em consideração que os territórios são um espaço de poder e conflito, produzido pelas relações fruto do sistema vigente por meio de sua intervenção, a destruição do seu território se constitui na organização e reorganização dos espaços pelos grupos e comunidades atingidas.

Para compreender o processo dinâmico da expansão do capital no território e de sua territorialidade, é necessário investigar as relações econômicas, políticas e culturais determinadas pelas forças hegemônicas que atuam no território. O capital, representado pelas empresas de mineração, do agronegócio e hidronegócio, invade os territórios, destrói a biodiversidade, desarticula os sistemas agrícolas e as formas de reprodução do espaço exercido no território camponês, dos povos originários, dos extrativistas e dos quilombolas. Durão compreende que:

> (...) no caso do projeto hoje dominante, falta a esses sujeitos capacidade hegemônica propriamente dita, a qual é compensada, neste caso, pelo recurso frequente à força e pela absoluta assimetria nas relações de poder entre agentes dessa ação predatória da região e aqueles que a ela resistem – a população rural e da floresta: povos indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais (seringueiros, castanheiros, ribeirinhos), colonos e pequenos produtores rurais (DURÃO, 2009, p. 37).

O capital, na busca desenfreada pelo lucro, despeja os camponeses de suas terras para implantar os monocultivos da soja, eucalipto e cana, na região tocantina e nas demais regiões do Maranhão; faz de forma semelhante em outras regiões do país ou mesmo em outros continentes, desde que seja de seu interesse e sempre visando possibilidades de lucros, concentrando terras, riquezas e poder, dominando os territórios.

Percebemos que as causas dessa apropriação têm base na política do capital internacional. Essa lógica de controle exercida pelo poder das corporações tem gerado as lutas de resistência nos territórios em disputa. Desta forma, a dinâmica da defesa dos territórios se materializa na luta em defesa da terra camponesa, da floresta, da biodiversidade, dos rios, da agricultura camponesa dos recursos minerais, dos direitos étnicos e culturais.

Compreendendo que a defesa do território camponês se constrói na luta cotidiana de enfrentamento às ações impostas pelo capital na região, a construção desses espaços de resistência se dá a partir da organização dos trabalhadores enquanto potencialidades de classe, para superação da exploração. Construindo assim novas formas de esculpir o sujeito coletivo, consciente do seu papel enquanto sujeito histórico na luta de classes.

Luta pela terra e resistência camponesa na região tocantina – MA

A luta pela terra está na centralidade da questão agrária no Maranhão, um dos Estados com maior índice de violência no campo, devido à estrutura fundiária concentradora e desigual. A realização da

reforma agrária seria uma resposta política do Estado brasileiro para solucionar os conflitos agrários cada vez mais intensificados pelas atividades agropecuárias e dos grandes projetos. Há vários casos em que os babaçuais são substituídos por pastagem, por plantio de eucalipto, de cana e de soja que, assim, ocupam as melhores áreas agricultáveis no Estado.

Essa prática objetiva intimidar as ações de luta pela terra praticada pelos sem terra. O direito à terra tem se instituído com a principal bandeira dos movimentos que atuam no campo maranhense, em especial o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Esse processo de luta tem provocado reações diversas por parte do latifúndio, que cerca as melhores terras, concretizando a violência e a grilagem.

> Não há dúvida de que a grilagem tinha o propósito de apropriação de todas as terras ainda não incorporadas ao sistema capitalista de propriedade privada e que, até aquele momento, eram terras de trabalho e não terras de negócio. Assim sendo, o grilo teve um ponto de partida e se estenderá até conseguir a realização do propósito inicial (ASSELIM, 2009, p. 56).

A luta e a resistência camponesa, indígena, quilombola e extrativista estão relacionadas em sua maioria com a forma como o capital se apropria de seu território, concentrando a terra, dominando ideologicamente e explorando a natureza, sendo essas as principais causas dos conflitos agrários no Estado. Os movimentos sociais realizam ações de enfrentamento a essa prática desestruturadora das comunidades impostas pelo capital na região.

A luta pela terra e pela reforma agrária implica compreender a especificidade e heterogeneidade da realidade do campo maranhense, levando em consideração as mudanças sociais no espaço agrário brasileiro, tanto pelo Estado que financia o agronegócio, como pela luta dos movimentos sociais e a conquista dos assentamentos de reforma agrária. Esse processo conflitivo e contraditório tem gerado ações coletivas e práticas inovadoras de contestação ao modelo hegemônico no campo, como as experiências agroecológicas nos assentamentos e nas comunidades tradicionais.

Os conflitos pela terra explicitam as especificidades e particularidades das populações que moram e trabalham no campo e na floresta, nesta região do Maranhão. Tais disputas foram marcadas por uma história de violência e assassinatos de camponeses, lideranças religiosas e sindicais, pois este território está marcado por conflitos agrários desde as décadas de 1970/80, desencadeados pelos posseiros e nos anos 1990 pelas ocupações de terra articuladas pelo MST, pela organização sindical e pelas ocupações espontâneas do território.

A luta e a resistência nessa região conquistaram muita terra para os camponeses, criando muitos projetos de assentamentos com a atuação dos movimentos sociais rurais. Entende-se que a autonomia camponesa no território só será conquistada com o protagonismo dos sujeitos do campo, sua organização, participação, luta e construção do projeto contra-hegemônico do capital.

> A luta pela posse da terra como um dos principais problemas criados pela expansão do capitalismo na Amazônia ocorre sob duas concepções opostas, duas lógicas inconciliáveis de pensar e utilizar a terra: o modo camponês, em que o direito de posse é gerado pelo trabalho, e o capitalista, baseado na propriedade privada (FERRAZ, 2000, p. 46).

Na disputa territorial, o agronegócio tem se apropriado das terras e cercado as áreas indígenas, quilombolas, extrativistas e dos camponeses com o monocultivo de cana, eucalipto e com as carvoarias, inviabilizando a permanência dessas populações na terra, já que sua sobrevivência fica comprometida com os impactos econômicos, ambientais e sociais causados por esses projetos, Fernandes afirma que:

> A territorialização do capital em uma região e suas diferentes formas de intensidade, socializa e expropria, incorpora e exclui, não somente os camponeses, mas também os próprios capitalistas. E essa não é somente uma questão de "competitividade" e ou de "eficiência", mas é um processo complexo por sua amplitude que, sem dúvidas, contém, sobretudo a conflitualidade (FERNANDES, 2005, p. 19).

Os camponeses resistem a esse modelo de vida capitalista que pretende de forma perversa integrá-los na indústria siderúrgica, expulsando-os para as periferias das cidades. Esse modelo já é conhecido em outras regiões do país, privilegiando a produção de energia, de combustível e que concentra terra, renda, riqueza e poder. Dessa forma, nega-se o direito dos camponeses à terra, à soberania alimentar e à autonomia.

Quando ocupam o latifúndio, estes trabalhadores rompem com a estrutura concentradora da terra, rompem com o imaginário construído na sociedade de que a propriedade privada é intocável, de que não se admite ocupá-la e redistribuí-la; entendendo que ocupar não é invadir, ocupar a terra é transformar o espaço que antes não estava ocupado, produzir alimentos, diversificar a produção, fazer com que a terra cumpra sua função social. Os trabalhadores rurais sem terra, na expectativa de conquistá-la e produzir para o seu sustento e de sua família, demonstram a existência de sujeitos sociais que lutam, atuam e mediam este processo. No Brasil o MST cumpre tal função, já que é uma das organizações mais atuantes no campo, na luta pela terra, questionando e intervindo na estrutura latifundiária.

As contradições de classe se acirram na luta pela terra, os interesses dos latifundiários se confrontam com interesses dos camponeses

sem terra que, para enfrentar o latifúndio, se organizam e entram na terra, enfrentam a pistolagem e as milícias organizadas pelos fazendeiros e pelas empresas capitalistas.

Considerações finais

A economia do campo maranhense encontra-se inserida na lógica do agronegócio empresarial, vinculada ao capital transnacional para atender às demandas exigidas pelo mercado internacional e fornecendo matéria-prima. A produção de minérios, alumínio, soja, celulose, bambu, cana-de-açúcar, dentre outros, é apenas para atender à demanda externa. A forma como essa produção está organizada afeta diretamente a dinâmica da pequena agricultura camponesa no Estado e, em especial, na região sul e oeste maranhense, modificando a dinâmica própria dos municípios, controlando vastas dimensões territoriais, consolidando espaço privilegiado para estruturação e expansão do capital, fortalecendo em todas as escalas o agronegócio e suas expressões produtivas.

A dinâmica pela qual esse modelo produtivo se organiza, gera conflitos nas comunidades camponesas, quilombolas, indígenas, extrativistas, ribeirinhas, assentados e povos da floresta, afetando diretamente o modo de vida no campo e comprometendo as várias dimensões da vida camponesa, sua produção, organização e cultura.

O campesinato vem criando e recriando seu espaço de produção, mesmo no movimento conflitivo e contraditório do capital nas diversas regiões do país, resistindo às formas repressoras e dominantes de controle dos territórios, formas estas que violam os direitos das comunidades camponesas à terra e ao território. Portanto, a resistência camponesa na luta pela terra e pelo seu território se faz legítima e necessária para impedir o avanço desenfreado e ganancioso do agronegócio, nos grandes projetos no Maranhão.

> Assim, nas regiões predominantemente ocupadas pelos camponeses não é necessariamente o processo de expropriação direta pelo capital que comanda e determina o processo, expropriando a terra campesina. Mas o capital – talvez mais sabiamente – expropria as possibilidades de os filhos dos camponeses possuírem terra para continuar camponeses (OLIVEIRA, 1996. p. 40).

Os camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos extrativistas, assentados resistem e lutam em defesa da terra, da biodiversidade, dos direitos tradicionais, das riquezas do solo e do subsolo. Lutam e resistem contra o capital, construindo possibilidades de continuar no campo, produzindo alimentos e recriando a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ASSELIM, Vitor. *Grilagem*: corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz: Ética, 2009.

DURÃO, Jorge Eduardo S. Cartilha. *Amazônia em disputa*: projeto do capital X projeto do capital. Projetos em disputas na Amazônia. 2009.

FERNANDES, Bernardo M. *Entrando nos territórios dos territórios*. Unesp. Disponível em: *www.fct.unesp/nera/2008*.

_____. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Questão agrária*: conflitualidades e desenvolvimento territorial. Unesp. Disponível em: *www. fct. unesp/nera/2005*.

FERRAZ, Siney. *O movimento camponês no Bico do Papagaio*: Sete Barracas em busca de um elo. Imperatriz: Ética, 2000.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Direitos Humanos no Brasil 2006*: relatório da Rede Social de Direitos Humanos – A escravidão por dívida: novidades e persistências. 2006, p. 61-77.

FRANKLIN, Adalberto. *Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz*. Imperatriz: Ética, 2008.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LORIS, Antônio. *Cartilha Amazônia em disputa*: projeto do capital X projeto do capital. Projetos em disputas na Amazônia. 2009.

NOVOA, Luis Fernando. *Empresas transnacionais brasileiras na America Latina*: um debate necessário. O Brasil e seu "desdobramento": o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na America Latina do sul. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2ª edição. 1996.

SILVA, Lindomar. *Direitos Humanos no Brasil 2006*: relatório da Rede Social de Direitos Humanos – Dilemas amazônicos e o Governo Lula. 2006, p. 177-184.

SAUER, Sérgio. *Reforma agrária e geração de emprego e renda no meio rural*. São Paulo: Abet, 1996.

O agronegócio na América do Sul: Movimentos sociais e espacialização das transnacionais do grupo ABCD

Andrea Francine Batista[1]
Julciane Inês Anzilago[2]

Resumo

O presente ensaio pretende apontar os principais aspectos da questão agrária na atualidade na América do Sul, assim como ensaiar, desde a cartografia geográfica crítica, um mapeamento das principais empresas transnacionais do agronegócio, tomando como exemplo o Brasil. A produção do espaço geográfico é fundada nos conflitos sociais e está relacionada à produção e representação de territórios em suas relações de poder; neste sentido, a questão agrária é um destes conflitos. Este trabalho perpassa pelos elementos da conformação do desenvolvimento do capitalismo no campo, o agronegócio, assim como a luta da Via Campesina Sudamerica pela emancipação dos trabalhadores do campo.

Palavras-chave: Questão agrária, agronegócio, Via Campesina, América do Sul.

---

1 Integrante do MST. Mestranda do curso de pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – Unesp. Cátedra Unesp/Unesco/ENFF em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. *E-mail*: andreaf.batista@yahoo.com.br

2 Integrante do MMC. Mestranda do curso de pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – Unesp. Cátedra Unesp/Unesco/ENFF em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. *E-mail*: julcianemmc@hotmail.com

Introdução

Compreender a questão agrária na atualidade exige analisá-la num contexto de crise estrutural do capital. Crise esta que, segundo Mészáros (2011), tem um caráter universal, uma escala global, não é uma crise de um ramo específico de produção ou de uma região ou um país, é contínua, sem erupções violentas e segue sendo administrada por meio de reconfigurações do próprio sistema para manter-se e ressurgir num outro patamar.

Nos últimos anos o capitalismo no campo vem se reestruturando sob a forma do chamado agronegócio, no qual as principais características fundam-se num modelo de produção constituído pelo controle de territórios a partir das grandes transnacionais. Neste modelo, as empresas atuantes sobre a agricultura controlam toda a cadeia a ela relacionada, como por exemplo, sementes, insumos, maquinários em geral, ferramentas e agrotóxicos, assim como obtém crédito bancário que favorece a escala industrial em detrimento da pequena agricultura.

Junto a isso, somam-se o aumento da escala de produção; a especialização e o monocultivo de produtos não destinados à alimentação humana como o eucalipto, a soja, o milho e a cana (produção de agrocombustíveis); o crescimento do uso de agrotóxicos; o controle das sementes por meio da transgenia e o patenteamento de espécies da biodiversidade; o aumento da estrangeirização das terras (venda de terras a outros Estados-Nação e/ou empresas estrangeiras); a especulação do preço dos alimentos através das *commodities;* a venda de créditos de carbono e, no caso do Brasil, a alteração do Código Florestal favorecendo os grandes madeireiros, produtores de gado etc. Todos estes são aspectos que fazem parte do desenvolvimento do agronegócio na América do Sul neste momento histórico.

Das maiores empresas que neste ramo atuam podemos citar a Bunge e a Cargill na área de produção de óleo, farinhas e conservas; Monsanto, Syngenta e Bunge na área de adubos e defensivos agrícolas; ADM na produção de grãos e algodão; Amaggi e Coamo na indústria de soja e óleos; a JBS, Sadia e Perdigão no setor de carnes; Cutrale na produção de sucos; Cosan, Usina Caeté, Copersucar na indústria de álcool; Souza Cruz na indústria de fumo, Nestlé e Danone na produção de laticínios e água; Klabin, Suzano e Aracruz no setor de madeira, papel e celulose; Bayer na genética, tecnologia e pesquisa; a Vale do Rio Doce na produção de minérios, entre outras empresas.

Como consequências deste modelo, podemos citar a intoxicação e contaminação da fauna, da flora e seres humanos pelo intensivo uso de herbicidas e pesticidas, o desflorestamento e a desertificação acelerada de ecossistemas, a redução e perda da soberania alimentar pelo

modelo agroexportador, a dependência de produtos importados, o aumento do preço das terras, o controle das sementes, e a expulsão de camponeses de suas terras.

Buscando construir alternativas a este modelo e às consequências geradas pelo mesmo, existem diversas organizações camponesas e de trabalhadores rurais que, articulados à Via Campesina[3], realizam lutas por um novo modelo agrícola que prime pela preservação dos recursos naturais, pela agroecologia, pela produção de alimentos saudáveis para a população, pela viabilização da permanência do pequeno produtor no campo, entre outros elementos para construção de uma nova sociedade.

O antagonismo entre estes dois sujeitos (o empresário do agronegócio e o camponês/trabalhador rural assalariado), desde uma visão marxiana, está fundado numa contradição fundante do sistema capitalista, no antagonismo capital *x* trabalho, no antagonismo de classes. É sobre esta base que pretendemos analisar os movimentos do agronegócio na América do Sul, região também de uma intensa articulação da Via Campesina, neste momento histórico de crise estrutural do capital. Para isto estruturamos nossa investigação em referências bibliográficas sobre o assunto, bem como na construção de mapas, desde uma cartografia crítica, que nos permita identificar as diferentes relações que demonstrem a conflitualidade existente no tema da questão agrária na atualidade.

Atualidade do agronegócio na América do Sul

Discutir o tema da questão agrária na atualidade, como já mencionamos na introdução, implica em discutir o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, identificar suas características, quais as mudanças que ocorreram nos últimos anos, bem como suas tendências. Implica em realizar uma leitura desde os conflitos e contradições sociais produzidas no campo como, por exemplo, a concentração da terra, a devastação das florestas e dos povos das florestas, o monocultivo em larga escala, a produção de alimentos com altos níveis de agrotóxicos, a especulação do preço dos alimentos por meio das *commodities,* a violência contra trabalhadores rurais e camponeses, entre outros.

Como afirma Girardi (2008, p. 112) a questão agrária tem sido marcada nos últimos anos por quatro elementos que atuam de forma integrada sob o comando do neoliberalismo: os ajustes estruturais desiguais onde os países subdesenvolvidos seguem em programas de subsídio de matérias-primas para países desenvolvidos; a desigual liberali-

3 Organização internacional que articula movimentos sociais do campo.

zação do mercado agrícola abrindo cada vez mais caminho para o setor privado e a especialização de produtos agrícolas; o crescente controle das corporações transnacionais na produção de novas técnicas que proporcionem o domínio da cadeia de produção e transformação de alimentos em larga escala; e também o direito sobre a propriedade intelectual aplicado a novas variedades de plantas.

Neste modelo agrícola, chamado atualmente de agronegócio, dentre suas principais características está a crescente apropriação de elementos da natureza que, articulados com o desenvolvimento tecnológico, transforma-os em mercadorias. A terra, a água, minerais estratégicos, a biodiversidade e mais recentemente o crédito de carbono são exemplos disto, assim como as matérias-primas e recursos alimentícios que se tornam *commodities*.

Este modelo, constituído a partir das transnacionais, tende a aumentar ainda mais as escalas de produção e de concentração da terra. Podemos citar o crescente processo de estrangeirização de terras, onde as mesmas são vendidas à transnacionais de outros países ou mesmo a outros Estados nacionais. China, Japão e Estados Unidos são exemplos de países investidores em terras de países latino-americanos.

Segundo Borras (*et al.*, 2011), no texto *El Acaparamiento de tierras em América Latina y El Caribe*[4], países de origem inversionista como China, Coreia do Sul e nações do Golfo Pérsico têm comprado terras na Argentina e Brasil. Países Europeus e Estados Unidos têm investido ativos em países como Colômbia, Peru, México e Uruguai. O Japão, por exemplo, tem comprado terras no Brasil, Colômbia e Equador. Ainda neste mesmo texto, Borras (*et al.*) aponta que Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Panamá, México e Costa Rica são países com grandes inversões em terras de outros países na região. Nas relações comerciais de terras entre países latino-americanos a Argentina tem investido ativos na compra de terras no Brasil, Uruguai e Paraguai; o Brasil na Bolívia, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Chile; Chile em Argentina, Brasil, Uruguai, Colômbia, Equador e Peru; e Colômbia investindo em compra de terras na Bolívia e Peru.

No Brasil, segundo fontes do Incra, a nacionalidade de estrangeiros proprietários de terras no Brasil chega a 23% de japoneses, 7% de italianos, 1% de estadunidenses, 1% de argentinos e 1% de chineses. Terras estas que estão distribuídas em 3.692 municípios, localizados principalmente nos Estados de MT, SP, MG e MS. Este fenômeno da estrangeirização de terras não é novo, mas vem passando por uma readequação do capital na agricultura em suas diretrizes, e está atrelado, entre outros elementos, à concentração de terras para monocultivos de

4 Estrangeirização das terras na América Latina e Caribe.

matéria-prima para biocombustíveis, ou alimentação animal, como a soja, por exemplo.

Borras (*et al.*, 2011, p. 10) aponta ainda que a relação existente entre a concentração de terras e o capital investido nos diferentes setores da agricultura está relacionada da seguinte forma: Argentina na produção de soja, trigo, gado, cana-de-açúcar, tabaco, fruta e conservas; Bolívia na produção de soja, gado e silvicultura; Brasil na produção de soja, cana-de-açúcar, aves, gado, frutas e silvicultura; Chile na produção de frutas, leite, vinho, sementes, aves e conservas; Colômbia na produção de palma azeiteira, beterraba, cana-de-açúcar, soja, arroz, milho e silvicultura; Equador, em banana, cana-de-açúcar, palma azeiteira e silvicultura; Paraguai: na produção de soja, milho, trigo e gado; Peru na produção de frutas, verduras, cana-de-açúcar, palma azeiteira; no Uruguai na produção de soja, leite, trigo, arroz, gado e silvicultura. Se observarmos mais atentamente estes dados podemos ver nos países da América do Sul uma ênfase na produção de soja, cana-de-açúcar, silvicultura e gado, e poderíamos acrescentar também Chile e Brasil, pela sua dimensão territorial, na produção de aves.

Outro dado importante, ainda apontado por Borras (*et al.*, 2011, p. 30), está nas mudanças do tamanho de superfície destinado ao cultivo de soja entre 1994 e 2009. Na tabela de número 12 da obra é apontado um crescimento da área (em hectares) na Bolívia de 86.760 ha em 1994 para 301.715 ha em 2009. Já no Brasil, de 19.075 ha em 1994 para 175.886 ha em 2009. Assim como a área de produção de soja na Argentina em 2009 aparece com um estouro de 70.480 ha. É pertinente ressaltar neste momento a produção de um folheto organizado pela Syngenta apontando uma região circunscrita entre Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai como a região da "República Unida da Soja":

> (...) un folleto de propaganda da Syngenta ló aclara, la República Unida de la Soja, que abarca buena parte del sur de Brasil, el oriente boliviano, todo Paraguay, buena parte del centro-norte argentino y el occidente uruguayo (VILADESAU *in* FERNANDES, 2008, p. 31)[5].

A produção de soja na região do cone sul da America Latina está atrelada à concentração massiva da terra com grande proporção nas mãos de estrangeiros e é destinada para a produção de ração animal e de biocombustíveis. No caso da produção de etanol, o Brasil, por exemplo, é produtor de 45% do etanol em nível mundial, segundo a publicação realizada pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, intitula-

5 "(...) um folheto de propaganda da Syngenta o aclara, a República Unida da Soja, que abarca boa parte do sul do Brasil, o oriente Boliviano, todo o Paraguai, boa parte do centro-norte argentino e o ocidente Uruguaio."

do *Monopólio de produção de etanol no Brasil: a fusão Cosan-Shell*. Este documento apresenta a *Joint Venture Raizen* (fusão da empresa brasileira Cosan com a petroleira holandesa Shell) como a maior produtora das 435 usinas instaladas no país, assim como uma das cinco maiores produtoras do mundo. A empresa, apresentando como um de seus principais objetivos "elevar" o etanol à condição de *commoditie*, controla também outras empresas a ela vinculadas como, por exemplo, terminais portuários, a Rumo Logística, a Radar Propriedades Agrícolas, a Cosan Alimentos, e a Cosan Combustíveis e Lubrificantes entre outras.

Ainda segundo esta publicação da Rede Social, a produção de cana-de-açúcar da Cosan-Shell ocorre em terras próprias (com compras de propriedades agrícolas através da empresa subsidiária Radar Propriedades Agrícolas) como também em anexação de terras através de parcerias ou arrendamentos, identificadas em regiões que são consideradas áreas de expansão, através da substituição de áreas de cultivos de alimentos e de preservação ambiental. Estas últimas são fornecedoras de matéria-prima para as usinas.

Estes dados, brevemente acima citados, indicam que a correlação da concentração de terras está vinculada fortemente ao plantio de produtos que também são ou caminham para se tornarem *commodities* como a soja, cana-de-açúcar, gado, e as *commodities* florestais.

Outro caso, citado num texto de Porto Gonçalves, é o da mercantilização da água realizada por empresas como a Coca-Cola, Nestlé, Pepsi-cola e Danone, empresas originárias de países imperialistas.

> Não olvidemos que também aqui, são dos países imperialistas quase a totalidade das grandes corporações empresariais que vêm se constituindo no setor , sobretudo nas grandes e médias cidades da América Latina (Bechtel Co., Coca-Cola, Pespsi-Cola (EUA), as francesas Suez / Ondeo, antiga Lyonnaise des Eaux, e Vivendi, a inglesa Thames Water, a suíça Nestlé, entre as mais importantes) (PORTO GONÇALVES *in* FERNADES, 2008, p. 201).

Segundo Ana Ester Ceceña (2007), vinculada a um plano econômico e militar (com as bases militares norte-americanas distribuídas em diversos pontos da América Latina), a iniciativa da Integração de Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA) faz parte de um reordenamento do território da América do Sul, numa perspectiva de desenhar novas fronteiras logísticas onde os portos em costas ou em grandes rios (como Rio Amazonas, Rio Madeira e a Hidrovia Paraguai-Paraná) se convertem em peças chave desta reordenação.

Conforme comentamos em outro momento, a especialização e o monocultivo de produtos como estes, tornam a agricultura uma espécie de planta industrial onde o objetivo é aumentar a produtividade, acompanhados de mecanização intensiva para grandes extensões. Jun-

to a esta incansável busca de aumentar a produtividade como forma de concorrência entre as principais transnacionais destes ramos, está o uso exacerbado de agrotóxicos, as sementes transgênicas, a destruição de grandes áreas de preservação ambiental, entre outros.

Ainda que de maneira inicialmente aparente, estes dados apontam as principais produções em determinados países da América do Sul e suas diferentes conexões, na perspectiva de compreender esta nova forma de territorialização do capital na agricultura. Evidenciada pelo aumento da concentração de terras relacionada às grandes empresas transnacionais, esta territorialização não se dá somente em sua base econômica. Ela está imbuída de um intenso trabalho ideológico realizado através da mídia, das próprias escolas (com materiais didáticos financiados por estas mesmas empresas), pelo discurso da sustentabilidade e do capitalismo mais humano, e mesmo por políticas públicas que favorecem, apoiam e incentivam o agronegócio.

Mapeamento do Agronegócio na América do Sul

A revista *Exame*[6] publicou as 50 empresas consideradas melhores e maiores de 2012 que tem sede no Brasil. A empresa que toma o primeiro lugar é a Bunge Alimentos, com mais de 19 milhões de dólares em vendas. Ao que parece, o critério utilizado para elencá-las foi o valor de vendas que realizaram, pois as empresas que seguem têm valores em ordem decrescente. Dentre estas empresas, elencadas e publicadas na revista *Exame*, 14 são do ramo de produção de óleo, farinhas e conservas, sendo que, das dez primeiras, cinco são desta área; 10 destas empresas são de produção de adubos e defensivos; 5 são da área da produção de cana-de-açúcar e álcool; 5 são do ramo de produção de aves e suínos; 4 do ramo de madeiras e celulose; 3 de produção de carne bovina; 2 de leite e derivados; 2 de algodão e grãos; 2 no ramo de atacado e comércio exterior; 1 de fumo; 1 de equipamentos e ferramentas e 1 de café.

Dentre as dez primeiras no *ranking* de colocadas encontram-se em ordem decrescente: Bunge Alimentos e Cargill (óleo, farinhas e conservas); JBS (carne bovina); BRF/Sadia e BRF (aves e suínos); ADM (óleo, farinhas e conservas); Copersucar-Cooperativa (açúcar e álcool); Unilever e Louis Dreyffus (óleo, farinhas e conservas); e Basf (adubos e defensivos). Ainda entre estas empresas encontram-se Souza Cruz (12° lugar), Nestlé (13° lugar), Suzano (14° lugar), Bayer (19° lugar), Amaggi (20° lugar), Klabin (22° lugar), Syngenta (23° lugar), Cosan (37° lugar).

6 Revista *Exame*, abril de 2012. Disponível em: *http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/as-50-maiores-empresas-do-agronegocio-em-2012*. Acesso: 1 ago. 2012.

A Tabela 1 demonstra os dados coletados na revista *Exame,* os quais mencionamos anteriormente:

TABELA 1: Classificação de empresas quanto ao volume de vendas em 2012

Lugar	Empresa	Sede	Segmento	Vendas (em US$ milhões)
1°	Bunge Alimentos	Gaspar (SC)	Óleos, farin. e conservas	19.319,9
2°	Cargill	São Paulo (SP)	Óleo, farin. e conservas	19.093,2
3°	JBS	São Paulo (SP)	Carne bovina	13.420,5
4°	BRF/Sadia	Itajaí (SC)	Aves e suínos	12.859,8
5°	BRF	Itajaí (SC)	Aves e suínos	12 831,0
6°	ADM	São Paulo (SP)	Óleos, farin. e conservas	9.903,0
7°	Copersucar Cooperativa	São Paulo (SP)	Açúcar e álcool	8.000,0
8°	Unilever	São Paulo (SP)	Óleos, farin. e Conservantes	7 295,5
9°	Louis Dreyfus	São Paulo (SP)	Óleos, farin. e conservas	6 824,4
10°	Basf	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	5 755,1
11°	Coamo	Campo Mourão (PR)	Atacado e com. exterior	5 703,3
12°	Souza Cruz	Rio de Janeiro (RJ)	Fumo	5 675,1
13°	Nestlé	São Paulo (SP)	Leite e derivados	5 240,4
14°	Suzano	Salvador (BA)	Madeira e celulose	4.800,0
15°	Heringer	Viana (ES)	Adubos e defensivos	4 833,5
16°	CNH	Contagem (MG)	Máq., equip. e ferram.	4 824,6
17°	Marfrig	São Paulo (SP)	Carne bovina	4 576,6
18°	Bunge Fertilizantes	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	4 473,6
19°	Bayer	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	4 410,7
20°	Amaggi	Cuiabá (MT)	Atacado e com. exterior	4 129,7
21°	Copersucar	São Paulo (SP)	Açúcar e álcool	3 969,6
22°	Klabin	São Paulo (SP)	Madeira e celulose	3 888,6
23°	Syngenta	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	3.840,0
24°	Fibria	São Paulo (SP)	Madeira e celulose	3 753,9
25°	Aurora	Chapecó (SC)	Aves e suínos	3 614,1
26°	Kraft Foods	Curitiba (PR)	Óleos, farin. e conservas	3 574,9
27°	Frigorífco Minerva	Barretos (SP)	Carne bovina	3 565,0
28°	DuPont	Barueri (SP)	Adubos e defensivos	3 436,1
29°	Mosaic	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	3 292,4
30°	Pepsico	São Paulo (SP)	Óleos, farin. e conservas	3 185,4
31°	Vale Fertilizantes	Uberaba (MG)	Adubos e defensivos	2 985,1

32°	Cooxupé	Guaxupé (MG)	Café	2 984,8
33°	Duratex	São Paulo (SP)	Madeira e celulose	2 907,3
34°	Yara	Porto Alegre (RS)	Adubos e defensivos	2 831,6
35°	C. Vale	Palotina (PR)	Aves e suínos	2 754,4
36°	Seara	Itajaí (SC)	Aves e suínos	2 743,5
37°	Cosan Açúcar e Álcool	Barra Bonita (SP)	Açúcar e álcool	2 623,1
38°	Ultrafertil	Cubatão (SP)	Adubos e defensivos	2 328,5
39°	Cosan	São Paulo (SP)	Açúcar e álcool	2 271,3
40°	Noble	São Paulo (SP)	Algodão e grãos	2 106,4
41°	Caramuru	Itumbiara (GO)	Óleos, farin. e conservas	2 039,1
42°	Itambé	Belo Horizonte (MG)	Leite e derivados	1 984,5
43°	Camera	Santa Rosa (RS)	Óleos, farin. e conservas	1 907,6
44°	Usaçúcar	Maringá (PR)	Açúcar e álcool	1 906,6
45°	Ajinomoto	São Paulo (SP)	Óleos, farin. e conservas	1.000,0
46°	Granol	São Paulo (SP)	Óleos, farin. e conservas	1 889,1
47°	Cocamar	Maringá (PR)	Óleos, farin. e conservas	1 861,1
48°	Lar	Medianeira (PR)	Algodão e grãos	1 849,2
49°	M. Dias Branco	Eusébio (CE)	Óleos, farin. e conservas	1 829,9
50°	Bianchini	Porto Alegre (RS)	Óleos, farin. e conservas	1 791,2

Fonte: Revista *Exame*.

Várias destas empresas citadas na Tabela 1 encontram-se não somente no Brasil, mas nos diferentes países da América do Sul. Em sua maioria são empresas de origem estadunidense ou europeia e que realizam grandes investimentos nos países latino-americanos com o apoio e facilitações dos diferentes Estados nacionais.

No caso da produção de soja, durante os últimos quinze anos, no Brasil, houve uma rápida reconfiguração tomando uma proporção de grande magnitude. Segundo Wesz Júnior (2011, p. 126), foi nesse cenário de crescimento que as empresas ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus (também conhecidas como o grupo ABCD) e Amaggi tornaram-se as cinco maiores processadoras de grãos no Brasil. Estas empresas dominam a cadeia de produção para além da produção da soja, mas também com a venda de insumos, assessoramento técnico, financiamentos, compra de grãos para a exportação e venda de mercadorias prontas para o consumo.

Na análise do mesmo autor destaca-se que esta grande mudança se dá na medida em que os grupos empresariais internacionais tomam a dianteira da concentração econômica pela aquisição de plantas industriais, anteriormente de famílias brasileiras, e investindo em novas plantas localizadas em áreas de expansão do cultivo de soja. Estas áreas

são circunscritas entre o triângulo mineiro, o Mato Grosso, oeste baiano, sudoeste de Goiás, na região chamada de Mapito (Maranhão, Piauí, Tocantins) e em algumas áreas da região norte (Humaitá, no Amazonas e Santarém, no Pará) (Wesz Júnior, 2011, p. 19). As últimas agroindústrias construídas pelo grupo ABCD e Amaggi, não por acaso, estão instaladas próximas a frigoríficos ou granjas, como o caso de Primavera do Leste/MT (Cargill), Lucas do Rio Verde/MT (Amaggi), Nova Mutum (Bunge), Itacoatiara/AM (Amaggi) (Wesz Júnior, 2011, p. 63).

O armazenamento da soja também é elemento para consolidar as estratégias já apontadas, reduzindo custos. Atualmente a Bunge tem 193 armazéns, seguida da Cargill com 151 unidades. A ADM e Dreyfus alcançam 53 e a Amaggi 46 silos (Wesz Júnior, 2011, p. 91). Junto a estas estruturas, a logística de escoamento torna-se uma preocupação constante destas empresas, inclusive controlando portos, como o caso do escoamento pelo Rio Madeira atualmente controlada pelo grupo Amaggi (Wesz Júnior, 2011, p. 78).

A Bunge, com sua sede principal em White Plains, Nova Iorque, além do Brasil atua em outros países do continente latino-americano. Na América do Sul, atua no agronegócio do açúcar, da bionergia, de alimentos e fertilizantes. Na Argentina (operando desde 1884, tem instalações nos municípios de Arroyo Corto, Farsa, Quebracho, Quenquén, Manfredi, Tandil, Bahia Blanca, Greffar); no Uruguai (com instalações em Montevidéu, Puerto Nueva Palmira, Fray Bentos e Miryn); Paraguai (com instalações em Hernandarias, Naranjal, Minga Guazú) atua no ramo de fertilizantes; e na Colômbia e Peru, fornecendo grãos e oleagionsas[7].

A empresa ADM, operando no agronegócio da soja, milho, sorgo, fertilizantes e produtos químicos tem instalações nos seguintes países: Argentina (com instalações em Buenos Aires e Rosário), Bolívia (instalações em Santa Cruz de la Sierra, La Paz, Oruro e Cochabamba) exportando óleos vegetais, alimentos de proteínas de soja e girassol; Brasil, México, Paraguai (nas compras, armazenamento e exportação de trigo, milho, canola e girassol; no ramo de fertilizantes, produtos químicos, sementes e biodiesel); Porto Rico e República Dominicana. Tem uma rede de 80 silos que inclui Paraguai, Bolívia e Brasil[8].

Já a Cargill, com sede em Minneapolis, Minnesota, opera no agronegócio de carnes, biocombustíveis e processamento de grãos na Argentina (com instalações em Buenos Aires, Córdoba, Entre Ríos, Santa Fé, Chaco, La Pampa, Santiago de Estero), Bolívia (com uma oficina em Santa Cruz de la Sierra), Brasil, Colômbia (com oficina em Bogotá), Costa Rica, República Dominicana, Guatemala, Honduras, Nicarágua,

7 Informação do site oficial da Bunge*: http://www.bunge.com/South-America*

8 *http://www.adm.com/en-US/worldwide/south_america/Pages/default.aspx*

Paraguai (com instalações em Minga Guazú, Puerto Paloma e Puerto Unión), Peru (com plantações em Lima, Chichayo e Arequipa), Uruguai (com sede em Montevidéu) e Venezuela (com instalações em Maracaibo, Zúlia e Caracas)[9].

A Dreyfus investe e tem instalações e oficinas na Argentina (Buenos Aires e Rosário), Chile (Santiago de Chile), Paraguai (Assunción), Peru (San Isidro e Lima), e Uruguai (em Montevidéu).

Citamos também a Monsanto como outra empresa do agronegócio que investe na Argentina (com plantações em Maipú, Pergamino, Zárate) Brasil, Chile, Peru, Equador, Colômbia, Paraguai e Venezuela (com instalações em Maracaibo, Cabinas, Los Olivitos – Miranda, Barquisimeto, Valencia, Turmero, Coropo – Maracay, Caracas, Catia, Catia la Mar, Puerto la Cruz)[10]. Assim como a Syngenta que, de origem sueca, opera também no Chile, além do Brasil.

Os dados citados acima somente são exemplos que identificam a ordem dos investimentos destas grandes transnacionais nos diferentes países da América Latina: menos em alguns, mais em outros. Constatamos que os apontamentos nos *sites* destas empresas mostram tão somente onde estão suas instalações (como plantas, armazéns, oficinas e portos). No entanto, para uma análise mais precisa da dimensão que vem tomando os investimentos destas transnacionais na América Sul[11] seria necessário identificar onde estão e quantos hectares cada empresa têm de propriedades rurais, como também a quantidade de terra arrendada para a produção de matérias-primas para seus produtos e onde se encontram[12].

Mesmo com estes dados bastante pontuais[13], percebe-se que há uma estratégia de desenvolvimento destas empresas no continente sul-americano. No caso dos exemplos mencionados acima, no que dizem respeito à soja, buscamos produzir alguns mapas que permitam a visualização cartográfica do tema deste ensaio, tomando como exemplo a abrangência das empresas do grupo ABCD na produção de soja e sua expansão no Brasil. Os mesmos contribuem em certa medida para uma análise espacial desta temática.

Nos seguintes mapas, identifica-se com a cor mais forte os municípios onde encontram-se instalações de cada empresa em destaque, as cores em marca d´água identificam, na relação, as instalações das outras empresas do grupo ABCD.

---

9 *http://www.cargill.com/worldwide/index.jsp*

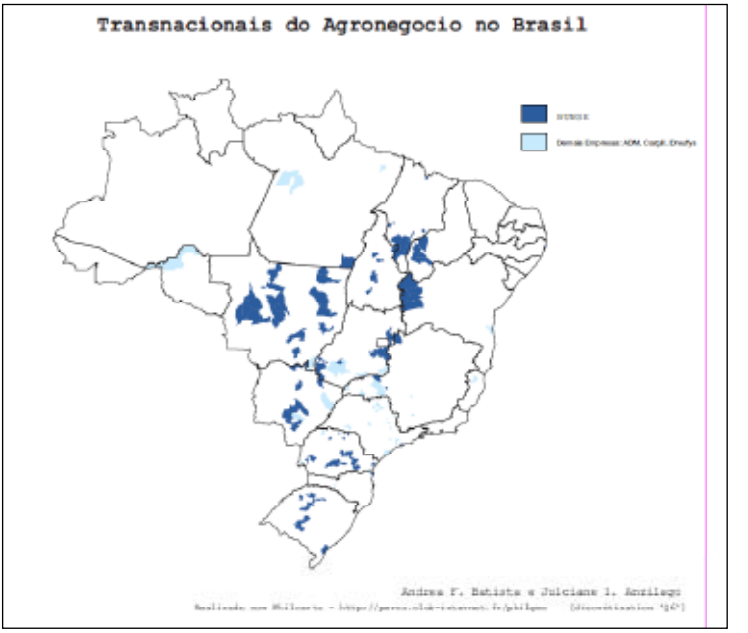
10 *http://www.monsantofund.org/programs/south-america/*

11 Foco deste artigo e em especial deste capítulo.

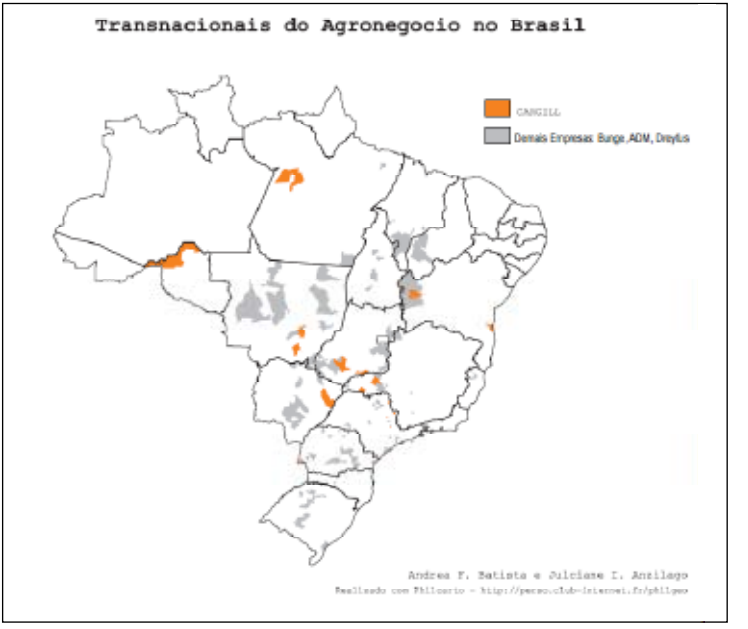
12 Infelizmente não encontramos estes dados para a produção deste breve ensaio, entretanto consideramos dados fundamentais para uma investigação completa sobre a abrangência destas transnacionais.

13 Referimos-nos aos dados somente das instalações identificadas nos *sites* destas empresas.

MAPA 1: Espacialização da Bunge em relação à ADM, Cargill e Dreyfus

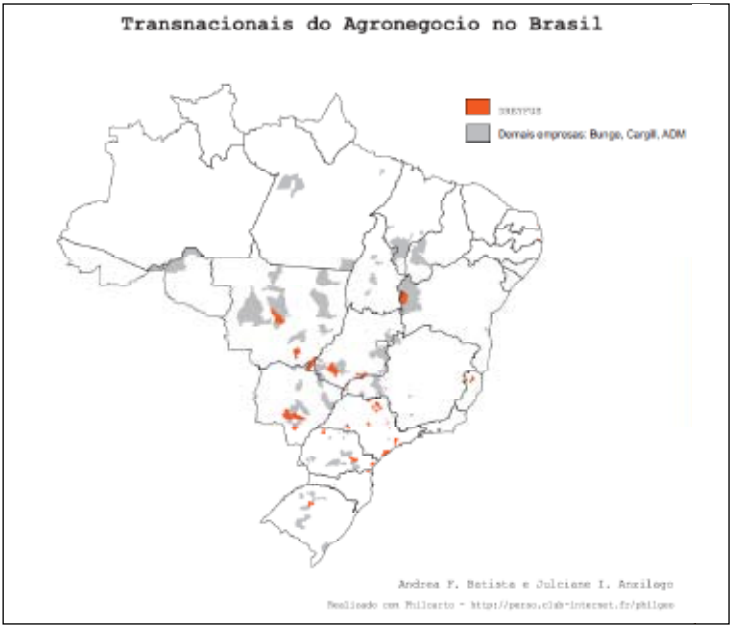


MAPA 2: Espacialização da Cargill, em relação à ADM, Bunge e Dreyfus



MAPA 3: Espacialização da ADM, em relação à Bunge, Cargill e Dreyfus

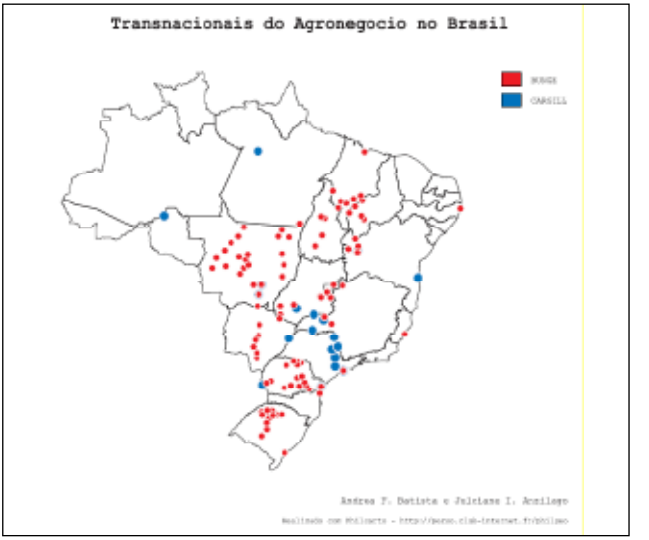
MAPA 4: Espacialização da Dreyfus, em relação à ADM, Bunge e Cargill



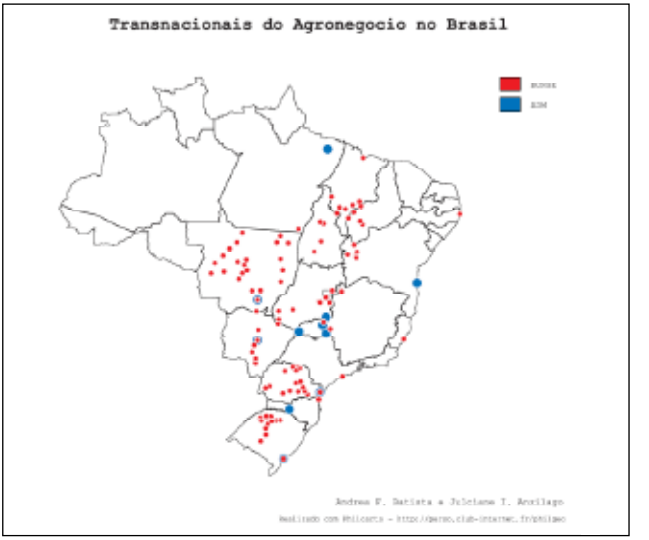
Podemos mencionar que a Bunge é a empresa que tem maior número de instalações espalhadas pelo país e que, em comparação com as outras empresas do grupo ABCD, converge em muitos casos com instalações de duas ou mais transnacionais no mesmo município.

Os mapas abaixo buscam evidenciar esta análise.

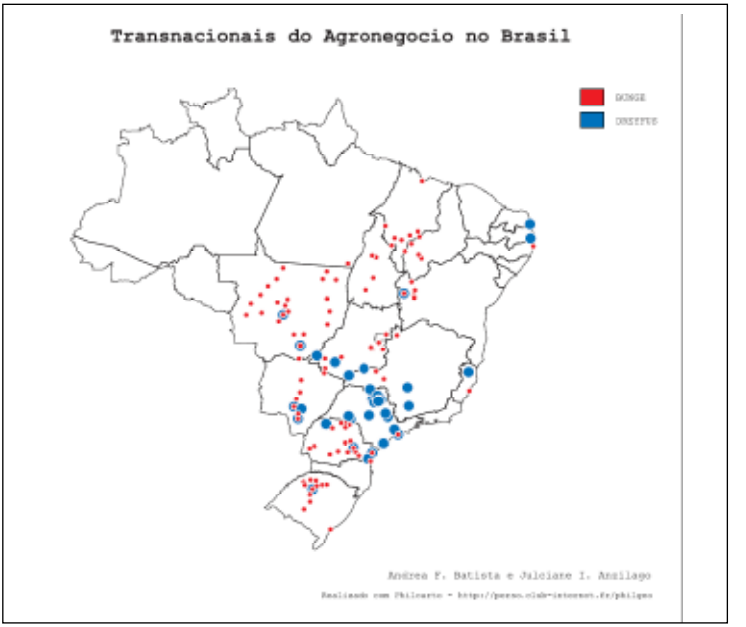
MAPA 5: Localização de Bunge e Cargill por municípios



MAPA 6: Localização de Bunge e ADM por municípios



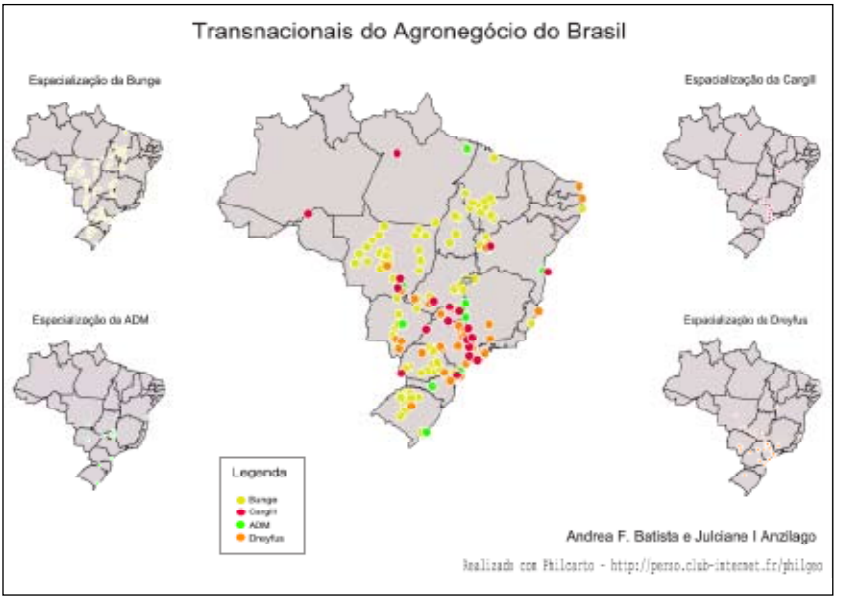
MAPA 7: Localização de Bunge e Dreyfus por municípios



Mesmo sendo identificadas nestes mapas somente as instalações das empresas do grupo ABCD, pode-se perceber a rota do agronegócio vinculado à soja e seus derivados, assim como à cana e outros produtos de domínio das transnacionais mencionadas. O Mapa 8 representa a síntese dos anteriores, pretende evidenciar esta rota e, ao mesmo tempo, demonstrar elementos da hegemonia do agronegócio no campo brasileiro.

Considera-se que ainda que numa visualização parcial – por não compreender a identificação de propriedades de terras e dos arrendamentos para a produção de matéria-prima – que identificando as instalações ativas destas empresas possibilita-se uma reflexão das tendências e consequências deste modelo para os trabalhadores do campo, sejam estes assalariados, camponeses, indígenas, quilombolas ou faxinalenses. Acabam subsumidos à ordem hegemônica do capital no campo em sua forma agronegócio.

MAPA 8: Rota do agronegócio no Brasil a partir da localização das empresas do grupo ABCD



Se, por um lado, o agronegócio se apresenta no campo com esse emaranhado de tentáculos que consegue, do ponto de vista sistêmico, coordenar e dominar as cadeias produtivas da produção das *commodities*, por outro, esconde as contradições que não consegue resolver, como as questões ambientais (Código Florestal), produção e uso de venenos, trabalho escravo, combate à fome, e que apresenta falsas soluções do agronegócio aliado ao latifúndio e ao governo.

Em contraposição, a agricultura camponesa e familiar apresenta ao campo brasileiro possibilidades de produção de alimentos. Dados do IBGE de 2006 demonstram que 70% da alimentação é produzida pela agricultura familiar e camponesa. Esse olhar nos remete à compreensão da necessidade de investimento por parte dos governos para que potencializem a agricultura brasileira pautada numa reforma agrária integral e num projeto de agricultura camponesa e agroecológica.

Assim, os movimentos sociais do campo articulados pela Via Campesina e, em especial, os do Brasil, apontam a produção de sementes sob o controle dos camponeses e camponesas, para a soberania energética e alimentar, baseada nos princípios da agroecologia, sob a ótica feminista, como alternativa ao modelo vigente.

Considerações finais

Este breve ensaio buscou trazer alguns elementos que identificam e caracterizam o agronegócio, assim como as principais transnacionais da agricultura na atualidade, suas linhas de produção, onde estão localizadas e suas diferentes relações nos países sul-americanos. Uma das formas que se apresenta é a crescente hegemonia do agronegócio em tempos considerados de crise estrutural do capital. Seria essa uma forma de reconfiguração do capital na busca de superar sequenciais crises, ou melhor, expressões de uma crise maior, de uma crise estrutural?

Recorrendo novamente a Mészáros, concordamos com o autor que as alternativas para este tipo de crise, a crise estrutural do capital que se expressa em diferentes dimensões, não devem mais estar circunscritas à "ordem metabólica estabelecida", mas devem estar fundadas numa mudança estrutural radical.

Como contraponto a esta hegemonia do agronegócio no campo, a Via Campesina Internacional (uma articulação internacional de camponeses, indígenas e afrodescendentes) tem como principais enfrentamentos às consequências deste modelo, a luta pela reforma agrária, a defesa da biodiversidade e dos recursos energéticos, a construção de novas relações de gênero, a luta pela soberania alimentar, e a construção de um novo modelo de agricultura baseada nos princípios da agroecologia.

Podemos apontar, com certeza, que estas lutas são elementos-chave na resistência e enfrentamento ao território de dominação do capital em sua expressão no campo. Porém, a superação da sociedade capitalista e a emancipação da classe trabalhadora exige muito mais neste momento histórico; exige a busca incansável da unificação dos fragmentos das lutas particulares e a universalização da classe em toda sua diversidade, mediada pela ação de instrumentos políticos que organizem e impulsionem a luta por uma mudança estrutural.

Referências bibliográficas:

BORRAS, Saturnino M.; FRANCO, Jennifer C.; KAY, Cristobal; SPOOR, Max. *El Acaparamiento de tierras em América Latina e Caribe:* visto desde uma perspectiva internacional más amplia. Outubro de 2011. Disponível em: *http://www.tni.org/node/70998*. Acesso: 25 jul. 2012.

CRAMPTON, J. W.; KRYGIER, J. Uma introdução à cartografia crítica. *In:* ACSELRAD, H. *Cartografias sociais e territórios*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008, p. 85-111.

CECEÑA, Ana Esther; AGUILAR, Paula Lúcia; MOTTO, Carlos Ernesto. *Territorialidad de la dominación*: la integración de la dominación regional Sudamerica (IIRSA). Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2007.

Disponível em: *http://www.geopolitica.ws/article/territorialidad-de-la-dominacion-iirsa/* Acesso: 10 jun 2012.

EXAME. *As 50 maiores empresas do agronegócio em 2012:* confira o *ranking* das maiores e melhores. Abril de 2012. Disponível em: *http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/as-50-maiores-empresas-do-agronegocio-em-2012*. Acesso: 1 ago. 2012.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira*. Tese (doutorado). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.

MÉSZÁROS, István. *Crise estrutural necessita de mudança estrutural*. Conferência de Abertura do II Encontro de São Lázaro. UFBA: 13 de junho de 2011. Disponível em: *http://www4.fct.unesp.br/Thomaz.*

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A luta pela apropriação e reapropriação da água na América Latina. *In* FERNANDES, Bernardo M. (org). *Campesinato e agronegócio na América Latina:* a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. *Monopólio de produção de etanol no Brasil*: – a fusão Cosan-Shell. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SANTUCHO, Mario Antonio. *El dueño de la moto-sierra de oro*. Entrevista con Blairo Maggi. Argentina: Editorial Universidad Nacional de Córdoba, julio/agosto de 2012. (p. 48-55) Disponível em: *www.unc.ed.aminstitucional/perfil/editorial.*

VILADESAU, Tomás Palau. *El agronegócio de la soja em Paraguay:* antecedentes e impactos sociales y economicos. *In* FERNANDES, Bernardo M. (org). *Campesinato e agronegócio na América Latina*: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. *Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda, 2011. Disponível em: *http://campohoje.net.br/sites/default/files/livros/arquivos-download/Livro4.PDF*. Acesso: 1 ago. 2012.

Fatores estruturais do desenvolvimento do Brasil e América Latina

Leonardo Bauer Maggi[1]

Resumo

A crise mundial iniciada em 2009 colocou a hegemonia neoliberal sob vigilância e dúvida, tanto nos países centrais como na periferia do capitalismo, abrindo possibilidade para a construção de um novo arranjo das forças produtivas. O artigo apresenta uma síntese da história do pensamento econômico desde o início do século passado até os dias atuais. Apresenta também elementos que caracterizam o subdesenvolvimento de países latino-americanos, em particular o Brasil, dando maior destaque à influência que os recursos naturais exercem sobre o modo de produção atual e como o governo brasileiro tem aplicado algumas medidas divergentes da trajetória neoliberal.

Palavras-chave: desenvolvimento, capitalismo, recursos naturais.

---

1 Integrante do MAB. Mestrando do curso de pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – Unesp. Cátedra Unesp/Unesco/ENFF em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. *E-mail:* leonardo.bauer@terra.com.br

O nascente capitalismo comercial que se engendrava no contexto de hegemonia feudal promoveu na América Latina, a partir do século XVI, intenso processo de ocupação. O comércio triangular, que tinha como base na América as *plantations* e as *haciendas,* foi de grande importância para o período e marcou profundamente os modos posteriores de produção.

Nesse período, a América Latina, em especial, era uma extensão do território europeu, que inicialmente requisitava mercadorias como ouro, prata, madeiras. Com o desenvolvimento do processo produtivo, começa a exigir matérias-primas para sua nascente indústria, aumentando o grau de especialização dessas relações comerciais, sem transformar o modo de produção das colônias, como a propriedade da terra, as relações de trabalho e a relação com o "externo".

As contradições que permeavam o processo de desenvolvimento do capitalismo comercial no modo de produção feudal foram se acirrando, de maneira a viabilizar grandes processos de rupturas através de revoluções burguesas em toda Europa, alcançando o Estado e a sociedade. Definitivamente, e a partir de então, não é mais a *terra* o principal fator de produção e organização do Estado e da sociedade, mas o *capital*.

Mesmo que a Revolução Francesa e a Revolução Industrial ocorram no final do século XVIII, as relações sociais e o modo de produção, na América Latina em especial, se alteram muito pouco no mesmo período. Marx e outros intelectuais já se debruçavam sobre os desafios da classe trabalhadora na nascente indústria europeia, especialmente da Inglaterra, e o Brasil ainda chamava de "capitão do mato" o "gerente de recursos humanos"[2]. É somente em 1930, pelo menos 150 anos após a Revolução Francesa, que o Brasil e outros países da América Latina intensificam o processo de mudança na organização da produção, superando a hegemonia agroexportadora.

As fases – "de crise em crise o capital enche o papo"

O progresso das forças produtivas e as contradições geradas exigem do modo capitalista de produção um contínuo ajuste do arranjo necessário para sua manutenção e reprodução. Cada período possui um "perímetro" determinado cujas características são particulares. Nesse trabalho, adotaremos a convenção elaborada por Foladori & Wise (2010, p. 32) e Bielschoswsky & Mussi (2005, p. 2, *apud* Malta, 2009,

2 (...) no auge da atividade dos socialistas utópicos lá na Europa, aqui se lutava para que a terra deixasse de ser colônia de Portugal e se afirmasse como um país independente (Konder, 2003, p. 26).

p. 12) que dividem o capitalismo mundial em fases aqui relacionadas no período pós 1930:

- **1914 a 1944**: período da grande crise capitalista, marcado no início e no fim por duas grandes guerras. Foi o período de "domesticação do capitalismo", cuja presença do Estado ganhou força, atenuando a livre atuação do capital monopolista. Na América Latina, foi um momento no qual setores industriais das burguesias nacionais superam a hegemonia agroexportadora e começam um período conhecido como *nacional desenvolvimentista*. Esse momento foi bem expressivo na Argentina, Brasil e México;
- **1948 a 1970**: o "ajuste" promovido pelas guerras que precederam esse período e a necessidade da reconstrução dos países criou as condições para uma franca expansão do capitalismo internacional, a "era dourada do capitalismo", representado também por um "Estado de bem-estar social". Paradoxalmente, nesse período, cerca de metade da população do mundo vivia em Estados nacionais de orientação socialista;
- **1970 a 1982**: as dificuldades de manutenção das políticas de bem-estar social e o processo de reprodução do capital abrem um novo período de crise, no qual a ideologia neoliberal assume predominância. Na América Latina, esse período foi marcado por uma presença muito grande de governos cuja gestão se fazia sob *ditaduras militares*;
- **década de 1980 a 2008**: período de *globalização neoliberal*, onde a ordem era afastar qualquer iniciativa do Estado na economia e o livre mercado seria o grande instrumento de organização dos bens de consumo para a sociedade. Período marcado pela privatização de grandes empresas estatais em toda América Latina;
- **2009 e o momento atual**: hipotecas de imóveis, sobrevalorizados nos Estados Unidos e Europa, são o estopim para revelar uma imensa crise de realização de valor que "coroa" o início do fim da fase globalização neoliberal. Trilhões de dólares foram retirados de fundos estatais para salvar bancos privados, especialmente nos países centrais. Por ser uma crise cuja natureza está na realização do valor no mercado, ou seja, uma crise de superprodução, ela se apresenta estrutural, cujos impactos serão duradouros e de profundo alcance.

Essa breve introdução histórica se faz necessária, pois é assentada nessas bases que uma série de interpretações se fez e se faz sobre o lugar da modernidade e do desenvolvimento em países de capitalismo pouco desenvolvido como o Brasil, Paraguai e Argentina.

São pelo menos duas as correntes de interpretação. A primeira é a *neoclássica rostowniana*, que reconhece diferenças no processo de desenvolvimento do capitalismo internacional, mas afirma que é da natureza desse modelo promover a modernidade e, desde que alguns pressupostos de cada uma "de 5 etapas"[3] sejam atendidos, as sociedades tendem a avançar para uma "*era do consumo em massa*" (Rostow, 1966, p. 14). Celso Furtado define da seguinte maneira essa interpretação:

> O pensamento neoclássico refletiu (...) o desejo implícito de justificar a ordem social existente como aquela que permitia o uso mais racional dos recursos disponíveis. (...) deve ser qualificado como "otimizador". (...) O agente consumidor tende a otimizar sua posição maximizando as utilidades marginais em todas as direções; o agente produtor tende a otimizar a sua, maximizando a produtividade marginal de todos os fatores; por fim, a coletividade otimiza o seu bem-estar conforme a sua escala de preferência. Esse sentido apologético, inerente ao pensamento neoclássico, manifestou-se em sua plenitude na chamada "economia do bem-estar" (FURTADO, 1971, p. 43).

A outra corrente de pensamento foi denominada de *estruturalismo econômico*, interpretação realizada por grupo de economistas latino-americanos, que se constituiu na primeira metade do século XX e que "teve como objetivo principal colocar em primeiro plano a análise de estruturas sociais como meio para compreender o comportamento das variáveis econômicas" (Furtado, 1971, p. 74-75) e, ainda segundo o mesmo autor, essa estratificação social é resultado do modo de produção herdado do período colonial, como específica:

> (...) desde o início, o desejo de fomentar a produção de matérias-primas, cuja procura crescia nos centros industriais. (...) a resultante foi quase sempre a criação de estruturas dualistas, uma parte das quais tendia a organizar-se à base da maximização do lucro, conservando-se a outra parte dentro de formas pré-capitalistas de produção. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. (...) O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento (Furtado, 1971, p. 180-181).

Essas interpretações são fruto de grande exercício teórico de um período que se inicia após 1930, segue durante os anos 1970 e chega até hoje. Apesar de extensa bibliografia e exaustivos debates, não pode ser dado como encerrado; ao contrário. As disputas políticas e econô-

3 As fases sintetizadas por Rostow: [1º] a sociedade tradicional, [2º] as precondições para o arranco, [3º] o arranco, [4º] a marcha para a maturidade e a [5º] era do consumo em massa" (W. W. Rostow, 1966, p. 14).

micas na atualidade se assentam nessas bases teórico-interpretativas. Em síntese, pode-se afirmar que "desenvolvimento" é um termo qualitativamente superior que "crescimento", sendo este relacionado apenas ao progresso econômico (PIB – Produto Interno Bruto) e aquele ao crescimento de maneira mais equitativa do conjunto da sociedade, das pessoas e do modo de produção e distribuição do que é produzido, envolvendo aspectos relacionados à saúde, educação, cultura etc. Assim, "(...) o aumento da produtividade do trabalho e suas repercussões na distribuição e utilização do produto social constituem o problema central da teoria do desenvolvimento" (FURTADO, 1971, p. 7).

Partindo de uma leitura marxista de que desenvolvimento está intimamente relacionado à produtividade do trabalho de uma coletividade, Furtado sugere que um método de análise do modelo e do grau de desenvolvimento de uma determinada economia deve responder algumas questões, entre elas "a) identificar as relações de produção fundamentais do regime capitalista, e b) determinar os fatores que atuam no sentido do desenvolvimento das forças produtivas, isto é, fatores que levam à superação desse regime" (1971, p. 14).

Passados mais de dois séculos desde a revolução burguesa parece mesmo que fatores estruturais bloqueiam a superação de grandes desigualdades no Brasil e região. Essa fatídica constatação não é consenso quando se discute as bases pelas quais o subdesenvolvimento persiste. Como apresentado, Celso Furtado (1971) afirma que são estruturas "pré-capitalistas" convivendo com o crescente capitalismo que bloqueiam o desenvolvimento; contudo, Francisco de Oliveira (1972) discorda dessa ideia: não houve antagonismos entre estruturas "pré-capitalistas" e o nascente modo industrial de produção, e nem poderiam ser denominados de "atrasado" ou "moderno", respectivamente. Segundo ele, as mudanças que ocorreram em países como o Brasil, após a década de 1930, conformam um tipo de capitalismo industrial que fagocitou em suas relações de produção o modo de reprodução capitalista agroexportador, conferindo a este vantagens extraordinárias, como força de trabalho barata e abundante e alimentos a baixo custo (diminuição do custo de reprodução da força de trabalho). Esses dois elementos, acrescidos de um Estado nacional legitimador, conferiu ao nascente processo industrial brasileiro uma renda extraordinária por um longo período.

A ESSÊNCIA QUE PERMEOU TODAS AS FASES

O breve resgate apresentado nesse trabalho, por ser bastante sucinto, não detalha o conjunto das contradições inerentes em cada fase ali circunscrita no âmbito da relação capital-trabalho, na disputa in-

tercapitalista, e também nas expressões das contradições existentes no modo capitalista de produção. Entre os capitalistas a aparente harmonia e unidade burguesa são permeadas por uma disputa cujo interesse principal não é apenas o lucro, mas o maior lucro. Não basta tê-lo: é necessário ter mais que a média dos demais capitalistas. Em geral, são setores que dominam uma determinada atividade produtiva que, em dado momento, pelo arranjo diferencial dos fatores de produção, alcançam uma renda superior aos demais capitalistas. É possível perceber que em cada momento havia e há uma participação maior, dada por um determinado grupo capitalista. Cada período da economia foi organizado pelo que chamarei aqui de *núcleo dinâmico*[4]. Essas disputas ocorrem entre setores como também entre capitalistas no mesmo setor.

> (...) ao intensificar a acumulação e ao incorporar novas técnicas, reduz o seu preço de produção individual. Enquanto a concorrência não vier corrigir a situação, este capitalista gozará de um aumento relativo de mais-valia que se traduzirá em elevação de sua taxa de lucro. Como a penetração de novas técnicas se realiza mediante esses avanços individuais, o total da mais-valia se distribui desigualmente entre os capitalistas, o que cria um clima de permanente disputa entre eles. Dessa luta resulta a eliminação dos mais fracos e a tendência para crescente concentração do capital em poucas mãos (FURTADO, 1971, p. 24-25).

De maneira geral, é a capacidade de geração de uma renda diferencial que atrai os interesses capitalistas, principalmente para regiões fora dos países centrais e, como dito acima, o arranjo desses fatores é que promove uma capacidade diferenciada de produção de mercadorias. Tais fatores são essencialmente ligados: a) tecnologia, máquinas e equipamentos; b) organização técnica do trabalho; c) força de trabalho e d) recursos naturais. Estratificando e qualificando os principais fatores de produção envolvidos no processo produtivo na região, destacam-se:

- **solo, água e relevo**: solos profundos, friáveis, férteis (reserva orgânica milenar das florestas), cuja insolação é anual, acompanhada de precipitação regularmente demarcada e grandes áreas planas;
- **minérios**: território de grandes reservas minerais de bauxita, ferro; metais preciosos como prata, ouro e componentes químicos como o lítio, cobre etc.;

4 *Núcleo dinâmico* é a expressão da hegemonia de uma determinada parcela capitalista num dado período histórico, que não se faz de forma absoluta, tampouco única. Adotarei essa terminologia para expressar a capacidade que o modo capitalista possui de conviver com formas distintas (atrasadas ou não) em todas as fases, apesar de estar claro que, em cada momento, há uma força dirigente maior que influencia e até organiza extratos menos expressivos.

- **reservas energéticas:** combustíveis fósseis como gás, carvão e petróleo, assim como combustíveis para tecnologias de fissão nuclear, além de grande potencial para expansão da hidroeletricidade, energia eólica e solar;
- **força de trabalho**: uma grande massa de trabalhadores "formada" sob as marcas da escravidão, que apesar do baixo grau de escolaridade (produtividade da força de trabalho potencialmente baixa), consegue reproduzir-se com pouquíssima renda, preparada para trabalhar em condições de desemprego, subemprego e emprego precário. A crítica feita por Oliveira (1972) destaca que o processo de industrialização encontrou grande margem para expansão ao se estabelecer a partir de uma força de trabalho abundante e barata.

O capitalismo no Brasil parte do modelo agroexportador como *núcleo dinâmico*, passando para um modo industrial a partir de 1930. O período que compreende a época dourada do capitalismo mundial (1948 até 1970) também foi de grande repercussão interna, onde a afirmação do modo industrial se fez presente, tornando-se esse o *núcleo dinâmico* da economia nacional e alterando completamente a organização do espaço e da sociedade. Esse período fica marcado também por uma forte presença do Estado na economia nacional, conhecido como *nacional desenvolvimentista*[5]. Com o tempo, a sustentação de um modo de produção industrial e de vida urbana, e as ações promovidas no âmbito do programa de substituição de importações se esgotam, tendo como resultado a estagnação da década de 1960 e, consequentemente, mudança na gestão política do Estado: "A luta pelo acesso aos ganhos da produtividade por parte das classes menos privilegiadas transforma-se necessariamente em contestação ao regime, e a luta pela manutenção da perspectiva da acumulação transforma-se necessariamente em repressão" (Oliveira, 1972, p. 82).

Todas as fases apresentadas anteriormente acolhem, em maior ou menor medida, formas de exploração cuja predominância era ou é um – ou mais alguns – dos fatores citados acima, ou seja, intenso no uso de recursos naturais; o que para Gonçalves (2011, p. 8), é próprio de economias subdesenvolvidas. O papel do Estado também merece destaque. Em economias capitalistas o Estado participa principalmente em fatores de produção cujo retorno é de longo prazo e/ou o volume

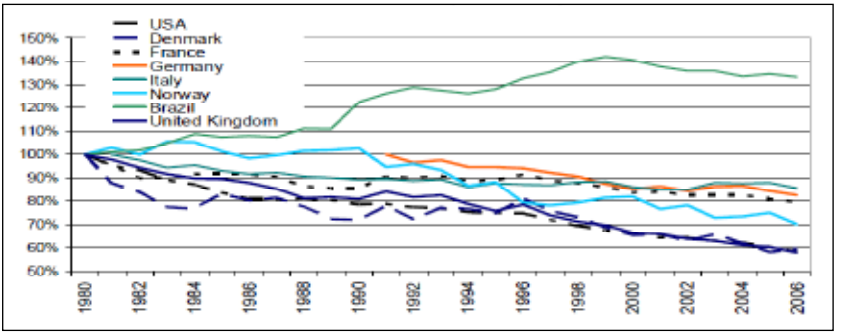
5 Nacional Desenvolvimentismo: projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo, *"é a ideologia do desenvolvimento econômico assentado na industrialização e na soberania dos países da América Latina, principalmente no período 1930-80"* (Gonçalves, R., 2011; p. 6).

de investimento é relevante e proporciona uma condição que ameaça a taxa média de lucro. Esse acionamento ocorre para grandes obras de infraestrutura (demandante de muito capital constante – Kc), em ações de longo prazo de retorno (educação – formação de força de trabalho, saúde, bem-estar social etc.) e em períodos de crise capitalista – "*não há como ser liberal numa depressão*" (Cano, 2012, p. 16), e o Estado tende a assumir maior protagonismo.

Nas economias que tiveram fases nacionais desenvolvimentistas, como o Brasil, México e Argentina, o Estado teve também um papel importante na criação e afirmação de um marco legal e na intervenção direta na economia, promovendo grandes investimentos no setor produtivo, pois "não há na história, nenhum país que se desenvolveu prescindindo de uma generalizada industrialização e de um forte e ativo papel de seu Estado Nacional", afirma Cano (2012, p. 2).

O período compreendido entre 1970 a 1982 é marcado por uma crise em torno da renda proveniente das fontes fósseis de energia. A energia como fator de produção aumenta sua participação no processo produtivo e a América do Sul, região pouco explorada até então, começa a receber o reflexo dessas mudanças. Dados apontados por Araújo (2013), a partir da *Energy Information Adminstration* (EIA, 2008) indicam que atualmente se gasta 40% mais energia para produzir a mesma quantidade de valor que nos anos 1980, ou seja, está ocorrendo, desde a crise do petróleo (1973), uma intensificação do uso de energia no processo produtivo no Brasil, movimento contrário dos países centrais, que diminuíram sua intensidade energética na economia.

GRÁFICO 1: Evolução relativa da intensidade energética brasileira



Fonte: Araújo, R. (2013)

Esse trabalho parte da hipótese de que o modo de produção industrial e a consequente vida urbana foram determinantes para a definição do padrão atual de exploração e consumo de energia. Como mé-

todo, é importante destacar o princípio de definir a essência do polo dinâmico de cada momento para interpretar as manifestações em toda a cadeia, nesse caso a *integração energética regional*. Atualmente, o debate relacionado ao desenvolvimento concentra-se em pelo menos duas interpretações: neodesenvolvimentismo e o neoliberalismo.

O neoliberalismo surge na região sob o comando de governos militares, como resposta à crise econômica gerada no âmbito das políticas denominadas nacional desenvolvimentistas, e fortaleceram enormemente o capital financeiro e a dívida externa brasileira – que no fim do governo Jango (1964) era de 3 bilhões de dólares e no final do governo Geisel (1979) pulou para 50 bilhões de dólares (Konder, 2003, p. 79). A *abertura econômica* promovida pelo neoliberalismo durante os anos 1990 impactou duramente a indústria nacional em vários aspectos, entre o principal deles a concorrência internacional: aquela indústria nacional que se valia de políticas protecionistas foi duramente atingida, tendo que se fundir a outras companhias, muitas delas estrangeiras, ou fechar.

Essas medidas também prejudicaram a indústria cujo foco era o mercado interno, pois perdiam espaço com as importações. Já no final da década de 1990, a política de estabilização da inflação por meio de mecanismos, como a *paridade cambial e elevação das taxas de juros*, fez com que grande parte dos fatores de produção se transformasse em papéis especulativos (Paulino, 2011, p. 1). A elevação da taxa de juros tem um papel muito importante no processo de organização da economia nacional, pois quando essa é superior à taxa de lucro médio no setor produtivo, a tendência, como dito anteriormente, é que o setor produtivo migre seus investimentos para as bolsas de valores. Gonçalves (2011, p. 17) demonstra que a taxa média de lucro da indústria brasileira na década passada foi de 11,0% a.a., enquanto que o lucro dos bancos que atuam no Brasil foi em média 17,5% a.a. no mesmo período.

Do ponto de vista externo, dois fatores impactaram duramente a indústria nacional e de toda a América Latina no início do século XXI: o "fator China" e a crise econômica de 2009. O crescimento econômico industrial chinês reorientou a geopolítica econômica, assumindo parte significativa da atividade industrial mundial. A indústria de regiões como Europa e América Latina sofreu duramente com essas mudanças, seja na competição externa, como no fornecimento de bens em seus próprios países. Estima-se que a China incorporou nos últimos anos um exército de 200 milhões de trabalhadores na atividade industrial, em condições de remuneração bem abaixo do padrão europeu ou estadunidense.

A essência do momento atual

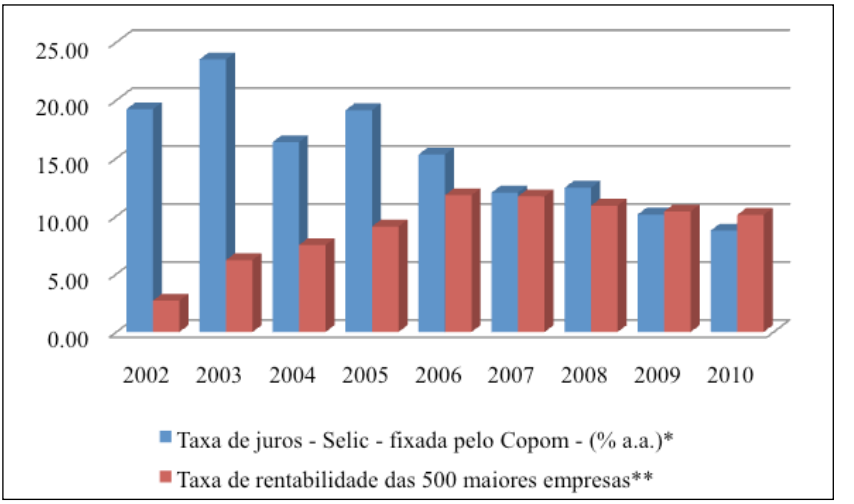
A crise econômica mundial, cujo epicentro ocorreu em 2009, teve rebatimentos diretos sobre a economia da região bem como sobre o pensamento dos seus rumos econômicos. O esfriamento das atividades econômicas deu legitimidade aos opositores do neoliberalismo que já vinham ganhando força com os governos de caráter mais popular. Contudo, o neoliberalismo não perdeu sua hegemonia após a crise. Apesar de ser duramente questionada a sua capacidade de resposta não apenas às vontades coletivas, mas dos próprios proprietários, o neoliberalismo é claramente a força organizadora da economia em toda a região e é em oposição a essa base que esses governos assentam suas políticas consideradas, em alguma medida, "progressistas" e facilmente observadas nos governos da Argentina, Brasil e Paraguai.

No caso do Brasil, os governos Lula (2002 a 2010) e Dilma (iniciado em 2011) podem ser considerados exemplos de governos cujas medidas tentam criar alternativas à base econômica construída nos últimos 30, 40 anos pela orientação neoliberal da economia. Para Paulino (2011), problemas estruturais como ciência e tecnologia, infraestrutura de logística e nível educacional da força de trabalho, em boa parte semianalfabeta, dificultam a competitividade da indústria brasileira no mercado internacional. Nos governos Lula e Dilma essa tendência não se alterou, apesar de alguns esforços que merecem reconhecimento, como o investimento na formação profissional, criando 16 novas universidades e abrindo mais de 1 milhão de vagas no ensino superior. Medidas macroeconômicas também têm tido destaque, como a diminuição da remuneração do capital financeiro em detrimento do capital produtivo, cujo principal mecanismo adotado pelo governo tem sido a diminuição da taxa de juros Selic, como demonstra o gráfico abaixo, invertendo completamente a tendência neoliberal. Atualmente, o Banco Central do Brasil tem operado com uma remuneração mensal de 7,25 % a.a., segundo dados do Ipea/Data (2013).

Tratar do tema indústria de uma forma genérica pode não dar uma compreensão suficiente sobre que tipo de indústria tem se destacado no atual momento. Desde o processo mais forte de abertura econômica, iniciado na década de 1990, como dito anteriormente, apenas alguns setores conseguiram se destacar, e foram aqueles mais competitivos no âmbito internacional, e a indústria que melhor se adaptou a esse momento foi aquela cuja base natural é fundamental para sua reprodução, como o setor da mineração, energia, agropecuária e agroindustrial (Paulino, 2011). De fato, esses setores pouco contribuem para o PIB industrial, além de agregar pouquíssima força de trabalho e consumir muita energia – tendência apresentada

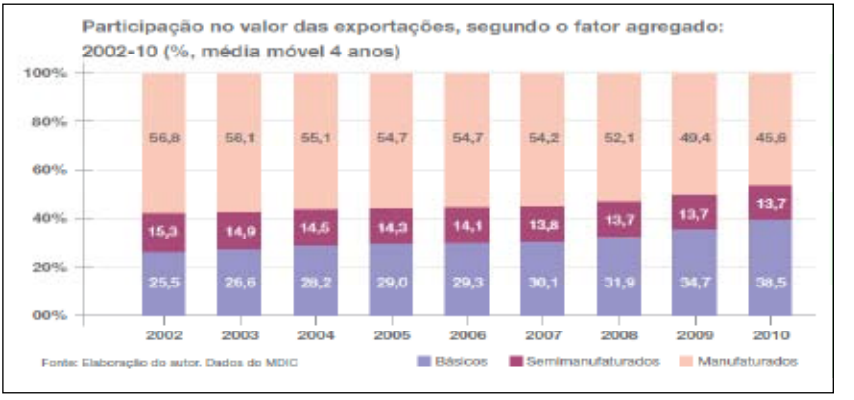
no gráfico 01. O quadro abaixo demonstra tendência onde as mercadorias, como *commodities*, têm aumentado sua participação no conjunto das exportações.

GRÁFICO 2: Relação entre a taxa de remuneração do capital industrial e a taxa de remuneração do capital financeiro



Fonte: *Ipea/Data; **Gonçalves, Reinaldo (2011, p. 17), com dados da Revista *Exame Melhores e Maiores*, 2011, p. 241.

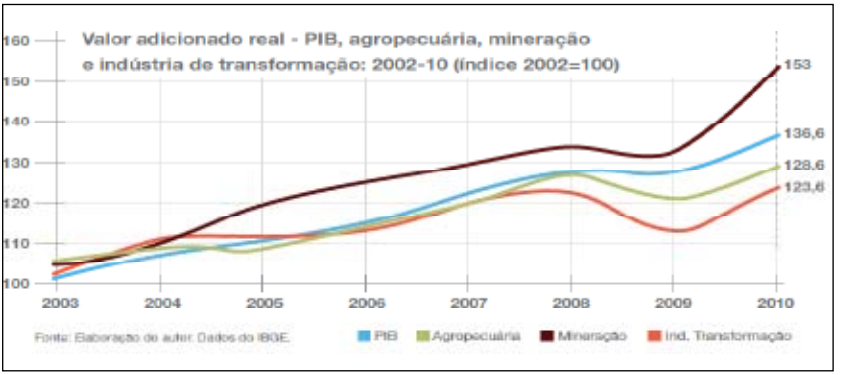
GRÁFICO 3: Estratificação do produto nacional na carteira de exportações brasileiras



Fonte: Gonçalves, Reinaldo (2011, p. 10)

O gráfico seguinte mostra que entre os setores que mais crescem na economia, a mineração tem papel destacado acima do PIB.

GRÁFICO 4: Evolução da participação de bens primários no Produto Interno Bruto – PIB Brasileiro



Fonte: Gonçalves, Reinaldo (2011, p. 8)

Outra medida dos governos Lula e Dilma que merece destaque é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) fases I e II, que reverteram a tendência de esvaziamento de investimentos públicos em áreas como energia, logística e indústria, partindo em 2006 de uma participação de 1,62% do PIB para 3,27% em 2010 (PAC, 2013). Além do PAC, o governo tem atuado na redução de impostos para a indústria automobilística e eletrodomésticos, tal como o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e no caso da redução do preço da energia elétrica, por meio da Lei 12.783 de 1º de fevereiro de 2013, atacando a trajetória neoliberal em dois sentidos: a) diminuindo diretamente *o preço da energia elétrica* para a indústria, reduzindo encargos, tributos e o valor da energia elétrica cuja produção tem seus custos considerados amortizados – hidrelétricas com mais de 30 anos de operação; b) ao mesmo tempo, a diminuição da receita das empresas estatais atacará diretamente a renda que o capital financeiro auferia das empresas estatais de energia.

Dados preliminares organizados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB, 2013, não publicados), demonstram uma estimativa de transferência de valor de aproximadamente R$ 5 bilhões de reais por ano do setor financeiro para o setor produtivo/industrial. Essas medidas atendem o setor industrial também pelo fato de diminuir o custo de reprodução da força de trabalho, visto que parte do desconto será também para os consumidores residenciais (cerca de 18% de desconto).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento surge e é utilizado como expressão da capacidade de um determinado território e ou setor produtivo em organizar os fatores de produção, especialmente a força de trabalho. O grau de industrialização tem sido considerado o principal indicador de desenvolvimento e é a principal referência quando se trata do tema, pois representa uma condição elevada de organização da força de trabalho, desde seus precedentes, bem como de seus resultados. Isso porque o trabalho humano organizado numa lógica industrial é potenciado, permitindo assim a produção de uma quantidade superior de mercadorias num menor tempo.

No fundo, o termo *desenvolvimento* está relacionado à realização da utopia burguesa (liberdade, igualdade e fraternidade); contudo, a *prática não respeita os princípios*. O principal "paradigma" do capital é o lucro. Numa sociedade onde a hegemonia é dada pelo capital, não há projeto de desenvolvimento viável, cuja taxa de retorno do capital, na forma ampliada, não seja contemplada. Se o padrão industrial foi e é a principal expressão do "desenvolvimento", seu progresso rebateu em toda a sociedade, organizando desde o urbano até o rural, o padrão de exploração dos fatores de produção, entre eles os recursos naturais e a força de trabalho, bem como as relações de poder entre Estados-nação e setores da economia. O padrão industrial poderá inclusive explicar parte do gradiente de desenvolvimento existente em países cuja origem e as bases são similares, como é o caso do Brasil, Argentina e Paraguai.

Considerando o grau de exploração dos fatores de produção que o capitalismo alcançou nos últimos anos, parece mesmo que a indústria na região tende a aprofundar suas relações a partir da extraordinária base natural existente, bem como da abundante e barata força de trabalho disponível. Dados da Empresa de Pesquisa Energética do Ministério de Minas e Energia do Brasil apontam que ao menos o planejamento energético brasileiro tem tido essa orientação.

TABELA 1: Demonstra expectativa da EPE/MME com relação à expansão do setor industrial brasileiro até 2019

INDÚSTRIAS ENERGO-INTENSIVAS: EXPANSÃO 2010-2019

10³ t

Setor	2009 (*)		2019		Produção
	Capacidade	Produção	Capacidade	Produção	(% ao ano)
Alumínio	1.685	1.584	2.155	2.069	2,7%
Alumina	8.338	7.504	16.769	15.930	7,8%
Bauxita	27.244	24.519	53.394	50.724	7,5%
Siderurgia (aço bruto)	41.510	27.812	78.600	72.312	10,0%
Pelotização	50.500	32.825	83.500	79.325	9,2%
Ferroligas	1.359	951	1.962	1.864	7,0%
Cobre	644	547	2.358	2.240	15,1%
Soda-Cloro (soda)	1.664	1.365	2.882	2.681	7,0%
Petroquímica (eteno)	3.555	3.022	5.790	5.501	6,2%
Celulose	14.326	11.902	28.931	28.041	8,9%
Pasta mecânica	520	478	820	795	5,2%
Papel	10.046	8.840	19.854	18.266	7,5%
Cimento	-	50.000	-	95.127	6,6%

(*) Estimativa preliminar.

Fonte: EPE (PDE 2019)

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – EPE/MME (2009)

Os dados acima apresentados demonstram forte tendência de intensificação da exploração de bens minerais altamente demandantes de energia – energointensivos – que, como vimos anteriormente, tendem a primarizar a pauta da produção industrial nacional. As políticas neodesenvolvimentistas, se assim podemos chamar esse esforço de alguns governos da América Latina, tendem a se concentrar, na melhor das hipóteses, na elevação do grau de trabalho agregado na cadeia de exploração desses bens, como por exemplo, refinarias, siderurgias etc. Apesar de parecer um objetivo bastante modesto, representa algo realmente viável.

Uma tendência contrária é o caso do golpe de estado que aconteceu no Paraguai em 2012, que teve forte influencia de transnacionais da mineração, que além de ter forte interesse na exploração mineral no país, teriam uma renda superior ao explorar com energia elétrica subsidiada oriunda das hidrelétricas binacionais de Itaipu e Yaciretá. O então presidente do Paraguai, Fernando Lugo, ao contrário, defendia utilizar essas fontes energéticas para o fortalecimento da pequena e média indústria existente.

Também não é possível afirmar, com base nos dados apresentados, que os países da região vivem uma fase neodesenvolvimentista. Contudo, os governos considerados populares da região têm orientado suas políticas numa direção distinta da trajetória neoliberal e apesar de evidente, é importante lembrar que a aplicação das mesmas políticas de

apoio à indústria na região repercutirá distintamente após 30, 40 anos de aplicação de políticas neoliberais.

É importante destacar que a América Latina já havia rejeitado a globalização neoliberal antes mesmo da crise de 2009 pelo menos duas vezes. O primeiro *round* foi o "NÃO à Alca" – Área de Livre Comércio das Américas – forte processo de mobilização popular que impediu os planos estadunidenses de levar para toda a região as mesmas políticas já praticadas no México e Canadá por meio do Nafta (sigla em inglês de Tratado de Livre Comércio da América do Norte). A segunda derrota foi a eleição de governos cuja orientação política de esquerda dificultou a implementação de algumas políticas, como na Venezuela, Bolívia, Paraguai, Equador, El Salvador, Nicarágua, Brasil, Argentina e Uruguai.

Com relação "*às relações de produção fundamentais do regime capitalista*", a força de trabalho barata e os recursos naturais em abundância parecem mesmo organizar o processo produtivo na região. Oliveira (1972) credita isso ao fato da força de trabalho brasileira ser muito barata e, assim, atrasar a necessidade de investimento em pesquisa e tecnologia. Ao mesmo tempo, uma base natural tão expressiva pode em parte ser substituída pelo progresso das forças produtivas.

Por fim, apesar do desenvolvimento efetivo na região estar bloqueado pelo forte interesse mundial na sua base natural abundante e na força de trabalho barata, o comportamento dos governos da região, responsáveis pela promoção de políticas não neoliberais, caracterizam uma nova fase de organização do processo produtivo nesses países, orientado para a indústria existente e abrindo novas fronteiras, exigindo assim um novo ambiente regional nas relações de integração regional, inclusive no padrão de exploração dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANO, Wilson. Textos para discussão. *A desindustrialização no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp, nº 200. 2012, 20 p.

FOLADORI, Guilhermo; WISE, Raúl Delgado. Capitalismo contemporáneo: desarrollo en una era de globalizacion neoliberal. *In* VELTMEYER, H. (org.) *Herramientas para el cambio*: manual para los estudios críticos del desarrollo. Halifax: Universidade de Halifax, 2010.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Ed. Nacional, 1971. 4º edição.

KONDER, Leandro. *História das idéias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

PAULINO, Luis Antônio. O debate atual sobre a desindustrialização no Brasil. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: julho 2011.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico* (Um manifesto não comunista). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. 3ª Edição.

Acessos à internet

D'ARAÚJO, Roberto. *www.desenvolvimentistas.com.br/blog/rogerio-lessa/files/2012/06/matriz.pdf*. Acesso: 15 fev. 2013.

GONÇALVES, Reinaldo. *http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/texto_nacional_desenvolvimentismo_as_avessas_14_09_11_pdf.pdf*. Acesso: 20 fev. 2013.

MALTA, Maria Mello de (*et al.*) *A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989*: um método para discussão. *www.anpec.org.br/encontro2009/inscricao.on/arquivos/000-450b5d854e08a8d81c7afca1d8f1c985.doc*. Acesso: 12 out. 2012.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista. 1972. *http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/a_economia_brasileira.pdf*. Acesso: 28 jan. 2012.

http://www.ipeadata.gov.br/. Acesso: 24 jan. 2013.

http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas_fatoresdeconversao_indice.pdf. Acesso: 24 jan. 2013.

http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac. Acesso: 18 fev. 2013.

Cartografia geográfica crítica e sua aplicação na leitura sobre o setor elétrico na bacia do Rio Uruguai

Alexandra Borba da Silva[1]

Resumo

O setor elétrico brasileiro tem seu planejamento, execução e gestão feita pelo Estado e em boa medida por empresas multinacionais. Grande parte das informações não é divulgada para a sociedade. Nesta perspectiva, há um desafio central de estudar, compreender e divulgar informações para a classe trabalhadora, com o objetivo de que possa se tornar sujeito nas decisões. A cartografia social tem um papel relevante nesse sentido, de contribuir com a interpretação e elaboração de novos mapas para que despertem o interesse e ajudem na compreensão do setor elétrico. Para tanto, o artigo propõe utilizar-se da cartografia crítica e de seus instrumentos para fazer uma análise das hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai.

Palavras-chave: Hidrelétrica, cartografia, atingidos por barragens.

1 Integrante do MAB. Mestranda do curso de pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – Unesp. Cátedra Unesp/Unesco/ENFF em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. *E-mail*: alecamponesa@gmail.com

Introdução

A cartografia, como concepção e método, tem desempenhado papel importante na análise da produção do espaço. Compreendemos, portanto que ela é fundamental na análise do setor elétrico brasileiro, em dois aspectos. O primeiro diz respeito à comunicação e à visualização, ou seja, como demonstrar de forma facilitada, para pessoas leigas no assunto, elementos relacionados à construção, expansão e atualidade do setor elétrico no Brasil. Essa preocupação é recorrente, pois na atuação nos movimentos sociais é necessário utilizar metodologias de fácil compreensão. O segundo aspecto, descoberto durante o estudo da disciplina, é a cognição e a capacidade investigativa do mapa. A produção de energia no Brasil é ainda um mistério para a maioria da população e não é tema de estudo aprofundado nas escolas. Durante um longo período, especialmente nas fases de expansão do setor de energia (ditadura militar, entre 1964 a 1985) os documentos e elaborações acerca do tema eram tratados como sigilo de Estado, feitos pela Biblioteca do Exército. Isso justifica a necessidade de investigação sobre o tema, bem como a construção de formas acessíveis para sua análise.

A Cartografia Geográfica e sua importância na construção do conhecimento

Os mapas foram construídos em diversos espaços e momentos históricos por sociedades distintas, como forma de localização e representação do espaço. A cartografia foi desenvolvida como uma ciência muito ligada à geografia e desde o século XIX é frequentemente confundida como esta disciplina: os mapas e sua elaboração têm, no senso comum, ligação imediata com a geografia[2]. Porém, a cartografia é extremamente importante para diversas áreas do conhecimento e pode ser usada por todas para expressar seu discurso. Nessa disciplina, aprofundamos a cartografia na geografia.

A China foi uma das pioneiras na representação gráfica do espaço (Girardi, 2012). Porém, foi com o capitalismo mercantil europeu que a cartografia foi sendo aprimorada de forma a servir para a acumulação; foi usada na medição de distâncias e rotas de navegação, no período de expansão das navegações, por países europeus que buscavam novos mercados e produção de novas mercadorias. Os principais países a desenvolver a cartografia na Europa foram inicialmente a Alemanha e França, cujas escolas influenciaram por longos anos a tradição geo-

2 Martinelli, 2005

gráfica no mundo inteiro, inclusive no Brasil. Tanto a geografia clássica como a geografia crítica teve como um dos berços a França.

Para compreender um mapa é necessário compreender o contexto em que foi elaborado, porque o mesmo reflete esse espaço/tempo. Martinelli (2005) afirma que os mapas são abstrações do espaço, estruturas para representação. O mapa é uma representação da realidade, é parte dela; portanto não é a própria realidade.

Um dos expoentes da geografia crítica e da criação do conceito de *geografia política* e *geopolítica*, o francês Yves Lacoste, afirma que os mapas foram construídos desde o início com objetivo de poder e dominação (1976). O autor considera os mapas, o poder e a estratégia como extremamente interligados[3]; defende ainda que deveria haver uma maior utilização do mapa para que a sociedade em geral, ao conhecer detalhadamente o território, pudesse interferir no mesmo. Martinelli (2005, p. 2) afirma que os mapas sempre tiveram como *finalidade mais marcante estarem sempre voltados à prática, principalmente a serviço da dominação, do poder. Sempre registraram o que mais interessava a uma minoria, fato este que acabou estimulando o incessante aperfeiçoamento deles*. Ainda segundo este autor, vários motivos alavancaram a cartografia desde a Europa, especialmente pela necessidade de representações cada vez mais exatas do espaço, o que era extremamente útil para a navegação com a expansão do mercantilismo. Outro elemento importante foi o surgimento da imprensa que possibilitou difusão, divulgação e impressão, tornando-o mais acessível e com menos riscos de erros na reprodução de cópias.

No final do século XIX, com o avanço do imperialismo, as nações necessitaram de levantamentos topográficos detalhados do mundo inteiro e dos territórios a serem conquistados e/ou mantidos sob sua guarda. A partir de então, se afirma uma nova necessidade para os mapas, que já vinha sendo colocada desde o século XVII. Não bastava ser somente sistemático/topográfico, senão também temáticos, trazendo elementos variados acerca dos territórios, informações sobre sua composição, com dados diversos da realidade. Com isso, os interesses sobre a geografia tomam uma nova dimensão e ela vai se tornando uma ciência a ser estudada/elaborada. Soma-se a este pensamento Archella (2000), relatando a necessidade que o imperialismo europeu tinha de conhecer detalhadamente os novos territórios que estavam conquistando, e isso foi essencial para o desenvolvimento da cartografia e da geografia. Santos (1982) usa o termo *geografia colonial* para acentuar o papel que cumpriu a geografia na expansão colonial, e pelo fato de que muitos geógrafos estavam à serviço do imperialismo.

3 Girardi, 2008

No fim do século XIX a geografia torna-se uma disciplina escolar, sendo a França o primeiro país a iniciar seu ensino, posteriormente avançando para diversos países. Isso possibilitou o acesso ao conhecimento geográfico por grande parte da população e, como consequência, cartografia e geografia foram se tornando "independentes". Os mapas deixam de ser de uso/posse apenas das elites responsáveis pela expansão colonial, envolvendo militares e mercadores, passando também a ser objeto de estudo por parte das pessoas de forma geral (Archella, 2000). A cartografia vai tomando uma dimensão "cientifica e artística" pela precisão das informações, usando para isso a matemática e a aritmética, bem como pelo aspecto visual no seu desenho.

Os primeiros levantamentos topográficos de países europeus estavam ligados à área militar e à construção de ferrovias. Mas a grande necessidade militar ocorre principalmente no século XX com as Guerras Mundiais. Após a Segunda Guerra Mundial a cartografia foi pressionada a exercer nova função e aos poucos foi se moldando no sentido de refletir os espaços e orientar a atuação nos mesmos, para além de descrevê-los. Moraes (1984) relata que a cartografia "passou-se de um conhecimento que levantava informações e legitimava a expansão das relações capitalistas, para um saber que orientaria esta expansão, fornecendo-lhe opções e orientando as estratégias de alocação do capital no espaço terrestre"[4].

Já no final do século XX e início do século XXI novas tecnologias adentram o mundo da cartografia, trazendo métodos novos. A cartografia digital e os SIGs foram decisivos na Guerra do Golfo[5], possibilitando a intervenção militar norte-americana com precisão, devastando o Kwait e entrando no Iraque. Taylor (1991) ressalta que a técnica em si não reflete a realidade se não estiver acompanhada de conceitos e método de análise, e que grande parte dos cartógrafos são abertos para novas tecnologias e não para novos conceitos. Ou seja, novas técnicas podem refletir visões de mundo tradicionais e conservadoras. *Um número excessivo de cartógrafos modernos são, fundamentalmente, especialistas tecnológicos com uma visão limitada da disciplina*[6]. Taylor reflete a importância que as novas técnicas computacionais estão exercendo e podem contribuir significativamente com a cartografia, possibilitando materiais cada vez mais interativos.

Outro elemento importante está nas variadas informações possíveis através do mapa: visualização, comunicação e cognição. Para o autor, um mapa pode sistematizar informações, comunicar, refletir elementos da realidade, questionar elementos e propor questões. A geogra-

4 Moraes (1984), *In* Archella (2000)

5 Cramton e Krygier (2008)

6 Taylor (1991, p. 1)

fia crítica é influenciada substancialmente por Lacoste e propõe uma análise a partir do método materialista dialético, apresentando elementos novos na leitura dos mapas, na percepção do conteúdo e no método de elaboração. Apesar dessa visão estratégica defendida por Lacoste, tais geógrafos, de forma geral, concentraram-se na crítica aos mapas e sua ligação íntima à dominação, sendo que durante as décadas de 1970 e 1980 limitaram-se a apontar os problemas destes. No último período é que alguns geógrafos críticos especialmente ligados às teorias pós-modernas passam a elaborar uma proposição do uso e elaboração de mapas de forma a utilizá-los para análise e produção do espaço geográfico. É um passo importante para ir além da crítica e pensar propositivamente as formas de uso do mapa. Girardi (2012) afirma que os mapas podem e devem ser construídos para a libertação.

Cabe refletir sobre a crítica da geografia crítica. Em princípio, apresenta diversos elementos sobre a cartografia europeia, explicitando seus limites; porém aí está certo "preconceito" na crítica, pois não utiliza a cartografia de outras regiões do mundo e civilizações não ocidentais como referência. Se pensarmos que os mapas de diversos povos tinham como objetivo a representação do espaço, a localização e não necessariamente dominação, e que esses mapas são também cartografia, então não se pode dizer de forma generalizada que a cartografia é em sua gênese elemento de dominação, mas que a cartografia europeia tinha como objetivo a dominação; e que os mapas de forma geral foram elaborados por diversos povos e usados para diversos interesses.

Segundo Harley (1987) a cartografia europeia desconsiderou totalmente as outras formas de representação do espaço por meio de mapas, ou então considerou como representações não científicas. Essa noção da cientificidade do mapa ainda é comum na sociedade de forma geral: o mapa é concebido como representação exata do espaço físico, algo inquestionável. Harley afirma que o mapa é uma construção social e carrega em si a visão e interesse de seu elaborador, seu elaborador pode selecionar quais elementos da realidade deseja explicitar (Martinelli, *ibid*. Harley, 1988). A partir dessa visão, o autor propõe a desconstrução do mapa, supondo que o este é um texto; logo, desconstruí-lo é como ler nas entrelinhas o que está por trás da figura.

Para trabalhar a ideia de *desconstrução*, Harley utiliza dois autores pós-modernos: Derrida e Foucault. O primeiro traz a noção da retórica, afirmando que todo texto tem uma e pode ser percebida ao analisarmos o discurso; nesse sentido, o mapa também teria uma retórica. Já Foucault fala da onipresença do poder, ou seja, o poder que está em todas as coisas, nas linguagens, nos objetos, nos símbolos, no conhecimento de forma geral. Logo, seria possível compreender o poder e o discurso do mapa, desconstruindo-o.

Cartografia é uma *técnica*, no conceito de Milton Santos. A técnica é algo que o ser humano cria e utiliza para alteração do espaço e do mundo. O mapa não é uma técnica do espaço padronizado, mas sim um método de representação do espaço, além de ser possibilidade de produção do espaço. Responde *onde*, mas também responde *o que*, *porque, para quem, com que interesse*. O mapa deve ser usado como instrumental investigativo, potencial para descobrir novos elementos sobre a realidade, bem como proposição de mudanças, apontando conflitos e desigualdades sociais, econômicas, culturais etc.

A cartografia social surgiu no Canadá com os esquimós, e foi trazida ao Brasil por sociólogos e antropólogos (Girardi, 2012). Esta forma de conceber os mapas entende que a cartografia não é uma ciência exata, com competência apenas de medir distâncias. Os mapas não são espelhos do mundo, são representações; são construídos socialmente num determinado espaço/tempo e refletem as concepções, visões e interesses de quem o elabora. É um texto, possui retórica e argumentação.

A cartografia brasileira e a geografia de forma geral sofreram inicialmente grande influencia da cartografia de base francesa e, posteriormente, também da escola norte-americana. Os geógrafos franceses e norte-americanos tiveram papel decisivo no pensamento dos cursos de Geografia na USP, bem como na composição e pensamento do IBGE. Porém, a geografia crítica foi a principal influência na geografia brasileira de forma geral. Isso trouxe avanços positivos quanto ao papel social da geografia, porém a cartografia passou por um longo período de poucas produções[7]. Os mapas praticamente sumiram das produções geográficas brasileiras por conta da análise feita pela geografia crítica de que serviriam exclusivamente à dominação e ao poder. Apenas mais recentemente é que se propõe a construção de uma Cartografia Geográfica Crítica (CGC), baseada no conteúdo da geografia crítica, mas com horizonte social, e que ao mesmo tempo valoriza a elaboração e uso do mapa para o discurso e a produção do espaço geográfico.

Para a construção de uma cartografia geográfica crítica Girardi (2008) propõe a utilização de três abordagens cartográficas importantes, que balizam teórica e praticamente a elaboração de mapas: a semiologia gráfica, a visualização cartográfica e a modelização gráfica. Resumidamente – e correndo o risco de simplificar a explicação – podemos dizer que a *semiologia gráfica* são os mapas comunicativos, de fácil compreensão, com dados sintetizados: *são mapas para ver*. Por meio da *visualização cartográfica* é possível elaborar mapas que ajudem o autor a descobrir novos elementos, permite investigação dos dados; assim, alguns mapas podem ser publicados e outros não, servindo para informa-

7 Girardi (2008).

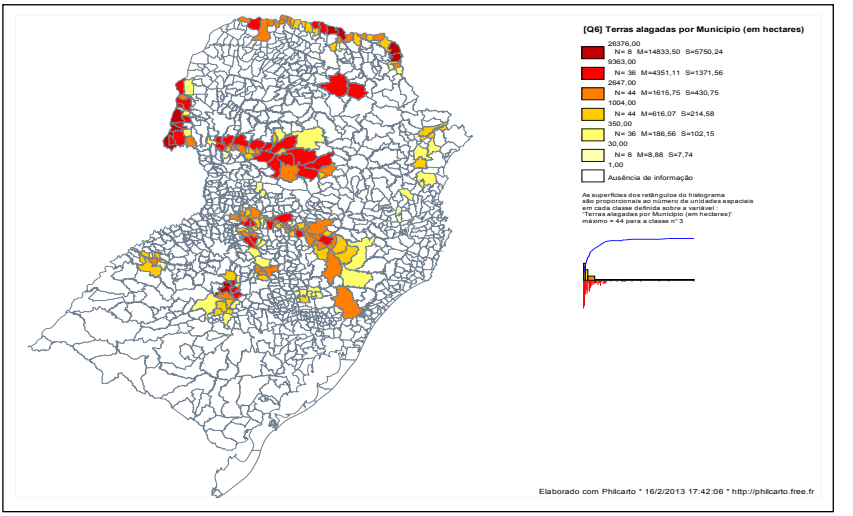
ção do próprio mapeador. Já a *modelização gráfica* é a arte de mostrar de forma sucinta alguns fenômenos no espaço geográfico, não priorizando distâncias exatas, e da qual o produto final não é um mapa.

A partir destes elementos e fundada numa abordagem da cartografia crítica, segue nas próximas páginas uma breve análise acerca da atuação das hidrelétricas na região sul do Brasil, em especial na região da Bacia do Rio Uruguai, e suas consequências.

Hidrelétricas na região sul do Brasil

A região sul do Brasil, compreendendo os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tem capacidade instalada de pouco mais de 34.315 Mwh que correspondem a 28,04% da energia elétrica do Brasil. A energia elétrica brasileira é advinda 68,89% da hidreletricidade, com aproveitamentos dos rios para geração de energia[8]. A maior barragem construída na região Sul, e que foi por vários anos a maior usina do mundo, Itaipu, desencadeou uma série de conflitos que se estenderam pelos três Estados posteriormente. O mapa a seguir mostra a quantidade de área alagada nos municípios atingidos por UHE's na região Sul, um total de 380.530 hectares de terra, em 181 municípios nos três Estados e com a construção de 41 usinas hidrelétricas.

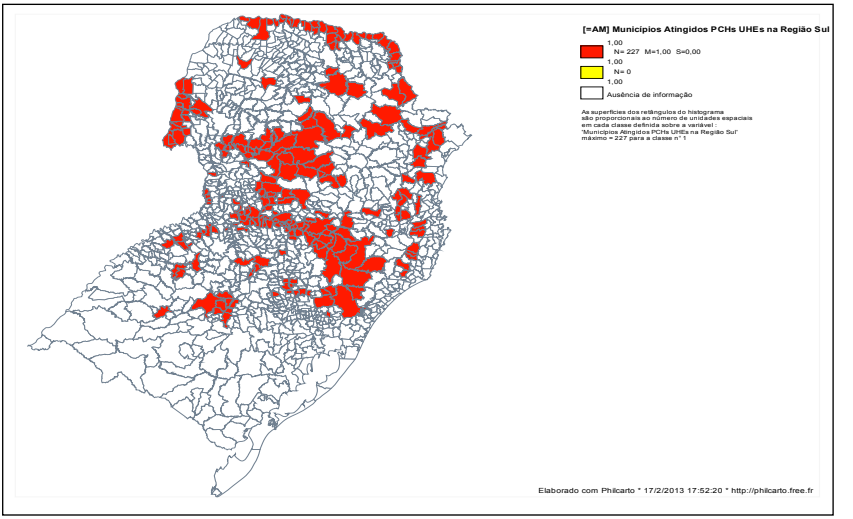
MAPA 1: Terras alagadas pela construção de usinas hidrelétricas, por município, na região Sul do Brasil



8 Fonte: Banco de Informações de Geração. Empreendimentos em Operação. *www.aneel.gov.br*. Acesso: 19 fev. 2013.

No mapa 2 visualizamos os municípios atingidos tanto por usinas hidrelétricas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) nos três Estados. As PCH's são usinas pequenas (que tem potência de gerar até 30 MWh de energia). São consideradas usinas menos impactantes por serem menores alagando menos terras e biodiversidade e atingirem um número menor de pessoas. No entanto, quando somadas acabam também alagando grande quantidade de área e atingido um número significativo de pessoas.

MAPA 2: Municípios atingidos por usinas hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas na região Sul

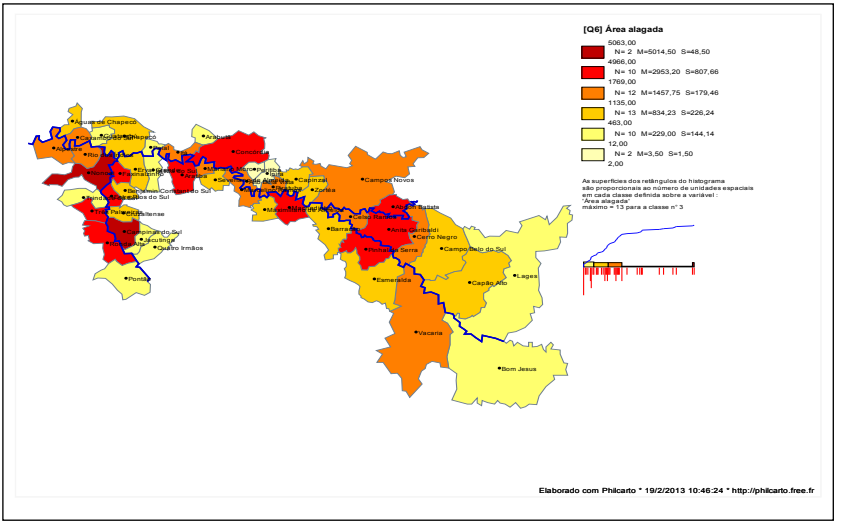


A bacia do Rio Uruguai está localizada no sul do Brasil entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além de estender-se pelo Uruguai. A região foi estudada na década de 1970, no período de levantamento do potencial hidrelétrico dos rios brasileiros, e se constatou a possibilidade de serem construídas vinte e cinco (25) grandes usinas hidrelétricas, além de PCH's.

Desde então esse processo tem gerado enormes conflitos entre as empresas construtoras das barragens, as populações locais atingidas, além de ambientalistas e universidades. As empresas, ao vencer o leilão de construção da obra, iniciam uma relação com a região do empreendimento. Essa relação tem por objetivo discutir a necessidade da barragem, a importância que terá para a população e para a economia local.

Até o momento sete grandes barragens foram construídas[9] e estão gerando energia. A disputa pelo conceito de desenvolvimento, no entanto, acontece diariamente na concretização de projetos nas comunidades ribeirinhas, reassentamentos e nos municípios atingidos de forma geral. O mapa 3 mostra a proporção de área alagada nos municípios, enquanto o mapa 4 relaciona a quantidade de área alagada com o valor em compensação financeira paga aos municípios, Estados e União pela utilização dos recursos hídricos.

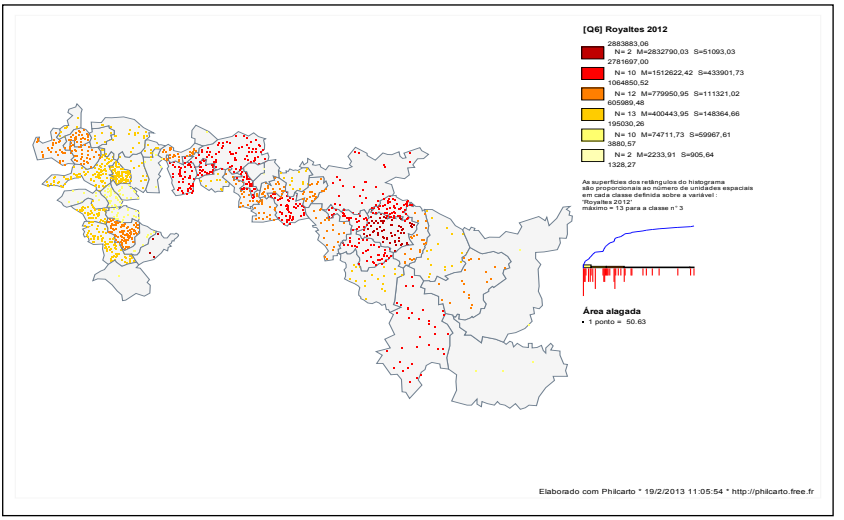
MAPA 3: municípios atingidos por UHE na bacia do Rio Uruguai – proporção de área alagada



As sete barragens construídas desalojaram/desterritorializaram cerca de 100 mil pessoas, sendo 40 mil "diretamente" e 60 mil "indiretamente". Foram mais de 68 mil hectares de terra alagados, além das áreas de preservação que passaram da posse dos camponeses para as empresas donas das barragens. Coloca-se aí uma disputa pela posse da terra.

9 UHE Passo Fundo, UHE Itá, UHE Machadinho, UHE Barra Grande, UHE Campos Novos, UHE Monjolinho e UHE Foz do Chapecó.

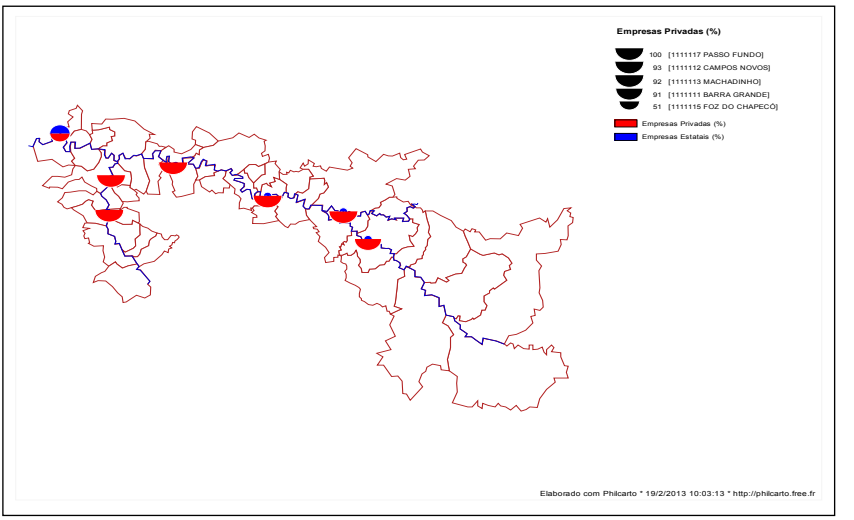
MAPA 4: Royalties recebidos pelos municípios, a título de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos no ano de 2012



A proposta de indenização dos atingidos feita pelas empresas foi, inicialmente, pagar um valor em dinheiro. Isso tirava a condição de camponeses, pois alguns poderiam comprar terras e outros possivelmente não. Então a organização dos atingidos em meados de 1980 colocou como ponto de pauta a indenização com terras. Isso garantiria a continuidade da vida e do trabalho no campo. Em 1987 foi assinado o Acordo de Reassentamentos entre atingidos e a Eletrosul e esta foi uma conquista histórica que serviu de base para as negociações entre atingidos e empresas em diversas barragens.

As empresas construtoras das barragens inicialmente eram estatais, na década de 1980 até meados de 1990. Com o Plano Nacional de Desestatização, desta década em diante, houve um avanço significativo do setor privado na geração de energia através da construção das barragens. Porém, tanto no período das empresas públicas quanto das privadas, o diálogo com os atingidos foi delicado e conflituoso. Pode-se visualizar no mapa que segue quem são as donas das hidrelétricas da bacia do Rio Uruguai, comparando a porcentagem de empresas públicas e privadas.

MAPA 5: Proporção de participação nas ações das hidrelétricas – empresas estatais e privadas



As barragens modificaram o território, desterritorializaram e provocaram a reterritorialização de pessoas. Essa conflitualidade estabelecida modifica as relações, os espaços de vida, as formas de relação entre as pessoas e com a própria natureza. A conflitualidade está principalmente no interesse que cada sujeito pretende alcançar no território: de um lado os camponeses desejando continuar a viver da terra, criando suas famílias, e por outro lado as empresas que têm o objetivo de concentrar a terra, desalojar as pessoas e se adonar da energia produzida a partir das hidrelétricas.

De 1987 até o momento passaram-se 24 anos e foram reassentadas 2.450 famílias, em 37 reassentamentos oriundos das hidrelétricas da bacia do Rio Uruguai; contudo, cada reassentamento foi permeado de inúmeros conflitos até sua concretização e diversas mobilizações foram feitas, bem como ocupações na sede da Eletrosul, para que houvesse o diálogo e a possibilidade de acordo. Na década de 1980 reuniram mais de um milhão de assinaturas contra a construção das barragens e, em 1984, foi realizada uma Romaria da Terra que teve como tema a luta contra a privatização da água e dos rios da Bacia. Outro exemplo é o da conquista de alguns reassentamentos na região da Barragem de Machadinho, na qual foram necessárias mobilizações e uma, mais significativa, em 25 de julho de 2000, que impediu a vinda do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que iria inaugurar a usina.

Na barragem de Campos Novos dez agricultores foram presos sob alegação de planejamento de ocupação da hidrelétrica; dentre eles um menino com seis anos de idade. Nessa mesma obra foi realizada em 2005 uma grande Assembleia com a presença da então relatora da ONU de Direitos Humanos, Hina Jilani, além dos atingidos permanecerem acampados próximo ao canteiro de obras por mais de um ano, para pressionar a empresa a fazer as negociações.

Na barragem Barra Grande também houve prisões de agricultores durante as mobilizações, e somente um ano após é que conquistaram reassentamentos – inclusive nomeando um deles, localizado no município de Anita Garibaldi, como Reassentamento 15 de Fevereiro, data das prisões. Esses são alguns exemplos, e vários outros poderiam ser citados.

A conquista dos reassentamentos é um passo importante para os atingidos, no sentido de propor um desenvolvimento real, que não acontece com a construção das barragens. Como argumenta Fernandes:

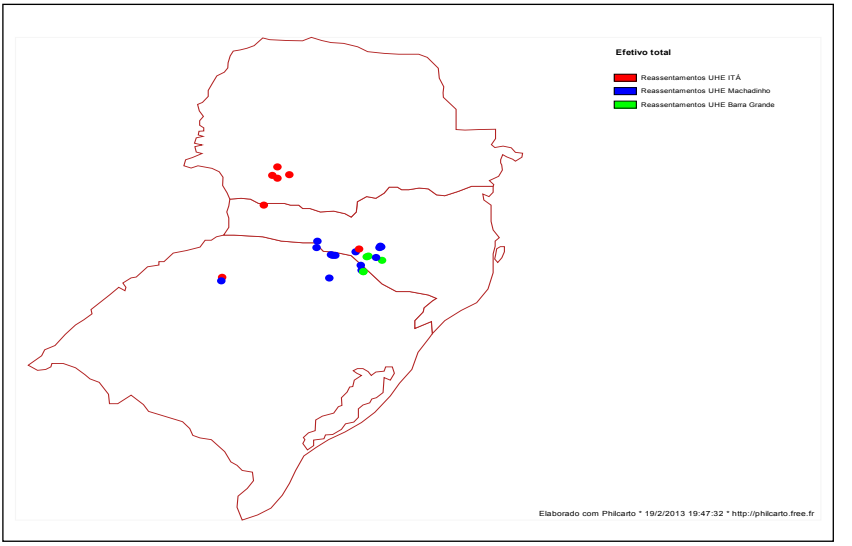
> A conflitualidade resulta do enfrentamento das classes. De um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa. A conflitualidade gerada pelo capital em seu processo de territorialização, destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentando as desigualdades. A conflitualidade gerada pelo campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra. Essa conflitualidade promove modelos distintos de desenvolvimento (FERNANDES, 2008, pg. 180).

Os reassentamentos são uma expressão dessa conflitualidade, gerada pela disputa entre as empresas, os atingidos e suas relações de poder estabelecidas no território. As empresas excluem os atingidos, fazem o enfrentamento e conquistam a terra. No mapa a seguir visualizamos os reassentamentos construídos na região sul a partir da luta e organização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). É possível perceber a distância em que as famílias foram realocadas em consequência da mudança. Pais e filhos, ou irmãos foram reassentados em locais distantes e até mesmo em Estados diferentes[10].

---

10 Da UHE Itá foram construídos reassentamentos nos seguintes municípios: Chiapeta (RS), Campo Erê e Campos Novos I (SC) e Chopinzinho, Mangueirinha, Marmeleiro e Honório Serpa (PR); da UHE Machadinho foram construídos em: Machadinho, Barracão I, II e III, Erechim, Lagoa Vermelha, Pinhal da Serra, Esmeralda I (RS), Campos Novos II, Curitibanos I, II e III, e Campo Belo do Sul (SC); da UHE Barra Grande foram reassentados em: Esmeralda II e III, Anita Garibaldi II e III e Capão Alto (SC).

MAPA 6: Reassentamentos do Movimento dos Atingidos por Barragens – região Sul – UHE Itá, Machadinho e Barra Grande



Porém, a conflitualidade continua no reassentamento. Nas hidrelétricas de Itá, Machadinho e Barra Grande, uma das conquistas importantes dos atingidos foram os programas de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural) para as famílias reassentadas. Esses programas seriam uma forma de construir uma proposta de agricultura camponesa, no entanto, as empresas continuaram a disputar o modelo de agricultura a ser implementado.

Inicialmente, a assistência técnica foi prestada por grupos de técnicos formados a partir dos conceitos da agroecologia, oriundos das próprias famílias atingidas e, com isso, conseguiu se desenvolver algumas experiências e produção de alimentos. Porém as empresas interferiram, criando regras para o programa de Ater, e empresas de assistência técnica passaram a fazer o trabalho nos reassentamentos. O resultado foi a concretização de uma concepção de agricultura adversa, que passou a orientar o uso de agroquímicos, o consequente endividamento das famílias, casos de arrendamento e, inclusive, algumas vendas de lotes. Tal concepção, oriunda do agronegócio, esteve presente por cinco anos nos reassentamentos, destruindo um projeto que estava sendo construído. A partir dessa experiência os atingidos se organizaram e abriram mão dos convênios de assistência técnica das empresas.

Algumas ações estão sendo realizadas desde as comunidades ribeirinhas e reassentamentos e envolvem questões práticas, bem como

reflexões. A proposta fundamental está na tarefa de produção de energia e alimentos saudáveis, que alguns reassentamentos[11] estão produzindo vinculados ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). São alimentos ecológicos e as próprias famílias os entregam para as famílias da cidade, recebedoras das cestas de alimentos. Com isso há uma territorialização também da proposta de agricultura e de organização social, uma disputa de poder no campo das ideias.

O desenvolvimento concebido pelas empresas donas das barragens pode ser traduzido no quadro a seguir, que demonstra o faturamento total na bacia e o valor destinado aos municípios. Os *royalties* são o grande argumento de desenvolvimento econômico para as regiões onde são construídas as obras das seis barragens, cujo faturamento anual é de 5,8 bilhões de reais, enquanto que o valor que fica com os municípios é de 37 milhões, pouco mais de 0,63% do faturamento total.

A partir de 2009 os atingidos iniciaram um processo intenso de debates, articulações, negociações e propostas, cuja síntese foi a de construir um projeto de desenvolvimento a partir das comunidades e se viabilizar economicamente via, BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o qual foi o grande financiador da construção das próprias barragens na região.

Pequenas experiências começaram a se concretizar, a exemplo da experiência positiva da construção de hortas através da tecnologia Pais[12]. Embora seja uma experiência pequena ao olhar o conjunto dos camponeses, as hortas têm demonstrado que é possível produzir sem agroquímicos e está estimulando as famílias a debaterem o tema.

O modelo de desenvolvimento segue em conflitualidade porque os interesses entre atingidos e empresas estão latentes. As barragens deixaram muitos sem terras, cujas famílias não tiveram seus direitos garantidos e foram expulsas de suas comunidades; estas têm organizado acampamentos de luta pela terra, como em 2011, em que dois acampamentos foram organizados envolvendo os atingidos da bacia do Rio Uruguai. Mais de 1.800 famílias foram cadastradas, segundo dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e são famílias que continuam disputando a terra e o território. A conflitualidade está presente diariamente na forma de produzir das famílias, na

11 Reassentamento São Francisco / Esmeralda (atingido pela UHE Barra Grande), Esmeralda II (atingido pela UHE Barra Grande), Esmeralda III (atingido pela UHE Machadinho), Passo da Conquista / Lagoa Vermelha (atingido pela UHE Machadinho), Primeira Conquista / Barracão (atingido pela UHE Machadinho).

12 O Pais (Programa Agroecológico Integrado e Sustentável) reúne alguns elementos importantes: produção de carne (frango), verduras e frutas. Essa produção está sendo base tanto de alimentação das próprias famílias, como de venda do excedente.

conquista e na perda da terra, na venda da energia, na concentração dos lucros gerados com a produção da energia. Aos atingidos cabe produzir alimentos e também ideias para acumular poder e exercer domínio sobre seu território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deparar-se com um mapa desde a concepção de uma cartografia tradicional, na ideia de que este é a realidade, exata e neutra, é muito comum e predominante, podendo se constatar no diálogo com pessoas de convívio próximo. Portanto, há um longo caminho a percorrer, na perspectiva de construir novas noções da cartografia e na busca de construir mapas novos. As pessoas pensam "*se está no mapa, é verdade*"; é quase como algo sagrado, natural, metafísico.

Para desconstrução desta concepção de maneira incisiva é necessária aí uma dupla preocupação: ao mesmo tempo fazer a crítica do mapa, e operar através do método materialista dialético, elaborando sobre sua extensa utilidade representativa e investigativa.

A realização desta breve análise do setor elétrico na bacia do Rio Uruguai, desde uma abordagem da cartografia crítica, e desde as organizações sociais dos trabalhadores, é um ensaio fundamental neste processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIGOS DA TERRA. *Grandes e pequenas centrais hidrelétricas na bacia do Rio Uruguai*: guias para ONGs e movimentos sociais. Coordenação e revisão Anelise Hüffner e Bruna Cristina Engel. Porto Alegre: Amigos da Terra. NatBrasil. Edição atualizada, 2011.

ARCHELA, R. S. *Cartografia no pensamento geográfico*. Londrina: UEL, 2000. Disponível em: *www.uel.br/projeto/cartografia*

BAESA, USINA. Dados Técnicos. Disponível em: *www.baesa.com.br* Acesso: 17 fev. 2013.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Banco de informações de geração*. Disponível em *www.aneel.gov.br*

CERVINSKI, Gilberto Carlos. *A materialização do setor elétrico na Bacia do Rio Uruguai*. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização. IPPUR/UFRJ, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In: Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 173-324.

FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S.A. *USINA – Características*. Disponível em: *www.fozdochapeco.com.br*. Acesso: 18 fev. 2013.

GIRARDI, E. P. *Manual de utilização do programa Philcarto 4.XX para Windows*. Presidente Prudente: [s.n.], 2007. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera/atlas.

GIRARDI, E. P. *Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Presidente Prudente, 2008, p. 43-56. Disponível em: *www.fct.unesp.br/nera/atlas*

HARLEY, J. B. A nova história da cartografia. *In: Unesco. O correio da UNESCO*. Ano 19, nº 08. Paris: Unesco, 1991. p. 4-9.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Arquivo Histórico – Reassentamentos.

MARTINELLI, Marcello. Os mapas da geografia. *In: XXI Congresso Brasileiro de Cartografia. Anais do XXI Congresso Brasileiro de Cartografia*. Macaé, 2005.

TAYLOR, R. F. Uma base conceitual para a cartografia: novas direções para a era da informação. *In: Cartographica*. v. 28, n. 4. Toronto: University of Toronto Press, 1991, p. 1-8. Disponível em *www.uel.br/projeto/cartografia*.

O papel do Estado e a questão agrária

As políticas do estado para a agricultura familiar e a expansão do agronegócio

Álvaro Anacleto[1]

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo identificar algumas intervenções do Estado na agricultura brasileira, fazendo um comparativo entre a grande e a pequena propriedade, ou melhor, entre o agronegócio e a agricultura familiar. O Estado é um instrumento a serviço da classe economicamente dominante, que na atualidade são os capitalistas e defensores do agronegócio, para organizar a sociedade a fim de atender aos interesses desta classe. Esta demarcação se faz necessária para identificar as diferentes políticas adotadas para atender as demandas da agricultura familiar e do agronegócio, bem como os recursos destinados a cada grupo. A ênfase maior será dada a algumas políticas voltadas para atender a agricultura familiar como o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Palavras-chave: Estado, agricultura familiar, agronegócio, Pronaf e PAA

---

1 Integrante do MST. Mestrando do curso de pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – Unesp. Cátedra Unesp/Unesco/ENFF em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. *E-mail*: anacletoalvaro@yahoo.com.br

Introdução

Os capitalistas se articulam entre si e atuam para que o Estado seja mínimo para os trabalhadores e máximo para o próprio capital. Aos trabalhadores cabe apenas a função de trabalhar e produzir riqueza para serem apropriadas pelos capitalistas, que por sua vez são os proprietários dos meios de produção. Aqueles que não estão incluídos no mercado de trabalho recebem assistência do Estado através de políticas compensatórias para se manter sob a ordem vigente na sociedade e, com isso, não entrar em conflito com a classe dominante. O capitalismo é capaz de manter o domínio e se reproduzir em todos os locais onde haja pessoas sob sua influência e reproduzindo seus princípios e, assim, se tornando dominante econômica, política e ideologicamente.

Para aumentar seus lucros os capitalistas do sistema financeiro se aliaram com os do ramo industrial e agrário, passando a especular os preços da produção de alimentos nas bolsas de valores, nos chamados *contratos futuros* dos cereais e de outros, ou ainda *commodities*. Estas ações recebem total apoio por parte do Estado, seja no campo do financiamento, da produção, da assistência técnica ou na área da comercialização, garantindo os preços mínimos.

Por outro lado, a agricultura familiar continua sendo a principal responsável na produção de alimentos para o conjunto das pessoas e, mesmo assim, recebe pouco recurso do governo para as atividades produtivas, assim como pouca garantia de preços mínimos para a comercialização de seus produtos. Quem ainda controla os preços é o mercado, ou melhor, dizendo, os capitalistas através da premissa da oferta e procura.

Ao fazer uma análise do campo brasileiro neste momento e as influências do Estado e suas políticas para a agricultura é preciso levar em conta o financiamento e a comercialização dos produtos. Segundo Mattei:

> Durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural, como a política agrícola, privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das *commodities*, voltadas ao mercado internacional, com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país. Para o setor da produção familiar, o resultado disso foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção (MATTEI, 2005, p. 11).

Portanto, este trabalho vai procurar analisar as intervenções do Estado na agricultura através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fazendo comparações com o financiamento da agricultura empresarial ou agronegócio, ou seja, a produção voltada, sobretudo,

para a exportação. Estas duas políticas públicas estão voltadas para atender à demanda da agricultura familiar onde a primeira proporciona o financiamento da produção e a segunda garante a comercialização e a prática dos preços mínimos para as famílias. Isto bem colocada na teoria e divulgada pelo governo, mas na prática a burocracia acaba deixando um rastro de lentidão e inoperância.

Para a análise serão levados em conta os dados do governo federal, seja através da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) ou do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE.

Estado e políticas públicas

Para os autores do *Manifesto Comunista*, Marx e Engels (2002, p. 12), "o poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia." O Estado possui a função de organizar a sociedade e, para isto, utiliza vários mecanismos a fim de não permitir que as pessoas vivam no caos ou no estado de natureza fazendo aquilo que julgam ser melhor para si mesmos. Este instrumento passa assim a defender, cuidar e manter os princípios de igualdade, liberdade e propriedade privada como sendo direitos naturais dos indivíduos; estes por sua vez reproduzem tais princípios como sendo parte de si, algo imutável e inquestionável.

Este Estado é criado a partir de determinada sociedade, não surge do nada. A sociedade ao se organizar em classes estabelece o Estado como seu organizador e, desta forma, se a sociedade é de classes o Estado passa a ser de classe também. Para Engels:

> Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu no seio do conflito entre elas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (ENGELS, 1976, p. 227- 228).

No sistema capitalista a estrutura do Estado atende aos seus interesses e viabiliza a expansão do atual sistema de produção e reprodução da vida humana. Portanto, para garantir que o capitalismo cresça e continue obtendo lucros o Estado deve garantir a estabilidade do mer-

cado econômico sem interferir na livre concorrência entre os capitalistas, além de investir em capital humano, fornecendo assistência à saúde primaria e à educação básica, garantir e investir na infraestrutura, proteger o meio ambiente, reformular o judiciário, legislar a favor da livre circulação financeira, garantir a propriedade privada e privatizar as empresas estatais. Para Oliveira (2001, p. 13-14), "hoje a articulação entre o capital industrial, o capital comercial e o grande proprietário de terras tem no Estado a mediação da sua reprodução e regulação. A mediação e a regulação do Estado têm garantido todas as condições para o processo de desenvolvimento do capital".

Na atualidade o significado de capitalismo desaparece nos meios de comunicação, no pensamento econômico ou político para ser substituído pela expressão economia de mercado. Desta forma esta economia de mercado – que de acordo com os ganhos ou perdas das empresas – utiliza a estrutura do Estado para intervir na economia e socorrer os capitalistas em crise ou para deixar a fluidez nos negócios com o principal objetivo de acúmulo de riquezas e aumento nos lucros. O capitalismo, sendo o modo de produção econômico dominante, possibilita que os capitalistas sejam a classe dominante. Para Harnecker e Uribe (1979, p. 38), "os donos dos meios de produção, tendo nas suas mãos o poder econômico, têm nas suas mãos o Estado com todo o seu aparelho: exército, polícia, tribunais, funcionários públicos etc. Tem nas suas mãos portanto não só o poder econômico como também o *poder político*".

Porém, com o capitalismo ocorre a separação da economia e da política e, com isso, a política econômica se diferencia da política social. A política econômica deve ser blindada, voltada para atender às demandas do mercado e regulada pelos capitalistas, pois deve estar voltada para o crescimento econômico; enquanto as políticas sociais devem ser mínimas e temporárias para compensar o arrocho no social onde há ou possa haver conflitos, cabendo ao Estado fazer esta intervenção e garantindo o mínimo.

Nesse sentido, é preciso entender as políticas publicas e as intervenções do Estado e do próprio capitalismo na agricultura e os principais beneficiados com estas ações recentemente. Segundo Teixeira:

> "Políticas públicas" são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as "não ações", as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois re-

presentam opções e orientações dos que ocupam cargos (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

O Estado estando sob o controle da classe dominante, ou melhor, da classe que domina econômica, política e ideologicamente, direciona as políticas públicas para atender a classe dominada à sua maneira, fazendo com que esta se acomode e não questione a acumulação de riquezas nas mãos dos capitalistas. Caso haja algum questionamento, ou movimento de contestação à ordem vigente, os capitalistas usam os aparelhos do Estado (política, jurídico, Forças Armadas) e os aparelhos ideológicos (escola, religião, meios de comunicação etc.) para conter o conflito.

No campo, a aliança entre fazendeiros capitalistas, empresas transnacionais e capitalistas do sistema financeiro, ou melhor, entre capital agrário, industrial, comercial e financeiro, vêm recebendo cada vez mais o apoio do Estado e esta aliança (re)produz o chamado agronegócio que, conforme Fernandes (2004, p. 38), "é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento".

O capitalismo moderno no Brasil impôs para a agricultura o agronegócio como a alternativa para a produção de alimentos, de geração de renda para as famílias que vivem no campo e possibilidade de acabar com a fome. Este modelo passou assim a ditar a forma de organizar a produção, baseando-se no monocultivo, produção em grande escala, mecanização e modernização da agricultura, diminuição de trabalhadores, uso de fertilizantes e agrotóxicos.

Esta articulação proporciona ao Estado direcionar sem maiores problemas ou conflitos as políticas para a agricultura por meio do "plano safra", realizado em cada ano, no qual fica claro o antagonismo existente entre a grande e a pequena propriedade, ou melhor, entre a agricultura familiar e o agronegócio. A diferença é grande tanto na política de financiamento como na de comercialização dos produtos. Para uma melhor visualização desta diferenciação entre o financiamento da agricultura familiar e o da agricultura empresarial – agronegócio – a tabela abaixo apresenta os recursos destinados a cada grupo em algumas safras.

Ano/safra	Agricultura Familiar	Agricultura empresarial	Total
2002/2003	R$ 2,4 bilhões	R$ 22,3 bilhões	R$ 24,7 bilhões
2006/2007	R$ 10 bilhões	R$ 50 bilhões	R$ 60 bilhões
2010/2011	R$ 16 bilhões	R$ 100 bilhões	R$ 116 bilhões

Fonte: Mapa

Esta tabela proporciona observar que entre o período das safras de 2006/2007 a 2010/2011 a agricultura empresarial dobrou o valor dis-

ponível para o financiamento da produção, enquanto a agricultura familiar não obteve a mesma evolução, demonstrando claramente a intervenção do Estado nestas políticas. Para os agricultores familiares terem acesso a estes créditos devem primeiro obter uma Declaração de Aptidão (DAP) do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que é uma política pública instituída a partir de 1996. Cabe uma analise mais detalhada de quem pode acessar esta política pública voltada para o fortalecimento da agricultura familiar.

Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)

A DAP é um instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas aptas a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Pronaf. As famílias podem ser enquadradas nas seguintes modalidades:

- Grupo "A": agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário do governo federal que ainda não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera), ou ainda que não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf;
- Grupo "B": agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro. Os demais grupos derivam destes primeiros alterando a renda familiar extraída do estabelecimento;
- Grupo "C"; Grupo "D" e Grupo "E". Grupo "A/C": agricultores familiares egressos do Grupo "A" ou que já contrataram a primeira operação no Grupo "A", que não contraíram financiamento de custeio nos Grupos "C", "D" ou "E" e que apresentarem a DAP para o Grupo "A/C" fornecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para os beneficiários do PNRA ou pela Unidade Técnica Estadual ou Regional (UTE/UTR) para os beneficiados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Além dos agricultores familiares são também beneficiários e devem ser identificados por DAP para realizarem operações ao amparo do Programa:

I. Pescadores que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;

II. Extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável;
III. Silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
IV. Aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m^3 de água quando a exploração se efetivar em tanque-rede;
V. Quilombolas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas, de beneficiamento e comercialização de seus produtos;
VI. Indígenas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas, de beneficiamento e comercialização de seus produtos.

Levando estas informações em consideração é possível perceber que os agricultores que pretendem ter acesso ao Pronaf devem primeiro ter a DAP e também preencher outros requisitos que, de acordo com o perfil de cada produtor, irá se encaixar em um determinado tipo de financiamento; por fim terá o valor máximo estabelecido para a realização de empréstimos e dos juros a serem pagos.

Pronaf – Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar

O Pronaf financia projetos individuais ou coletivos, para possibilitar a geração de renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. A família que desejar ter acesso ao crédito deve procurar o sindicato rural ou a Emater para obtenção da DAP, que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Os beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário devem procurar o Incra ou a UTE. Segundo Mattei:

> De um modo geral, pode-se dizer que, até o início da década de 1990, não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares, o qual era, inclusive, caracterizado de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal brasileira (MATTEI, 2005, p. 12).

O Pronaf passa assim a ser uma política pública voltada para atender as demandas dos pequenos produtores e possibilitar a sua inclusão no mercado. Os recursos destinados ao financiamento da agricultura fa-

miliar para a safra 2010/2011 tiveram redução na taxa de juros cobrada nas operações de custeio de 5,5% para 4,5% e de 5% para 4% na taxa de juros das operações de investimento do Pronaf, assim como o limite individual de crédito aumentou. Segundo o MDA, o programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país.

Além das formas convencionais de financiamento do Pronaf, que variam de acordo com o limite financiado – e, consequentemente, a taxa de juros praticada – o programa dispõe de linhas específicas, como o financiamento das atividades agropecuárias, o beneficiamento, industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros; financiamento a agricultores familiares enquadrados no Pronaf, implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços – agropecuários ou não agropecuários – no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. Tudo isso buscando atender às especificidades do público a quem é dirigida, ou seja, de acordo com a DAP.

Abaixo algumas linhas de crédito do Pronaf e seus respectivos juros:

- Pronaf *Investimento para a Reforma Agrária*: até R$ 20 mil, mais R$ 1,5 mil para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Juros de 0,5% a.a., bônus de adimplência: 44,186%;
- Pronaf *Custeio para a Reforma Agrária*: até R$ 5 mil por operação; até três operações. Juros de 1,5% a.a;
- Pronaf *Investimento à Agricultura Familiar*: até R$ 10 mil, juros de 1% a.a.; de R$ 10 mil a R$ 20 mil, juros de 2% a.a.; de R$ 20 mil a R$ 50 mil. Juros de 4% a.a.;
- Pronaf *Custeio à Agricultura Familiar*: até R$ 10 mil, juros de 1,5% a.a.; de R$ 10 mil a R$ 20 mil, juros de 3% a.a.; de R$ 20 mil a R$ 50 mil, juros de 4,5% a.a;
- Pronaf *Agroindústria*: individual até R$ 10 mil; coletivo até R$ 500 mil, juros de 1% a.a.; individual de R$ 10 mil a R$ 20 mil e coletivo de R$ 500 mil a R$ 10 milhões, juros de 2% a.a;
- Pronaf *Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares*: individual até R$ 50 mil e coletivo (pessoa física ou outras formas jurídicas constituídas por agricultor familiar) até R$ 250 mil; associações até R$ 2 milhões, cooperativas até R$ 5 milhões e cooperativas centrais até R$ 10 milhões, juros de 4% a.a.
- Pronaf *Cota-Parte*: individual até R$ 10 mil; coletivo até R$ 20 milhões, juros de 4% a.a.;
- Pronaf *Mais Alimento*: até R$ 10 mil, juros de 1% a.a.; de R$ 10 mil a R$ 130 mil para projetos individuais de investimento des-

tinados à produção de açafrão, arroz, café, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo; para a apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura, juros de 2% a.a.; até R$ 500 mil para projetos coletivos, exclusivamente para financiamento de máquinas e implementos agrícolas de uso comum, respeitado o limite individual, devendo o valor contratado das operações "em ser" nesta modalidade ser descontado do limite previsto para contratação individual, juros de 2% a.a.;

- Pronaf *Mulher*: até R$ 10 mil. Juros de 1% a.a.; de R$ 10 mil a R$ 20 mil, juros de 2% a.a.; de R$ 20 mil a R$ 50 mil, juros de 4% a.a.;
- Pronaf *Eco*: até R$ 10 mil, juros de 1% a.a.; de R$ 10 mil a R$ 20 mil, juros de 2% a.a.; de R$ 20 mil a R$ 50 mil, juros de 4% a.a.;
- Pronaf *Agroecologia*: até R$ 10 mil, juros de 1% a.a.; de R$ 10 mil a R$ 20 mil, juros de 2% a.a.; de R$ 20 mil a R$ 50 mil, juros de 4% a.a.;
- Pronaf *Semiárido*, *Jovem* e *Floresta*: até R$ 10 mil, juros de 1% a.a.; com recursos de FCO, CNE, FNO, limite de até R$ 20 mil, juros de 1% a.a.;
- Micro crédito rural: até R$ 2,5 mil por operação. Juros de 0,5% a.a., bônus de adimplência de 25% até os primeiros R$ 7,5 mil. A produção de artesanato pode ser financiada em operação de custeio.

Em síntese, as taxas de juros aplicadas ao Pronaf na safra 2010/2011 vão de 1% até 4,5% e são aplicadas de acordo com o grupo a que cada agricultor se encaixa, mediante a DAP. O recurso destinado pelo governo federal à agricultura familiar plano safra 2010/2011 foi de R$ 16 bilhões para as linhas de custeio, investimento e comercialização, o que representou um aumento significativo em relação aos R$ 2,4 bilhões aplicados na safra 2002/2003. Segundo o MDA, houve um aumento no número de contratos de 2002/03 de 890 mil para mais de 2 milhões ano/safra em 2010/2011. Deste total de R$ 16 bilhões disponibilizados, R$ 8,5 bilhões foram destinados para operações de investimento e R$ 7,5 bilhões para operações de custeio.

Informações divulgadas em 2006 pelo IBGE apontam a importância significativa da agricultura familiar na economia brasileira. Algumas delas nos informam a existência de 4.367.902 estabelecimentos agropecuários familiares, correspondendo a 84,4% do número de estabelecimentos rurais do país. Embora ocupe apenas 24,3% da área total destinada à produção, a agricultura familiar responde por 38% da renda bruta gerada no meio rural e ocupa 74,4% do pessoal que trabalha

no campo. São 12,3 milhões de pessoas trabalhando na agricultura familiar. A cada 100 hectares, a agricultura familiar ocupa 15,3 pessoas, contra 1,7 da agricultura patronal.

O Censo Agropecuário de 2006 também apontou que a agricultura familiar tem maior produtividade que a agricultura patronal e a renda gerada por hectare pela agricultura familiar é de R$ 667,00, contra R$ 358,00 da agricultura patronal. Ou seja, é 89% mais produtiva. Ainda segundo o IBGE a agricultura familiar é responsável por uma parte considerável dos seguintes produtos: mandioca 87%, feijão 70%, suínos 59%, leite 58%, aves 50%, milho 46%, café 38%, arroz 34% e bovinos 30%. No entanto, o financiamento destinado à pequena propriedade ou agricultura familiar é bem menor do que a destinada à agricultura empresarial.

Embora possa ser comprovado por meio de dados estatísticos que possui grande importância para o conjunto da sociedade, este tipo de agricultura, ainda assim, possui entraves para sua plena implementação. O financiamento é precário, burocrático e insuficiente para atender à demanda da agricultura familiar, além da falta de políticas de garantia do preço mínimo e de comercialização para este grupo. Mas vale lembrar que o Estado é um instrumento a serviço da classe dominante.

Ainda assim e tendo em vista estes elementos levantados até então, a ação do Estado na manutenção do sistema capitalista, as políticas compensatórias para garantir a ordem vigente e a submissão da grande maioria da classe trabalhadora, destaca-se a seguir a política pública de comercialização da produção para os agricultores familiares.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003, dentro da estratégia do governo federal de minimizar e combater a fome e a pobreza no Brasil, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e incentivar a produção de alimentos para o mercado interno.

Este programa ou política pública visa oferecer mecanismos de comercialização por meio da compra direta dos agricultores e/ou associações e cooperativas. Os alimentos são adquiridos pelo governo diretamente dos agricultores familiares, comunidades indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária portadores de DAP e pode estar voltada para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social. Os produtos destinados à doação são oferecidos para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo governo federal.

Os principais executores do PAA são os Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Com-

bate a Fome (MDS), em parceria com Estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A aquisição dos alimentos ou a compra por parte dos executores pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode acessar até um limite anual e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais. Para a produção agroecologia há um incremento de 30% no valor do produto.

O PAA tem contribuído para a manutenção da biodiversidade, por meio do apoio às comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas que passaram de receptoras de cestas básicas para fornecedoras de alimentos para programas sociais do Estado. Desta forma, o PAA propiciou a inserção digna e respeitosa dessas comunidades no mercado local a partir do estabelecimento de relações sociais baseadas em uma percepção renovada, superando preconceitos e reconhecendo seu papel na economia local e regional. A tabela abaixo demonstra as modalidades do PAA, as fontes de recurso, quem é o executor, a forma de acesso e o valor máximo que cada família pode acessar por ano.

Modalidade	Fonte de Recursos	Executor	Forma de acesso	Valor máximo ano/agricultor
Compra Direta	MDS/MDA	Conab	individual, cooperativa, associação e grupo informal	até R$ 8 mil
Formação de estoque pela agricultura familiar	MDS/MDA	Conab	cooperativa e associação	até R$ 8 mil
Compra com doação simultânea	MDS	Conab, Estado e Municipios	individual, cooperativa, associação e grupo informal	até R$ 4,5 mil
Incentivo à produção e ao consumo do leite "programa do leite"	MDS	Estados no Nordeste e MG (norte)	individual, cooperativa, associação e grupo informal	até R$ 4 mil

Fonte: www.conab.gov.br

O plano safra da agricultura familiar 2010/2011 reforça a implantação da Lei da Alimentação Escolar e esta determina que um mínimo de 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devam ser destinados à compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Os 30% representaram, somente no ano de 2010, aproximadamente R$ 1 bilhão em compras da agricultura familiar.

Segundo dados da Conab as operações do PAA realizadas em 2010 envolveram recursos da ordem de R$ 401.973.869 milhões, sendo R$ 382.679.493,29 milhões em aquisições, INSS e embalagens e R$

19.294.375,71 milhões em despesas operacionais, tais como: diárias, material de consumo, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, obrigações tributárias e contributivas. O valor gasto na aquisição de produtos, R$ 379.735.466 milhões possibilitou a comercialização de 225.895 toneladas de alimentos, produzidos por 94.398 famílias agricultoras pertencentes aos grupos do Pronaf.

Portanto, se levarmos em conta estes números veremos que o recurso destinado à agricultura familiar foi de R$ 16 bilhões na safra 2010/2011, enquanto o gasto com o PAA no ano de 2010 foi de R$ 401.973.869,00. Ou seja, 2,51% do valor total destinado ao financiamento. O PAA garante um preço mínimo aos produtores e lhes dá segurança para produzir e comercializar, embora os limites para a comercialização ainda sejam baixos.

AGRICULTURA EMPRESARIAL OU AGRONEGÓCIO

O governo brasileiro tem encontrado na agricultura, sobretudo na empresarial ou agronegócio, um terreno fértil e apropriado para discursos e apontamentos acerca do crescimento econômico e capaz de suportar a crise econômica mundial gerando avanços na balança comercial. Sem dúvida, o Brasil mantém sua produção agropecuária entre as mais prósperas do planeta. A safra 2010/2011 levou o país a um novo recorde na produção de grãos: 161,5 milhões de toneladas. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa, 2011, p. 7), "tal desempenho coloca o país entre os mais competitivos do mundo, com capacidade de atender ao aumento da demanda por alimentos. O Brasil já é um dos principais fornecedores de proteínas no mercado internacional de alimentos, destinando o excedente de sua produção a 215 destinos do globo."

O Governo destinou R$ 100 bilhões para financiamento da agricultura empresarial na safra 2010/2011. No entanto, cabe uma análise, ou melhor, um detalhamento sobre que em condições é realizada esta produção. Para Traspadini:

> O dinheiro emprestado na forma de crédito torna-se irmão siamês do capital por dois motivos: 1) o agronegócio não consegue produzir sem a injeção de R$ 107 bilhões por ano, para tirar R$ 150 bilhões da venda de mercadorias. 2) o principal objeto desta aliança de capitais é o de transformar tudo em mercadoria para obtenção de lucro, na forma de insumos industriais produzidos pelas empresas transnacionais, como o exemplo do veneno (TRASPADINI, 2011).

Esta informação é importante para constatar que, dos R$ 107 bilhões de reais em investimento, o agronegócio produz apenas R$ 43 bilhões a mais do que o investido inicialmente; ou seja, 40,18% do total

do financiamento, o que pode ser considerado baixo. Mesmo que digam que a produção foi de 150 bilhões de reais e, por isso, está contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do Brasil, não se divulga que para obter estas cifras é necessário um investimento de 107 bilhões.

Para a safra de 2010/2011, o crédito rural de custeio e comercialização e de investimentos apresentou aumento de recursos, respectivamente de 14% e 29%, e melhoria nas condições de acesso, especialmente em relação ao médio produtor, para o qual foi criado o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). Em relação às medidas setoriais de apoio ao produtor, além dos programas Agricultura de Baixo Carbono (ABC), Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa) e Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora), os principais destaques são: o Programa de Financiamento à Estocagem de Etanol Combustível, com recursos da ordem de R$ 2,4 bilhões; a destinação de R$ 2,08 bilhões do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para a safra de café 2010/2011; e a proposta de projeto de lei em estudo que busca acelerar pesquisa, exploração e comercialização de minerais fertilizantes.

Para as operações de investimento foram disponibilizados R$ 18 bilhões – 29% a mais do que na safra passada – além do aumento de recursos e limite de crédito para programas de investimento, um maior apoio ao médio agricultor, à produção sustentável e à armazenagem são medidas que merecem destaque. Foram destinados para investimento: R$ 2 bilhões para a ABC; R$ 1 bilhão para o Produsa; R$ 1 bilhão para o Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra); R$ 2 bilhões para o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop); R$ 2 bilhões para o Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Procap-Agro).

O crédito para o custeio e a comercialização na safra 2010/2011 foi de R$ 75 bilhões, dos quais R$ 60,7 bilhões são ofertados a juros controlados (com taxa fixa de 6,75% a.a.). Para o período, foi ampliado o limite destinado a operações de Empréstimo do Governo Federal (EGF) para as agroindústrias, passando de R$ 20 milhões para R$ 30 milhões. Para garantir os preços mínimos aos produtores foi destinado um aporte orçamentário de R$ 5,2 bilhões, o que possibilita a aplicação dos instrumentos de equalização de preços e aquisição direta dos produtores, além da oferta de contratos públicos e privados de opção de venda. Essas operações reduzem a volatilidade de preços e viabilizam a melhoria na renda do produtor. Já para a safra 2011/2012, segundo o Mapa (2011, p. 15): "Na safra 2011/2012 serão destinados R$ 107,2 bilhões para a agricultura comercial, num aumento de 7,2% em comparação com a safra passada. Os recursos oferecidos dividem-se em: Cus-

teio e Comercialização: R$ 80,2 bilhões; Investimento: R$ 20,5 bilhões e Linhas Especiais: R$ 6,5 bilhões."

Portanto, para o agronegócio as mudanças no campo devem estar voltadas para o acúmulo de lucro nas mãos de um número cada vez mais reduzido de capitalistas, que estão se aliando e utilizando o Estado para financiar sua produção e avanço no meio rural, assim como arcar com os prejuízos destes produtores. Silva (1981, p. 36) destaca que "[...] a história da agricultura brasileira revela uma solida aliança entre o capital e a grande propriedade, sendo derrotada qualquer proposta no sentido de democratizar a propriedade da terra." Para eles não interessa a agricultura familiar ou camponesa, a produção de alimentos saudáveis e manter a população no meio rural, pois a forma de acumulação de capital é baseada nas grandes extensões de terra, produzindo para a exportação, e isto vem recebendo cada vez mais incentivos do governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado cumpre com a função de ser o regulador da sociedade, que busca organizar e estabelecer uma ordem. Com a separação da economia e da política cabe ao mercado, ou melhor, aos capitalistas, indicarem onde o governo deve investir ou priorizar os recuros públicos enquanto na esfera política o Estado administra os conflitos socias amenizando com políticas públicas ou sociais.

Compreender esta dinâmica dentro da agricultura não é tão difícil, haja vista a diferenciação no tratamento do grande produtor e do pequeno, seja no aspecto do finaciamento de sua produção ou da comercialização. Ao primeiro cabe a produção em gande escala para atendar a demanda do mercado internacional, ou seja, a agricultura empresarial está mais voltada para a demanda de produdos voltados para a exportação e, por isso, obtém maiores recuros para o custeio e investimento nas lavouras, pois possibilita um saldo na balança comercial. Ao segundo, ou pequena propriedade, cabe a produção de alimentos para o mercado interno, ou seja, produzir alimentos para o conjunto da sociedade, em especial para a classe trabalhadora, a fim de manter os mesmos nas cidades para estarem à disposição dos capitalistas quando necessitarem de força de trabalho barata.

No entanto, a agricultura familiar recebe um valor pequeno para o custeio e investimeno da lavoura. Esta integração entre campo e cidade faz parte da dinâmica do próprio sistema capitalista. Para Veiga (1991, p. 190) "[...] o maior ou menor predomínio da agricultura familiar durante a expansão do capitalismo industrial, neste século, está diretamente ligado às características da intervenção do Estado nos

mercados agrícolas." Neste aspecto o Estado entra com as políticas públicas, seja o Pronaf – que vai financiar a produção dos pequenos – ou com o PAA – a garantir a comercialização de parte desta produção a preços mínimos – e, ainda, distribuindo estes alimentos às camadas em vulnerabildade alimentar.

O governo faz sua parte. Compra dos pobres e dá para os pobres, sem mexer com os capitalistas em seus financiamentos e lucros. Porém, apenas estas políticas que são direcionadas pelo próprio capitalismo não são suficientes para poder promover melhorias na qualidade de vida das pessoas, seja quem está no campo ou na cidade. Segundo o MST,

> No processo de democratização das políticas públicas o Estado deve proteger as pequenas e médias propriedades rurais através das mais diferentes políticas, que garantam um programa de subsídio para o seu desenvolvimento e permanência no meio rural. Nesse sentido, assim como acontece em todos os países desenvolvidos, os subsídios agrícolas, baseados na produção, devem ser encarados como investimento público de médio e longo prazos, com retorno sociais imediatos e econômicos de médio e longo prazos, não apenas para que se dê a distribuição de renda no campo, como para o equacionamento da questão do sub emprego e desemprego estruturais crescentes" (MST, 2000, p. 34).

O Estado é, desde o princípio, fundamental para a instalação e ampliação do capitalismo. Não dá para entender hoje a magnitude deste sem a construção e participação daquele. Este mesmo Estado pode, desta forma, assumir várias funções. A este cabe a dominação, ao capitalismo, o mercado.

O Estado estando sob o controle dos capitalistas vai ser direcionado para atender às demandas de quem o controla. Sendo assim, os capitalistas vão sempre buscar que o Estado seja máximo para eles e mínimo para os trabalhadores (seja aos excluídos da cidade ou do campo); para estes, atenderá apenas com políticas compensatórias. Para Oliveira (2001, p. 18) "o desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo". No campo a luta entre camponeses ou agricultores familiares e capitalistas é acirrada por conta destas contradições. Segundo Fernandes (2004, p. 7), "o capital se realiza desenvolvendo a sua própria relação social, destruindo o campesinato, mas também se desenvolve na criação e na recriação do campesinato."

A agricultura familiar é a grande responsável pela produção de alimentos que vai para o consumo diário das pessoas, mesmo recebendo poucos investimentos para a produção, de maneira burocrática e de difícil acesso, em relação aos oferecidos ao agronegócio.

Portanto, no enfrentamento às investidas do capital no campo é preciso que os movimentos sociais e organizações façam lutas em conjunto para que possam ter conquistas e que possibilitem fazer o Estado realizar concessões e viabilizar a produção e a comercialização dos produtos de pequenas propriedades. Sem financiamento adequado, assistência técnica e garantia de preços para a comercialização dos produtos, os agricultores familiares serão cada vez mais explorados pelo modelo de desenvolvimento capitalismo, tendo que se submeter à sua lógica de funcionamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Plano Agrícola e Pecuário 2010-2011. Secretaria de Política Agrícola*. Brasília: Mapa/SPA, 2010.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Plano Agrícola e Pecuário 2011-2012. Secretaria de Política Agrícola*. Brasília: Mapa/SPA, 2011.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. *Agricultura familiar*. Disponível em: *http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=2* . Acesso: 20 mai. 2012.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família da propriedade privada e do Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1976.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão agrária:* conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em PDF, 2004, p. 57.

HARNERCKER, Marta; URIBE, Gabriela. *Exploradores e explorados*. São Paulo: Global, 1979.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Censo agropecuário 2006. Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Disponível em: *http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/default.shtm*. Acesso: 21 mai. 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 8º ed. (Coleção Leitura)

MATTEI, Lauro. *Impactos do Pronaf: análise de indicadores*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. (Nead Estudos; 11).

MST. *Construindo o caminho*. São Paulo: MST, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001. 4º ed.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa:* Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O Papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. AATR – BA: 2002

TRASPADINI, Roberta. "Agrotóxico: o veneno produtor de doenças no Brasil." *Jornal Brasil de Fato*. 23/08/2011. Disponível em: *http://www.brasildefato.com.br/node/7219*. Acesso: 23 mai. 2012.

VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo Hucitec, 1991 – (Estudos Rurais; 11).

Questão agrária e educação: uma reflexão a partir das relações do capitalismo, Estado e sociedade civil

Vitor de Moraes[1]

Resumo

Este trabalho visa fazer uma reflexão acerca da relação do capitalismo com a concepção de Estado e as lutas dos movimentos sociais por direitos, dignidade, emancipação humana e política, numa perspectiva transformadora, almejando um novo tipo de homem e de sociedade. A análise da concepção de Estado dar-se-á no estudo da questão agrária e da educação como dimensões cruciais para entender como o modelo hegemônico capitalista consegue, por meio Estado, inserir-se de forma arbitrária e totalizante na vida das pessoas e no contexto agrário. O texto não tem a intenção de ser um referencial, mas sim estabelecer um debate e um estudo teórico sobre o tema, que possa servir para os enfrentamentos políticos, estratégicos e de luta dos movimentos sociais camponeses.

Palavras-chave: Questão agrária, educação, Estado, capitalismo.

---

1 Integrante do MPA. Mestrando do curso de pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – Unesp. Cátedra Unesp/Unesco/ENFF em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. *E-mail:* vitordemoraes-pr@yahoo.com.br

Introdução

Para uma melhor compreensão das questões específicas do campo brasileiro, precisamos contextualizar a realidade em que se apresenta o projeto capitalista para a sociedade mundial e que interfere de forma decisiva na vida e no cotidiano de todas as comunidades e sujeitos e, portanto, diretamente na Educação. Segundo Zanardini (2007), "somente o Estado burguês efetivamente tem se mostrado capaz de produzir as condições necessárias para a reprodução das relações capitalistas de produção". O projeto capitalista globalizante utiliza os Estados-Nação para sua ascensão e conformação da realidade, de acordo com sua necessidade, por vezes com grau maior de relação, por vezes menor, mas sempre estrategicamente de forma fundante, criando e ampliando as condições para o seu desenvolvimento.

Nesse sentido não podemos, em hipótese alguma, pensar na realidade local sem pensarmos em como as políticas internacionais, forjadas na perspectiva capitalista, influenciam no cotidiano do Estado brasileiro e como este interfere e define as políticas e o destino do campo e dos sujeitos que nele vivem e reproduzem sua existência.

Ao considerar o Estado como essencial para o desenvolvimento do capitalismo mundial, também temos que considerá-lo como, historicamente, se manteve a serviço das frações de classes dominantes, sempre forjando leis para manter a desigualdade, criando condições para proteger os donos dos meios de produção em seus interesses e mantendo os pobres sempre subservientes aos dominantes e às políticas dos modelos estatais estabelecidos. No contexto em que estamos vivendo não é diferente, no entanto, a história mostra o movimento do povo que nem sempre concordou cegamente com os mandos e desmandos da elite. Citando Lenra (2010, p. 15), "todo Estado é instituição, parte material do Estado; todo Estado é crença, parte ideal do Estado; todo Estado é correlação de forças, hierarquias na condução e controle das decisões; e todo Estado é monopólio."

Desenvolvimento

No campo existiram e existem vários enfrentamentos do povo camponês ao modelo de Estado e à organização da elite no controle do Estado, das terras, do capital e do modo de produção. A rebeldia e a indignação sempre estiveram presentes e, no entanto, sempre o poder e a repressão silenciaram a história do povo trabalhador camponês, prevalecendo a força do modelo hegemônico, como o único para a sociedade brasileira.

Na década de 1990 e início do século XXI, os enfrentamentos são acirrados, justamente pela intensificação e massificação do capitalismo

no mundo. Aumenta o grau de apropriação da natureza, dos meios de produção e das riquezas naturais – vegetal, animal e mineral – e a exploração do homem pelo homem chega a graus elevadíssimos. Mais uma vez percebemos que os Estados-Nações desempenham um papel fundamental na abertura das barreiras comerciais entre si, bem como na articulação necessária entre o capital internacional e o mercado, tanto no controle das terras, como da produção e da circulação.

Em meados da década de 1990, a crise instalada nos países considerados emergentes é motivo para uma intervenção maior do capital internacional nas políticas econômicas dos Estados. Estes não eram considerados tão necessários para a manutenção do capitalismo; para a sua ampliação, a partir deste momento histórico, passa a ser crucial a participação naqueles. Os relatórios das grandes instituições mundiais apontam para que os Estados, no mínimo, cumpram as regras internacionais previstas em grandes acordos e também sejam eficazes para que o mercado funcione bem. Como afirma Pereira (2009), "o Estado eficiente e eficaz, deixa de falar dicotomicamente: Estado x mercado e sim Estado com o mercado."

Nesse sentido, um ator político e econômico, o Banco Mundial, com o apoio das demais instituições internacionais, baliza os gestores nacionais e define suas políticas. Financiam diversas pesquisas para a reforma do Estado, e para isso os princípios são a gestão eficiente das políticas agrárias e das leis, de modo a suprimir barreiras comerciais, a promover a descentralização para os municípios, a gestão burocrática e a unificação de cadastros; tudo isso para reforçar as teorias dos intelectuais do capital.

> ...o aparato estatal, as estruturas por que transita a dominação entrelaçam-se com as formas de institucionalização política, isto é, com as regras, de acesso ao poder do Estado e seu exercício (governo). Por isso, pode-se dizer que o Estado "é" em suas agências burocráticas de reprodução sistemática, tanto quanto "é" nas regras, procedimentos e cargos resultantes da ação política, propriamente dita, governamental. (LINERA, 2010, p. 46).

O Estado passa a ser gerente do capital internacional e a descentralização melhora tanto para o avanço do capital quanto para as oligarquias locais. A participação popular é simplesmente retórica e sem poder de decisões. É de bom senso lembrar que o Estado nem sempre foi assim, sendo uma invenção européia que se difundiu pelo mundo. Hoje, no entanto, percebemos duas correntes principais de Estado: uma que o vê como vítima do modelo e outra como promotor das condições da globalização e da extraterritorialidade do capital.

No entanto, o Estado não passa de uma criação conjuntural e estrutural para promover a expansão do capitalismo. É uma institui-

ção recente e que começou a ser organizada no século XIX, cujas pré-condições iniciaram-se no Estado inglês; com a colonização se difunde primeiro pela Europa e, em seguida, nos Estados Unidos. Entre os países colonizados, em sua maioria, só há libertação entre as décadas de 1940 e 1960.

O desenvolvimento do capitalismo está imbricado, de forma bem concreta, nas lutas das grandes potências. Segundo Pereira (2009), "a história do capitalismo é a história da disputa dos Estados, dos grandes Estados nacionais." É a ligação entre capital e poder, na qual o chefe do Estado passa a ser o gerente dessa relação, e assim constata-se que a luta pelo poder e pela riqueza são os pilares da expansão capitalista. Normalmente, as formas de organização do poder político são pensadas de forma a atender aos interesses macros da burguesia interna e, agora, pelo capitalismo globalizado, no qual a burguesia capitalista do mundo é representada nas grandes corporações e instituições privadas.

Percebemos então, nas análises até agora estabelecidas, que pensar o Estado só na perspectiva da expansão do capitalismo nos colocaria em uma situação de fim da história, "porque a burocracia é, de fato, um limite que se impõe à ação governamental. É o limite estrutural que garante a reprodução do sistema como tal. No entanto, esse limite não é pétreo, impenetrável ou idêntico a si mesmo" (Linera, 2010, p. 46).

Ainda que de forma pré-concebida, podemos pensar o Estado como a institucionalização das relações de poder, como possibilidade de acreditarmos nas transformações emancipatórias na base da classe trabalhadora, acreditar no protagonismo dos movimentos sociais, na perspectiva da luta pela institucionalização de direito democráticos, de acesso e participação das decisões. Isso tudo pode ser utópico, porém os avanços apontam que a inserção orgânica dos movimentos sociais pode continuar nas transformações das formas como a sociedade está organizada. Contudo, isso requer muita práxis cotidiana, coletiva, e um compromisso com um projeto de sociedade diferente da já estabelecida. Se quisermos transformações, temos que vislumbrar as brechas deixadas pelas contradições do Estado, do modo de produção e da ideologia capitalista, e passar a pensá-lo como espaço de disputa e de relação social de poder. Cito Rey (2010, p. 46): "Porque o governo, com suas decisões e ações, também pode impactar a própria estrutura estatal e, num processo de transformação impulsionado e protagonizado pela mobilização popular, pode alterar e deslocar as bases materiais que lhe dão sustentação."

Historicamente o Estado sempre esteve entregue a interesses de certos grupos. Promove, oculta, articula, desarticula, tem interesses e objetivos, cria políticas e as aplica. A grande questão é quem ganha e quem perde; e nesse contexto podemos conceber o Estado como ins-

trumento de avanço democrático e de distribuição de riquezas, mas que na disputa histórica já foi também Estado de ditaduras e concentração de riquezas. A dominação e a hegemonia mesclam o tempo toda sua forma de atuação, não apenas com representações no parlamento, mas em áreas cultural, educacional, na ciência, dentre outras. Isso tudo torna difícil a participação efetiva da classe trabalhadora nesse espaço. A reestruturação do capitalismo neoliberal promoveu a reforma do funcionamento da máquina pública, organizando-o para os interesses do capital. Pensar o Estado como necessário à classe trabalhadora nos remete a perceber em quê ele pode melhorar as condições de vida, na redução das desigualdades, na redistribuição das riquezas produzidas pelo trabalho humano, no acesso a terra.

A teoria marxista contribui para desvelar as contradições históricas às quais a classe trabalhadora foi submetida e Marx aponta para a sua superação; porém não como uma teoria de Estado, mas discutindo a vida pública e a acumulação primitiva do capital. Nos fornece ainda um método de análise da realidade dinâmica, não linear e contraditória, sendo seu estudo a história concreta, as condições de produção e reprodução da vida e relações sociais, e não meramente as econômicas. Para Marx (1983), a sociedade civil é a reprodução da vida social e é quem molda o Estado, sendo, portanto, uma criatura da sociedade. O Estado é o momento da alienação e onde se expressam a estrutura de classes e as práticas nas quais uma classe consolida sua dominação sobre outra. Qualquer proposta de emancipação política baseada na superação das classes no modo de produção capitalista é uma mera ilusão.

Esta instituição mantém e reproduz a propriedade privada, serve a alguns interesses apenas, mantém as desigualdades sociais e é a base de toda a burguesia – que às vezes se une e muitas vezes concorre entre si, por lucro, poder e prestígio. No entanto, se vermos o Estado somente com interesses particularistas ficaremos de mãos atadas, pois a contradição entre burguesia e proletários é notória e quando ocorre uma mobilização política de grupos proletários esta é reprimida ou cooptada.

Em contraponto e para que o proletariado possa mudar tal situação, apenas por meio de uma revolução proletária, suprimindo o poder burguês e instaurando o poder da classe trabalhadora, o que seria, segundo Marx (1983), "a ditadura do proletariado", na qual outro modo de sociedade seria estabelecido. Tal organização do proletariado inverte a ordem, ou seja, a maioria passa à condição de dominante; porém o grande desafio para a superação das classes ainda permanece e o Estado seria absorvido pela sociedade. O Estado burguês não tem como ser reformado e é preciso tomar o poder deste para derrotar a classe dominante.

Todas as experiências revolucionárias não acabaram com o Estado, na verdade reforçaram-na. Para Poulantzas (1980), o Estado capitalista é uma condensação material de relações sociais, como um conjunto de aparelhos entre classes, organizando o interesse político em longo prazo no bloco no poder. E esse bloco no poder é constituído por classes e frações sobre a hegemonia de uma delas; tal fração tende a dar a direção de tudo, construindo uma cadeia de subordinação. Ainda segundo Poulantzas, o Estado tem uma autonomia relativa porque é separado das relações de produção: organiza os capitalistas e desorganiza e divide as classes dominadas por uma série de mecanismos e observamos essa fragmentação na manutenção da hegemonia de uma classe sobre a outra: "as famosas funções sociais do Estado" dependem diretamente "da intensidade da mobilização popular, ora como efeitos das lutas, ora como tentativa de desativamento antecipado dessas lutas por parte do Estado".

Na análise das políticas agrárias atuais para o Brasil, podemos perceber de um lado o Ministério da Agricultura a atender a burguesia latifundiária e o agronegócio, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário para a agricultura familiar e camponesa. Uma face da concretude do Estado burguês na atual conjuntura expressa-se em um ministério com orçamentos gigantescos e outro intencionalmente sem recursos para atender minimante, cuja seletividade de cada aparelho pode tornar os recursos mais acessíveis para uns que para outros. Citando Burón (2003, p. 28): "...una 'sociedad de mercado', es decir, una sociedad en la cual los derechos ciudanos son redefinidos desde una lógica mercantil, produciendo por esa via la desprotección de grandes massa de nuestras poblaciones."

No entanto, o apaziguamento de classes ou sua luta provoca diferentes resultados, oriundos das diferentes contradições. É um choque entre os diversos interesses do capitalismo e as lutas populares se inscrevem no Estado em condições subalternas, nas quais o fundamento deste não pode ser ultrapassado. Isso mostra que o poder é uma relação social e nos permite perceber o porquê do Estado ser mais acessível para uns que para outros e o porquê da unidade ser mais improvável, dada às pressões de todos os lados que enfrenta.

O enfrentamento ao Estado capitalista e dominante é ainda mais dificultado quando da análise das teorias pós-modernas, que negam estruturas e as análises causais, para a qual não existem processos universais e nem um sistema social; mais que isso, alega não fazer sentido dizer que o mundo é capitalista e cujas relações são dissolvidas numa realidade de pluralismo, tendo a ideia de causa abandonada. Há um apagamento da luta de classe.

O que se percebe é que as políticas públicas de afirmação não vão emancipar o povo e muito menos mudar as relações de produ-

ção no Estado capitalista. Não se discute, neste mundo pós-moderno, a exploração das pessoas e cada grupo cuida de seu gueto. Há várias resistências, mas divididas em pequenos grupos, o que promove um enfraquecimento da classe trabalhadora e dificulta a luta para a transformação da sociedade. O neoliberalismo, como método, utiliza políticas de compensação aos grupos sociais que reivindicam direitos, com políticas mínimas e afirmativas, todavia são políticas que despolitizam a classe trabalhadora, deixando-a na tutela do governo.

Para o Estado pós-moderno, capitalista e neoliberal somos meros consumidores e daí a conquista do "estatuto do consumidor". Então, o fato de inserir o povo em programas de renda os coloca como consumidores, junto às classes que já tem esse acesso, a exemplo do programa Bolsa-Família, financiado pelo Banco Mundial, que insere milhares de famílias no mercado. Mas isso não significa mobilidade social, e muito menos uma vida de qualidade; esse método do neoliberalismo despolitiza a classe trabalhadora, implanta a agenda internacional capitalista e aprofunda e aplica a "qualidade" na administração pública e na gestão, para ampliar a eficiência do Estado no cumprimento de seu papel e para o avanço do capital internacional.

Essa administração, no entanto, tem que promover o acesso aos sujeitos sociais, para que se sintam participantes das decisões. Mas na prática, o que ocorre é o aval da sociedade civil para que o Estado possa seguir livremente decidindo do seu jeito e com a sua ideologia. Para que isso seja cumprido, várias ONG's, associações e conselhos são criados, mas sem poder de decisões em relação à infraestrutura, orçamentos e concepções, apenas reafirmando políticas verticalizadas.

Nessa conjuntura, podemos compreender que o projeto hegemônico tem seu alicerce no Estado e que a educação e o desenvolvimento agrário aparecem como dimensões necessárias e estratégicas para concretizar o desenvolvimento do capitalismo agrário no Brasil e no mundo. Os organismos internacionais apontam a questão agrária, em seus documentos, como sendo estratégica – a partir do controle da terra, da água e da energia – para o avanço do capitalismo, o que começa a aparecer em documentos do Banco Mundial, como afirma Pereira (2009): "em 1997, 2002, 2003, 2007, 2008 e 2009".

A partir de 2010, ocorre de forma assustadora a estrangeirização das terras, expressão do capital internacional tomando posse do território brasileiro, e passa a ser moda falar em desenvolvimento rural. No entanto, fica visível que este projeto baseia-se num capitalismo agrário sem relação com o trabalho familiar e a preservação da natureza e ficam evidentes as correntes de desenvolvimento capitalista no Brasil que fomentam a produção de *commodities*: matéria-prima para a ex-

portação e satisfação dos países centrais e, ao mesmo tempo, corrobora com a balança comercial favorável.

Isso serve de pano de fundo para o convencimento da sociedade civil e, ao mesmo tempo, coloca de forma secundária o papel da agricultura camponesa de trabalho familiar, porque nem sempre é mensurada a sua produção, que atende muito mais à família, à comunidade e aos mercados locais. Quando vai para o mercado nacional ou para exportação a produção camponesa já está nas mãos do atravessador capitalista e as organizações internacionais e continentais de proteção do avanço do capitalismo, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), convencem os Estados a aplicar as cartilhas do Banco Mundial. Amarrados às políticas estruturalistas da Comissão, coloca-se que os Estados deveriam se especializar segundo suas vocações, e que isso faria diferença quando da oferta de produtos para o mercado internacional.

A chamada "teoria das vantagens comparativas", que na prática reafirma os países emergentes como para sempre emergentes, não cria condições objetivas para o seu desenvolvimento pleno. Os países acabam por se especializar em produção primária, marcados por uma divisão social internacional do trabalho herdada de um passado colonial. Sendo assim, percebemos que o Estado foi fundamental para a consolidação das políticas capitalistas globais, a serviço dos latifúndios, da burguesia industrial e do capital internacional.

Nessa perspectiva, o campo da América Latina – portanto o campo brasileiro – deveria ficar com funções específicas de trazer divisas e financiar a indústria, fornecer mão de obra e produzir alimentos baratos para a população, fornecer matérias-primas para a indústria e gerar um mercado interno. Todavia, e devido à estrutura agrária monopolística e ineficiente, o Brasil se torna um exportador de baixíssima qualidade e a degradação da natureza fica evidenciada no atropelo desenfreado para produzir *commodities*. Com baixa taxa de crescimento da agricultura, prejudica a industrialização pensada pelas organizações internacionais, além de espoliar ao máximo o trabalhador.

Ao mesmo tempo, a manutenção da burguesia agrária no Brasil se dá em função da relação com o Estado e o financiamento deste às atividades agrícolas do latifúndio, tendo por marco a disparidade entre o agronegócio com alto financiamento – mas ineficiente – e uma agricultura camponesa e familiar com poucos recursos, com poucas terras, pouca infraestrutura e assistência técnica – mas que garante 70% da alimentação interna do país.

Essa constatação também mostra a necessidade da reforma agrária, tanto para a produção como para a resolução da questão social, além da necessidade permanente de criar políticas públicas voltadas

a atender e melhorar a agricultura camponesa e familiar. A produção camponesa e familiar não entra como pauta dos governos e a exploração do campesinato está baseada na exploração de sua força de trabalho, na produção de alimentos e na expropriação da terra; por consequência, em toda sua cultura. Os complexos agroindustriais transferem progressivamente a mais-valia para os países do centro, e a exploração transforma parte do campesinato em proletário; todas essas formas de espoliação do camponês leva-nos a pensar em sua extinção.

No entanto, a análise chaianovista diz que os camponeses continuam resistindo e até promovendo a recamponeização. Essa realidade fica evidenciada quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) promove, nas últimas décadas, mais de um milhão de famílias assentadas, ou o Movimento dos Atingidos pro Barragens (MAB) reassenta famílias vítimas da produção de energia para o capital, ou ainda a experiência do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que organiza para a produção, a resistência no campo e a concretização de novas políticas públicas.

Todas essas são constatações que, mesmo quando o capital se faz cada vez mais presente no campo, com uma agricultura baseada nas monoculturas e no uso radical de agrotóxicos, contrapõem-se os camponeses, produzindo diversidade de alimentos e um modo de vida específico e de relação diferenciada com a natureza e com o próprio homem. A primeira é uma corrente do capitalismo agrário, que visa a transformação do camponês em um empreendedor rural, um pequeno empresário, pretendendo inseri-lo no capitalismo, como a única forma de sua sobrevivência.

Nesse sentido, algumas entidades camponesas de concepção capitalista, engessadas pelo sistema e articulados pelo Estado, buscam promover uma aliança entre a agricultura familiar e o capitalismo, fomentando a capitalização deste agricultor para que ele não resista aos efeitos da inserção no mercado capitalista. Esse modelo tem criado a fragmentação dos movimentos sociais e, muitas vezes, as entidades que os representam passam a ser braços do Estado: instituições criadas na luta, pelos camponeses, mas que agora estão a serviço do Estado capitalista. Outro elemento é o endividamento das famílias, que acabam por vender suas terras para outro agricultor que, de forma mais empreendedora, conseguiu sucesso na sua relação de exploração da natureza, espoliação de outros irmãos camponeses, com o uso de agrotóxicos e, muitas vezes, numa relação promíscua com os credores.

Apesar do declínio relativo do campesinato e apesar da semiproletarização permanente, os camponeses constituem uma resistência ao capitalismo e ao neoliberalismo. O camponês organizado emerge em contraposição à perspectiva política neoliberal voltada para a urbaniza-

ção, em detrimento do desenvolvimento agrícola. Os neoliberais desenvolvem uma estratégia de crescimento para o exterior, e o Estado passa a ser a ponte entre o capitalismo e a sociedade civil, com a privatização, destruição da legislação trabalhista e o mercado financeiro livre, colocando todos no mesmo plano: que vença o mais forte.

As contradições do capitalismo e as heranças coloniais no Brasil, como a concentração da propriedade da terra, são fatores importantes para a compreensão da desigualdade social. Essa concentração da terra afetou também o desenvolvimento capitalista e o impacto da ação de alguns movimentos sociais – como os zapatistas de 1994 no México e a marcha do MST em 1997 no Brasil – desencadeou a luta pela reforma agrária, continuada de forma mais ampla pela Via Campesina Internacional; tudo isso traz a problemática da terra para a agenda dos organismos internacionais, bem como o conjunto de pressões do empresariado rural pelo controle das terras e das águas.

Nesse movimento da sociedade civil, especificamente os camponeses organizados, faz com que o próprio Banco Mundial reveja seu papel em relação à questão agrária. A lógica do banco é pensar sempre a partir do capitalismo agrário, da produção, do lucro, e dá enfoque aos mercados de terra, preocupado em como torná-los eficientes e quais mecanismos estatais vão contribuir para tal intento. Para assegurar a propriedade é preciso ajustes jurídicos, diminuir conflitos e possuir ambiente institucional amigável com o Estado. A leitura do Banco Mundial é de que isso tudo pode ser feito de forma técnica e o ajuste econômico vem com força. A retomada da questão agrária pelo Banco Mundial só aconteceu devido aos conflitos agrários e a intensificação destes provoca fundos de investimentos, mecanismos de redução de conflitos, controle e apaziguamento no campo. O banco passa a ser o mentor intelectual das políticas estatais, e no entanto, as políticas mercantilistas neoliberais avançam para outros territórios ainda não utilizados pela agricultura, como terras indígenas e terras públicas, na sua maioria ainda em forma de florestas que serão totalmente destruídas pelo avanço do agronegócio.

Nesse imbricado contexto de relações, temos, de um lado, os movimentos sociais do campo, as entidades camponesas que representam a agricultura do pequeno agricultor – com seu trabalho familiar como realidade concreta – produzindo de forma diversificada a alimentação, orgânica e agroecológica; de outro lado, as entidades que representam os latifundiários, as corporações nacionais e transnacionais que produzem *commodities* e monoculturas para a exportação, com uma excessiva quantidade de agrotóxicos. No entanto, esse projeto é considerado avançado pela maioria dos pesquisadores e pensadores do capitalismo agrário, sendo avalizado e garantido estrategicamente, pelo modelo de

gestão neoliberal e pós-moderno vigente no Estado brasileiro. Citando Bertolt Brecht, *apud* Burón (2004, p. 15): "No. No aceptes lo habitual como cosa natural. Porque en tiempos de desordem, de confusión organizada, de humanidad deshumanizada, nada debe parecer natural. Nada debe ser impossible de cambiar."

O Estado e sua relativa autonomia concebe políticas desiguais: para o capitalismo agrário as benesses, em detrimento do agricultor camponês que tem o trabalho familiar como fundamento de sua reprodução humana e social. Mesmo assim ainda é possível acreditar na concretude da efetivação de políticas públicas que emancipem os povos do campo, emancipação tanto humana, como política e social. Para tanto, é necessário compreender a realidade dada, o poder do capitalismo agrário, seus métodos de ação, e lutar, resistir e criar novas estratégias de produção, de circulação das mercadorias, de permanência no campo: "Sin la práxis creativa de los hombres y mujeres que son los protagonistas reales de la história, el proyecto teórico y práctico de Marx puede frustrarse indefinidamente. Las posibilidades pueden abortarse, y la civilización replegarse a la más oscura barbárie" (BURÓN, 2003, p. 289).

Muitas são as possibilidades, mas a organização, a formação, o cooperativismo e a solidariedade são elementos que já pertencem ao agricultor familiar camponês. O que precisamos avançar é na construção efetiva desses elementos de forma coletiva e orgânica. Organizados e em movimento, colados aos anseios da classe trabalhadora urbana, na perspectiva da luta de classe e da transformação da sociedade como um todo, rumo à derrocada do modo de produção capitalista e da superação da divisão da sociedade em classes, na luta pela construção de uma sociedade com princípios emancipatórios, humanos e a efetivação das garantias de vida de qualidade a todos os sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O LUGAR DA EDUCAÇÃO

O Estado capitalista vive de constantes crises cíclicas e segundo os estudiosos do modelo econômico, social e político hegemônico no mundo, esse momento histórico não é diferente. Porém, os resultados que estamos assistindo são resultados da reforma do Estado com as ideias liberais na década de 1990. A reforma na educação brasileira aconteceu baseada nos documentos internacionais de concepção e filosofia liberal. Como afirma Zanardini:

> ...tem como referência os documentos elaborados e divulgados nesse período: a "declaração mundial sobre educação para todos", "o plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem" (UNICEF, 1990), resultantes da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada

> em 1990 em Jomtien, na Tailândia, o Plano decenal de educação (1993), o documento da CEPAL (1995) "Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade" e o relatório Jacques Delors (1996), como ficou conhecido o relatório intitulado "educação: um tesouro a descobrir", produzido para a Unesco. (ZANARDINI, p. 254, 2007).

Esses documentos mostram o caráter liberal e pós-moderno a que a educação dos Estados-Nação em desenvolvimento deve ser submetida para a o avanço do capitalismo. O Estado deixa de ser "mínimo", no entanto, continua a ser mínimo para o povo, de modo social assistencialista, e ao mesmo tempo "máximo" e intervencionista para o avanço do capital internacional, em conformidade com as frações de classes das oligarquias da burguesia nacional. Existe a proposição ideológico-filosófica para alicerçar um novo conhecimento, como afirma Santos (2003, p. 89):

> Um paradigma prudente, para uma vida decente. Para ultrapassar o caráter totalitário e obsoleto do paradigma de conhecimento moderno, o paradigma prudente ou conhecimento científico proposto pela pós-modernidade deveria contribuir para a felicidade dos indivíduos e a definição, portanto, de um paradigma social.

Essa afirmação apresenta uma concepção que esconde a luta de classe, os conflitos no campo e na cidade, bem como estabelece um padrão de educação para a felicidade, para as relações harmônicas e educação para a paz; nega os conflitos históricos, por exemplo, da questão agrária. É a educação a serviço do capital internacional interagindo com uma burguesia nacional atrasada, que não busca a criação de um Estado de bem-estar social e, por isso, a reforma agrária clássica capitalista fica mais uma vez fora dos planos burgueses.

Portanto, estamos concretizando uma educação pautada na reforma da educação básica, na reforma do Estado brasileiro e na ideologia da pós-modernidade, que apresentam o estágio do capital num contexto neoliberal e global. Nesse sentido, as reflexões para a construção de uma educação transformadora, na perspectiva da classe trabalhadora, engendram conhecer os limites e contradições do capitalismo após a reforma do Estado e da educação; e compreender os padrões e estágios de desenvolvimento em que se encontra o Estado-Nação brasileiro em suas múltiplas dimensões, particularmente na dimensão da produção e, se isso repercute num Estado de bem-estar social, moderno, ou se ainda estamos num modelo de desenvolvimento arcaico e conservador.

Como articular teoria e prática que dê conta de buscar a emancipação da classe trabalhadora, sendo que a nova racionalidade pós-moderna pode estar presente na concepção de Estado e de educação? Quais programas educacionais, currículos e metodologias podem contrapor-se ao modelo educacional atual, previsto na reforma do Estado

e da educação, através dos pressupostos teórico-metodológicos da pós-modernidade, de concepção filosófica neoliberal?

Estes programas não têm outra finalidade a não ser a efetivação da racionalidade capitalista moderna, para a qual a educação, ao lado de outras práticas sociais tem, do ponto de vista ideológico, a função primordial do controle social. E isso tudo no Brasil articulado junto a uma burguesia atrasada, latifundiária, que preza pelo poder via eleições e o controle das terras, e de forma desleixada deixa o capital internacional se apoderar das riquezas nacionais. As consequências serão desastrosas para a classe trabalhadora, bem como, para a natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORÓN, Atílio. *Estado, capitalismo y democracia em América latina.* Buenos Aires: Clacso, 2004. 3ª edición.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

LINERA, Álvaro G. Teorias do Estado na América Latina hoje. *In: Margem Esquerda*. nº 15. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. Prefácio. *In:* MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política.* São Paulo: Martins Fontes. 1983, 2ª edição)

MARX, K. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. *In:* MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes. 1983. 2ª. ed.).

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008).* (Tese) Doutorado – Rio de janeiro: Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Departamento de História. 2009.

POULANTZAS, N. O Problema do Estado capitalista. *In: Sobre o Estado capitalista*. Barcelona: Editorial Laia, 1969-1977.

POULANTZAS, N. (org.) A crise do Estado. *O Estado, o poder, o socialismo*. Braga/Portugal: Moraes Editores: 1978. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

RAY, Mabel T. "O Estado em debate: transições e contradições" *in*: *Margem Esquerda*. v. 15, São Paulo: Bitempo, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.

VILAS, Carlos M. Imperialismo, globalización, império: las tensiones contemporáneas entre la territorialidad del Estado y la desterritorialización del capital. *In: Politica y Sociedad.* v. 41, nº 3, p. 13-34.

ZANARDINI, Isaura Mônica Souza. "A reforma do estado e da educação no contexto da ideologia da pós-modernidade. *In: Revista Perspectiva*. Florianópolis: v. 25. 2007. p. 245-270.

Sobre o papel do Estado, a luta e as políticas públicas

Ana Terra Reis[1]

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo contribuir na discussão acerca do avanço do capital no campo, do papel do Estado assumido no decorrer da história da agricultura brasileira e da resistência de classe representada pelo campesinato. Por fim, trazemos um estudo acerca das políticas públicas de comercialização e do papel da cooperação no Projeto de Assentamento Pirituba II.

Palavras-chave: Capital, Estado, resistência e políticas públicas.

1 Integrante do MST. Mestranda do curso de pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – Unesp. Cátedra Unesp/Unesco/ENFF em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. *E-mail:* anaterrareis@gmail.com

> Para nós, a busca do objetivo estratégico socialista de planejamento econômico, como modo de superar tanto o perigo ecológico, como outros que a humanidade tem de enfrentar – não em um futuro longínquo, mas já nos dias de hoje – permanece mais válida do que nunca. Ninguém negará que as mudanças exigidas para a tão necessária transição em direção à sociedade para além do capital são de tal dificuldade que quase beiram a impossibilidade. A teoria econômica que respeita o peso das restrições objetivas, mas se recusa a submeter-se à suas determinações fetichistas e, assim, trabalha de mãos dadas com a política emancipatória, pode fazer uma contribuição vital ao sucesso dessa empreitada (MÉSZÁROS, 2007, p. 183).

Fazer uma análise acerca das políticas públicas nos territórios camponeses não é uma tarefa fácil. Muito já se teorizou sobre o papel do Estado e dos movimentos sociais e, ao que parece, a conclusão mais próxima dos interesses da classe trabalhadora afirma que o Estado é mantenedor das relações capitalistas de produção, beneficiando o capital em detrimento da emancipação social. É a esfera política dominada pela esfera econômica e funcionando para dominação da esfera social. Mas, ainda que as conclusões mais pessimistas não apontem uma saída e de que viveremos oprimidos pela lógica perversa deste sistema hegemônico até que se consiga uma transformação profunda da sociedade, algumas experiências recentes destacam-se como possibilidades de amenizar, ainda que não de resolver, a exploração do capital sobre os homens e as mulheres que vivem do seu trabalho. É uma realidade contraditória, como qualquer outra.

Quando tratamos da realidade no campo, devermos refletir sobre muitos determinantes. Essa realidade também nos mostra que o capital assumiu e se apropriou de outras formas de reprodução para apresentar sua chibata e que é preciso ter discernimento para não transformar as conquistas da classe trabalhadora em políticas conciliatórias com a ordem estabelecida. Resta-nos tentar teorizar nossas práticas e buscar entender nosso papel na luta por uma sociedade diferente, qualificando nossas demandas e avaliando se nossas ações têm reflexos no mundo do trabalho, ou seja, na vida daqueles que tentam vislumbrar uma nova forma de posicionar-se frente aos desafios da emancipação da classe trabalhadora.

O campo brasileiro

A história agrária do Brasil é marcada por duas concepções de desenvolvimento: uma pautada na hegemonia do modo de produção capitalista e outra marcada pela resistência daqueles que vivem do seu trabalho. A interpretação acerca do avanço do modo de produção capi-

talista no campo brasileiro pode passar por dois processos metodológicos chamados por Fernandes (2011, p. 17) de *paradigmas*; para o autor: "Os paradigmas representam as visões de mundo, que contém interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam através de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais." Para contribuir na compreensão dos paradigmas propostos, o autor define o paradigma da questão agrária como aquele voltado à interpretação das lutas de classes que ocorrem na disputa pelos territórios:

> O paradigma da questão agrária tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade (FERNANDES, 2011, p. 18).

Já para a interpretação a partir do paradigma do capitalismo agrário: "as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural que pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a 'integração' do campesinato ou 'agricultor de base familiar' ao mercado capitalista." (*Ibid*., p. 18).

A possibilidade de superação das desigualdades históricas a partir da "integração" tem se mostrado inviável, na medida em que o capital se reproduz a partir da apropriação e da recriação das formas de dominação do trabalho. O que se pode observar, segundo Thomaz Júnior

> é que há um conjunto de relações e de mediações específicas ao mundo do trabalho – redefinido pela reestruturação produtiva do capital – que nos permitem compreender a magnitude e a escala do processo de dominação do capital. Reconhecendo sua vinculação direta à busca constante da elevação dos índices de produtividade e dos melhores resultados econômicos, percebe-se o imbricamento disso com os procedimentos destinados ao exercício sempre refeito da gestão e do controle do trabalho em todas as instâncias da vida da classe trabalhadora (THOMAZ JÚNIOR, 2003, p. 54).

Para aprofundar o debate acerca dessas relações e mediações que possibilitam a reprodução do modo de produção capitalista e para demonstrar a inviabilidade de se discutir a suposta superação da realidade excludente e degradante pela ótica do paradigma do capitalismo agrário, é necessário observar a evolução do capital na agricultura e as formas encontradas pela classe trabalhadora para resistir a estas transformações.

No Brasil, à medida em que o modo de produção capitalista avança, foram sendo desenvolvidas estratégias que mantiveram a propriedade da terra extremamente concentrada, revelando um quadro que nos

mostra as alianças existentes entre os latifundiários, o Estado e a indústria. Nas palavras de Martins:

> A contradição entre a terra e o capital cria condições históricas de duas classes antagônicas: os capitalistas e os proprietários de terra. Não se deve esquecer que ambos são proprietários privados de instrumentos de produção separados dos trabalhadores e que podem movimentá-los, fazê-los produzir. O monopólio de classe sobre a terra e sobre o capital são imprescindíveis para subjugar o trabalho dos trabalhadores. Contrapostos não quer dizer que não podem estar juntos, unidos pelo interesse comum na apropriação da mais-valia produzida pelos trabalhadores. Essa é a razão que faz com que ambos possam surgir unificados numa única figura: a do proprietário de terra que também é proprietário do capital (MARTINS, 1983).

Ao mesmo tempo em que esta aliança fortalece capitalistas e proprietários de terra – ora como aliados estratégicos, ora com interesses diversos, dependendo da necessidade de reprodução do capital – a apropriação da renda da terra ocorre expropriando trabalhadores e camponeses. Para Oliveira:

> Assim, o desenvolvimento da agricultura no século XX e XXI vai ser marcado por uma realidade contraditória (...). Tem-se expandido por aqueles setores onde capitalistas e proprietários da terra unificam-se em uma mesma pessoa. No geral, entretanto, o capital tem atuado, contraditoriamente, no sentido de criar e recriar as condições para o desenvolvimento da agricultura camponesa, sujeitando, portanto, a renda da terra ao capital (OLIVEIRA, 2007, p. 32).

A INTERVENÇÃO ESTATAL NA AGRICULTURA BRASILEIRA.

A forma de manutenção e reinvenção das possibilidades de expansão do capital no campo brasileiro passou por diferentes fases que foram sendo marcadas por uma forte intervenção do Estado. Durante o capitalismo mercantil, a influência da elite agrária junto à monarquia brasileira propiciou condições para que se consolidasse a concentração da propriedade fundiária, baseada na agricultura de exportação, com destruição do meio ambiente e superexploração do trabalho, explicitada na escravidão. Era o sistema de *plantation*, que fundou as bases do desenvolvimento da agricultura brasileira, e explica muito de nossa agricultura até a atualidade.

A Lei de Terras, de 1850, reforçou a estrutura agrária concentradora, fundando-se a propriedade privada da terra, em plena fase de maior desenvolvimento do capitalismo industrial inglês, que levou à abolição da escravatura e a uma realidade de assalariamento dos trabalhadores rurais. Assim, excluiu-se a possibilidade de acesso a terra àqueles que não tinham condições de transformar a concessão de uso

em propriedade privada. Com o fim da escravidão, o modelo da *plantation* teve que ser reinventado e o Estado brasileiro sai em socorro dos proprietários de terra, atraindo milhares de migrantes europeus para assumirem o trabalho que antes era feito pelos escravos, principalmente no Sudeste e Sul do Brasil.

Os Estados produtores de café, principal produto exportado na época, passam a ter a centralidade política e econômica no Brasil, em detrimento dos coronéis da cana-de-açúcar do Nordeste brasileiro, e seus altos níveis de rentabilidade acabaram por dar origem à burguesia industrial brasileira. A produção de café chega a ser maior que o consumo, e o Estado intervém, comprando o excedente produzido. O "ciclo do café" é abalado profundamente pela crise econômica de 1929 e o foco do desenvolvimento passa a ser a indústria. É o que se chama de modelo de industrialização dependente.

Assim, ocorre a transferência do eixo de acumulação do capital do setor agropecuário para o setor industrial; todavia, a estrutura agrária mantém-se concentrada, uma vez que à agricultura seriam destinadas as tarefas de: "a) liberação de mão de obra a ser utilizada no setor industrial, sem diminuir a quantidade produzida de alimentos; b) criação de mercado para os produtos da indústria; c) expansão das exportações; e d) financiamento de parte de capitalização da economia" (DELGADO, 2004, p. 55).

O Estado mantém a teoria da modernização sem reforma após 1964, e as desigualdades são acentuadas mediante o uso de força militar para coagir os movimentos populares que se organizavam. Segue o autor: "A partir do golpe de 1964 o debate político é cortado, e lentamente o pensamento conservador vai impondo o debate exclusivo em torno das questões relativas à oferta e demanda de produtos agrícolas, seus efeitos sobre os preços, o emprego e o comércio exterior, omitindo as questões sobre a estrutura fundiária e as suas consequências para o país" (DELGADO, 2004, p. 56).

Além desta posição do Estado brasileiro, o capital industrial já desenvolvia as estratégias da Revolução Verde, modelo de agricultura para manutenção das grandes propriedades. O capital internacional é atraído, de forma a determinar as relações de produção no campo brasileiro.

> Assim, os fundamentos da Política Agrária do governo brasileiro, ao longo dos últimos anos, estão diretamente associados aos pressupostos dos grandes conglomerados transnacionais agro-químico-alimentar-financeiros, ao mercado externo ou das exportações, em detrimento de alternativas factíveis para fortalecerem o mercado interno, a fixação dos trabalhadores e suas famílias na terra, assim como a priorização da produção familiar camponesa, e uma política efetiva de reforma agrária" (THOMAZ JÚNIOR, 2010, p. 2).

Com a crise dos anos 1980, que leva ao fim a ditadura militar e à eleição de um latifundiário, a agricultura volta a assumir importante papel na geração de saldos para a balança comercial. Com o processo de desregulamentação orientado pela cartilha neoliberal, o setor agropecuário brasileiro passa por um processo de (re)concentração de terras e de renda e os proprietários de terra e capitalistas juntam-se na estratégia do chamado *agronegócio*. Delgado nos explica que:

> O jogo político que se dará no país a partir da Constituição de 1988 é regido não apenas pelo novo ordenamento constitucional, mas de maneira muito significativa pelo processo de ajustamento constrangido à ordem econômica globalizada a que o país se submete por toda a década de 1990 até hoje. Na verdade esse processo – o do ajustamento constrangido – com que o país se defronta a partir da moratória do México em 1982 ainda não terminou. Ele se caracteriza basicamente por restrições de ordem externa e interna, expressas por alto endividamento público e dependência externa. Essas restrições são geridas por meio de vários "ajustes macroeconômicos", que no essencial não têm sido capazes de equacionar esses endividamentos. Ao contrário, prolongam essa fase de estagnação da economia brasileira por mais de duas décadas (DELGADO, 2005, p. 62).

Ainda é preciso lembrar que o processo de desregulamentação da economia levou a uma crise de preços dos produtos agrícolas, gerando uma realidade de desvalorização da terra. Os grupos econômicos e do capital financeiro, aproveitaram-se desta situação e passaram a comprar terras dos produtores de matéria-prima, acentuando a concentração de terras. Um exemplo é no setor canavieiro, em que o capital financeiro assume as usinas e torna-se grande proprietário.

Mas, de qualquer forma, todas estas estratégias têm se demonstrado efêmeras, na medida em que a dependência do mercado externo, destruição do meio ambiente e a concentração de terras permaneceram gerando desigualdade e acentuando as contradições do sistema do capital. Nas palavras de Mészáros (2007, p. 77): "Onde quer que olhemos, perceberemos que aquilo que parece ser – e é sonoramente propagandeado como – uma sólida solução duradoura, mais cedo ou mais tarde desfaz-se em pó."

Aliado a este momento de novo liberalismo da economia e de diminuição da intervenção estatal, ocorre a articulação de políticas de crédito e de perdões sucessivos de dívidas em diversos setores e, diante da pressão social desempenhada pelos movimentos de luta pela terra, há avanços na conquista de territórios para a reforma agrária. Citando Thomas Júnior (2010, p. 352):

> O movimento contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos trabalhadores empenhados na luta pela terra e pela reforma agrária é a expressão concreta das formas geográficas que revelam o conteúdo das disputas políticas em torno destes assuntos.

Resistência de classe

No avanço do sistema metabólico do capital, os antagonismos de classe são acentuados, uma vez que o capital se expande e reproduz em detrimento e precarização do trabalho e do assalariamento, em contínua lógica geradora de conflitos:

> (...) o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. Ou seja, no caso brasileiro o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Mas, por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa (OLIVEIRA, p. 131).

Ou seja, ainda que esta realidade avassaladora esteja posta, existem também as resistências protagonizadas pela classe trabalhadora. Historicamente, a sobrevivência da classe camponesa tem sido responsável pela luta por territórios em que seja possível sua reprodução social. As organizações que foram sendo forjadas e transformadas na história brasileira, desde a resistência indígena e quilombola, até as Ligas Camponesas e mais recentemente os movimentos sociais ligados à Via Campesina, amadureceram os processos de luta, enfrentaram limites e desenharam novos desafios:

> Ao longo dos anos, na formação da identidade política, sujeitos e organizações alteram seus entendimentos sobre a natureza paradigmática da luta. Todavia, por ser uma questão estrutural, os conflitos pela terra têm se mantido constantes. Luta após luta, as classes subalternas tentam resistir na terra, ocupar a terra, ao mesmo tempo em que compreende o alinhamento entre o Estado e latifundiários que sempre mantiveram a estrutura fundiária concentrada (FERNANDES, 2011, p. 18).

Neste sentido, mesmo com o avanço do capital e seu caráter concentrador, as conflitualidades vão continuar sendo geradas:

> a questão agrária gera continuamente conflitualidade. Porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais. (...). A conflitualidade é o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente (...) a respeito do controle político e dos modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2008, p. 5).

Isso significa que, mesmo após a conquista da terra, a luta pela emancipação permanece, uma vez que o que determina a conquista do território são as relações de poder nele estabelecidas, determinadas, por sua vez, pelo papel desempenhado pelo capital, pelo Estado, pelos camponeses e por suas organizações.

> A territorialização do capital em uma região e suas diferentes formas de intensidade, socializa e expropria, incorpora e exclui não somente os camponeses, mas também os próprios capitalistas. E essa não é somente uma questão de 'competitividade' ou 'eficiência', mas é um processo complexo por sua amplitude que, sem dúvidas, contém, sobretudo a conflitualidade (FERNANDES, 2008, p. 19).

Este novo perfil de conflitualidade, aqui expressos pelas formas de apropriação da renda da terra, define-se pelo controle político dos territórios e pela autonomia dos agricultores assentados:

> Os conflitos, portanto, envolvem privilégios, interesses e direitos, reivindicações e luta. A instituição competente para solucionar esse conflito é o Estado. E os governos têm dado diferentes respostas para a questão da terra. (...). A ocupação de terra é uma afronta aos princípios da sociedade capitalista. Mas, ao mesmo tempo também é uma forma de desenvolvimento do capitalismo, porque as áreas ocupadas quando transformadas em assentamentos, tornam-se propriedades familiares, que produzem a renda apropriada na sua maior parte pelos capitalistas (FERNANDES, 2008, p. 46-47).

Novamente vê-se a contradição exposta no papel cumprido pelo Estado após a luta e a conquista da terra.

> Essas propriedades da contradição da questão agrária compõem a conflitualidade. Elas estão presentes nas disputas paradigmáticas entre a Questão Agrária e o Capitalismo Agrário, nos processos de espacialização e de territorialização e nos projetos de políticas públicas criados pelo Estado. Urge ao campesinato assumir de fato seu lugar na história, e ao Estado democrático o papel de garantir a participação efetiva dos camponeses na construção de projetos de desenvolvimento da agricultura camponesa (FERNANDES, 2008. p. 25).

A consolidação dos territórios camponeses e o papel das políticas públicas de comercialização: o caso dos assentamentos da Fazenda Pirituba.

O Projeto de Assentamento Pirituba II localiza-se entre os municípios de Itaberá e Itapeva, na região sudoeste do Estado de São Paulo. São seis assentamentos que contemplam 367 unidades camponesas, que foram sendo conquistadas ao longo de vinte anos de lutas[2].

A história destas conquistas é uma das histórias da luta pela terra travadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Estado de São Paulo. As famílias camponesas que conquistaram a Pirituba construíram no Movimento experiências de produção agrícola,

2 As agrovilas foram conquistadas entre 1984 e 1995.

educação, saúde, cultura, equidade de gênero e geração, ou seja, uma experiência concreta de reforma agrária. A diversificação da produção e o desenvolvimento de agroindústrias no meio rural nunca foram relevantes no âmbito das políticas públicas implantadas na região até a consolidação dos assentamentos de reforma agrária. Este processo, desencadeado em 1984, foi responsável por considerável aumento no número de famílias residentes na área rural, refreando quantitativamente o acelerado processo de êxodo rural característico do período.

Desde o início do projeto de assentamento, as famílias têm experimentado formas coletivas de trabalho. Tão logo foram assentadas, criaram associações a fim de somar esforços para obtenção de recursos para a compra de máquinas, equipamentos e outros insumos necessários à produção agrícola, tendo como principal atividade o cultivo de grãos, seguindo o modelo já adotado na região. As famílias organizaram-se em seis agrovilas, sendo os lotes de moradia todos numa mesma área e os lotes de produção em uma área separada. Cada agrovila organizou-se em Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's) e, em 1996, fundou-se a Coapri – Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva. Muitas das CPA's foram extintas, mas a Coapri permaneceu como um instrumento de organização das famílias assentadas.

Na região, costuma-se a adotar até três cultivos de grãos no mesmo ano. As lavouras de milho, trigo e feijão sucedem-se de forma a manter altos índices de produção nas áreas do assentamento e dos pequenos agricultores. Segundo dados da Coapri foram produzidos aproximadamente 2.800 toneladas de milho, 1.800 de toneladas de feijão e 1.500 toneladas de trigo, durante a safra 2010/2011.

Em que pese a alta produtividade, tais culturas caracterizam-se pelo alto nível tecnológico empregado, pelo intensivo uso de insumos e baixo índice de geração de emprego e renda no campo. Pode-se observar altos custos de produção devido à dependência de energia externa, ao uso de máquinas pesadas, fertilizantes químicos e pesticidas, ou seja, pela adoção do modelo forjado para o agronegócio exportador. A desvalorização da produção ocorre também devido à dependência dos agricultores dos insumos comercializados pelas lojas agropecuárias da região e pela "assistência técnica" ofertada por tais empresas. Estas adotam uma política de compra dos grãos produzidos para quitação das dívidas dos agricultores, diminuindo ainda mais os preços praticados no mercado local.

As formas encontradas pela Cooperativa Regional para superar tais problemas são o incentivo à diversificação da produção e a busca por alternativas de comercialização que melhorem os preços ofertados pelos grãos produzidos. Todas estas demandas das famílias assentadas

assumem caráter reivindicatório a partir das diversas lutas empreendidas pelo MST, resultando em algumas conquistas, entre elas as políticas públicas de comercialização.

Tais políticas têm mostrado um caminho de possibilidades que acabam por não submeter a produção dos agricultores assentados à lógica do mercado, imposta pelos atravessadores. As iniciativas de comercialização concretizam-se principalmente no âmbito institucional, através do acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) realizado junto à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), realizado junto à prefeituras do Estado de São Paulo.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA é uma iniciativa do Programa Fome Zero e vem sendo acessado pelas famílias do PA Pirituba II desde 2007. Este programa é uma ação interministerial, envolvendo os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social (MDS). Divide-se em duas modalidades: Doação Simultânea e Formação de Estoques.

Na modalidade Doação Simultânea os assentados têm o direito de entregar até R$ 4.800,00 por ano a entidades beneficentes, articuladas pela Coapri, que se responsabiliza também por prestar contas à Conab e fazer o pagamento aos produtores. Com o PAA a produção dos quintais dos assentamentos passou a ter valor de troca, e cada um dos frutos colhidos nos assentamentos, além de alimentar as famílias produtoras, passa a fazer parte do cardápio de trabalhadores do meio urbano que (sobre)viviam em condições de insegurança alimentar. Abriu-se, desse modo, um canal de diálogo com a sociedade em que se pôde mostrar a produção dos assentamentos. Destacam-se ainda no PAA – Doação Simultânea – a participação das mulheres dos assentamentos, que muitas vezes são as responsáveis pelo cultivo dos quintais, e a diversificação crescente que se pode notar nos lotes de produção, principalmente a partir a implantação de pomares de fruticultura, com banana, pêssego, ameixa, uva, entre outras espécies.

A conflitualidade se expressa na disputa pelo controle político do programa, uma vez que percebendo a importância política para o movimento social, o Estado, na figura do Incra, passa a disputar a organização das famílias assentadas, criando novos instrumentos jurídicos, cooperativas e associações, responsáveis por descentralizar o projeto. De qualquer maneira, o que se tem percebido é que estas estratégias de descentralização também enfrentam problemas, uma vez que essas novas entidades muitas vezes não têm mecanismos de gestão dos projetos

e de discussão mais aprofundada com os agricultores, inviabilizando-se ao longo do tempo.

No caso da modalidade Formação de Estoques, pôde-se garantir, desde 2007, preços melhores ao feijão produzido nos assentamentos. A Conab disponibiliza recursos mediante a apresentação de um projeto por parte da cooperativa; tais recursos podem vir do MDS ou do MDA e os agricultores podem entregar até R$ 8.000,00 por ano. Para os recursos oriundos do MDS, o pagamento do projeto deve ser feito necessariamente em produtos, que devem compor a cesta básica. Na safra 2010/2011, a Coapri comercializou 800 toneladas de feijão, que foram empacotados com a marca *"Raízes da Terra – Produto da Reforma Agrária"* e distribuídos em cestas básicas durante os anos de 2011 e 2012.

Nesta mesma safra, a Cooperativa Regional pagou aos produtores o valor de R$ 87,60 por sacas de 60 kg, enquanto que os atravessadores pagavam apenas R$ 40,00 por saca. Para se ter ideia da exploração, o custo de produção de uma saca de feijão chega a R$ 60,00, segundo dados do Banco do Brasil.

Já no caso dos recursos oriundos do MDA a Cooperativa pode pagar o projeto em dinheiro ou em produto, servindo então como um capital de giro que assegura a compra na safra por um preço justo e a venda na entressafra por um preço melhor.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar foi criado em 2010 e prevê que de todo o recurso repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para que as prefeituras comprem alimentos para fornecimento nas escolas, 30% deva ser gasto com compras diretas da agricultura familiar.

Desde 2011, a Coapri participa das chamadas públicas para entrega de feijão e derivados do leite, beneficiados pela Cooperativa. Neste caso, o preço normalmente é o preço de mercado. Se, no caso do Formação de Estoques, a saca de feijão é comercializada por R$ 87,60 na alimentação escolar este valor chega a R$ 210,00. Em 2012, a Coapri forneceu, para oito prefeituras, 240 mil kg de feijão.

As conflitualidade neste caso expressa-se pela negligência de algumas prefeituras em cumprir a legislação; pela presença de uma estrutura de mercado muitas vezes duvidosa que atende esta demanda das prefeituras; e pela apropriação por parte das empresas do agronegócio, que alegam estar trabalhando com agricultores familiares[3].

3 Um caso típico é o do frigorífico Aurora, que alega ter organizados mais de 60 mil agricultores familiares aptos a participar do PNAE.

Considerações finais

O desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo tem levado muitos autores a acreditar no fim do campesinato, mas a realidade do lado de fora da academia nos mostra que a luta pela terra e pela sobrevivência no campo gera conflitos constantes e que estes são o retrato de uma resistência de classe.

> A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e consequentemente, promovem a transformação de territórios (...). A agricultura camponesa estabelecida ou que se estabelece por meio de ocupações de terra e implantação de assentamentos rurais, resultantes de políticas de reforma agrária, promovem conflitos e desenvolvimento (...) uma parte fundante desse paradoxo é a obsessão da destruição do campesinato e no crescimento da organização camponesa em diferentes escalas e de diversas formas (...) (FERNANDES, 2008, p. 6).

Acreditar nesta resistência e avançar na organização dos trabalhadores é o desafio que está posto, segundo Fernandes (2008, p. 3) "ao conquistarem a terra, ao serem assentadas, elas não produzem apenas mercadorias, criam e recriam igualmente a sua existência." Reiteremos nossa concordância com o autor ao afirmar ainda que:

> A continuidade da hegemonia do agronegócio projeta o maior enfraquecimento do campesinato com o aumento do número de agricultores com renda insuficiente para sua sobrevivência. (...). O aumento do poder político do campesinato pelo fortalecimento de suas organizações e maior apoio da sociedade civil pode mudar o rumo do atual modelo de desenvolvimento do campo brasileiro, com a ampliação da participação da produção da agricultura familiar no valor bruto da produção (...) (FERNANDES, 2011, p. 38).

Se acreditamos em uma possível transformação da sociedade e que a resistência dos trabalhadores é uma saída, devemos nos voltar às possibilidades concretas de transformação. Ainda que este seja um caminho tortuoso em que as contradições se afloram, há conquistas que nos revelam os conflitos e refletem a necessidade de avançar rumo à maior consciência para emancipação da classe. E esse não será um processo rápido...

> "(...) Através do controle político, o Estado pode mudar o rumo das ações dos movimentos camponeses: fazê-lo refluir e até desmobilizá-los. Ainda assim o problema agrário continua" (FERNANDES, 2008. p. 47).

Referências bibliográficas

AMIN, Samir. *O Imperialismo e o desenvolvimento desigual*. Lisboa: Ulmeiro, 1977.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil (1950-2003). *In: INCRA. Questão Agrária no Brasil:* perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

FERNANDESs, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford. GONÇALVES, Elienai Constantino. *Questão agrária e disputas territoriais no Brasil*. Presidente Prudente, 2011. Inédito.

_____. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In: Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 173-224.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*: as lutas sociais no campo seu lugar no processo político. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1983.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLC, 2007

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, a insustentabilidade do capital e os desafios para a produção de alimentos. *In:* THOMAZ JR, A. & FRANÇA JR, L. B. (orgs.). *Geografia e trabalho no século XXI*. v. 5. Presidente Prudente: Centelha, 2010. p. 176-216

_____. *O trabalho como elemento fundante para compreensão do campo no Brasil*. v. 4. Goiânia: Candeia, 2003, p. 51-60

A resistência de classe

A RESISTÊNCIA CAMPONESA PROTAGONIZADA PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

SIMONE SILVA PEREIRA[1]

RESUMO

O presente artigo busca fazer uma breve discussão sobre o desenvolvimento capitalista no campo, em um contexto marcado pelas lutas dos movimentos sociais camponeses no Brasil. Será dada ênfase ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), à importância da articulação internacional dos camponeses e à resistência construída e protagonizada pelos próprios sujeitos na luta pelo direito de produção e reprodução da vida em todas as suas dimensões. Dimensões estas que vão se materializando na forma de enfrentamento ao sistema capitalista dominante em uma articulação internacionalizada.

Palavras-chave: Desenvolvimento, resistência, camponeses, luta internacional.

1 Integrante do MST. Mestrando do curso de pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – Unesp. Cátedra Unesp/Unesco/ENFF em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. *E-mail*: siseterra@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Vivemos no Brasil as consequências de um forte processo de colonização e de submissão da burguesia local ao imperialismo. Mesmo após vinte anos de ditadura militar e mais de cinco séculos de exploração e concentração da terra, construíram-se possibilidades históricas e sociais em uma realidade de lutas por melhores condições de vida e descentralização da terra.

Toda "ordem" estabelecida à força pelo governo militar no Brasil foi abalada pela resistência popular e, à medida que o projeto econômico vigente não atendia às necessidades da população e as condições de vida pioravam, a necessidade de democracia se tornou cada vez mais imperativa. O desenvolvimento de grandes projetos agrícolas, com a intensificação da mecanização na agricultura brasileira, caracterizou o avanço do capitalismo e, dentre as consequências para o campo, está o êxodo rural.

Segundo registros do IBGE, o Brasil passou de um percentual de 80% da população que vivia no meio rural nos anos de 1960, para 15% na atualidade. Ao longo do tempo, as relações de dominação vão sendo marcadas por lutas, que por muitas vezes são marginalizadas e extintas pelas forças contrárias à democratização da terra e à organização dos camponeses, principalmente durante os regimes da ditadura militar que perpassaram toda América Latina e contribuíram de forma contundente para a intensificação da concentração da terra e das injustiças sociais no campo e na cidade.

Embora a vida seja composta por várias dimensões humanas, como as dimensões sociais, culturais, históricas e políticas é a dimensão econômica que se sobrepõe a todas as outras dimensões. O Homem sempre acreditou que dominando a natureza, a humanidade teria sua realização plena e com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, duas perspectivas se contrapõem: o objetivo dos trabalhadores é atender às suas necessidades, produzindo sua existência; por outro lado, o objetivo do grande capital é a acumulação de riquezas.

Em nome desta acumulação o capitalismo, materializado como modelo de produção hegemônico, foi criando dicotomias entre campo e cidade e fortalecendo uma cultura urbanista que ao longo dos tempos associou o campo a um lugar de atraso e a cidade ao moderno; alienando a real dependência que um espaço tem do outro para se manter em equilíbrio socioeconômico, cultural e ambiental.

O grande mote do sistema capitalista é o desenvolvimento e a sociedade em geral assimila e assume esse discurso. Porém, não podemos perder de vista que a essência do sistema capitalista está em acumular riquezas e por isso, cada vez mais, a ideologia do desenvolvimentismo

se espalha sem analisar as reais consequências para as relações sociais de produção e reprodução da vida. Nesta concepção, o desenvolvimento difunde a ilusão de que é viável a expansão dos padrões de produção e consumo dos países.

No entanto, em um sistema de superexploração não é possível um avanço igual a todos os países, pois mesmo na ordem mundial há um lugar e um nível de desenvolvimento a que cada um pode chegar. Em uma realidade onde até o trabalho escravo é uma necessidade capitalista, também se coloca a exploração e desrespeito ao meio ambiente e aos camponeses. A apropriação da agricultura pelo capital tem profundas consequências, pois não é um fenômeno natural ou sem intencionalidades já que submete o campo à lógica capitalista.

A exploração da força de trabalho e a não garantia dos direitos vitais do ser humano têm sido um marco na história dos camponeses de toda a América Latina. Assim como a luta e resistência em defesa de suas riquezas naturais, culturais, políticas e dos conhecimentos produzidos coletivamente. Os camponeses resistem se organizando em movimentos nacionais de luta pela terra e contra a privatização das riquezas naturais e destruição da biodiversidade. Lessa nos ajuda a refletir sobre o conceito de trabalho aqui entendido:

> O trabalho como processo de produção da base material da sociedade pela transformação da natureza. É, sempre, a objetivação de uma prévia-ideação e a resposta a uma necessidade concreta. Da prévia-ideação à sua objetivação: isto é o trabalho. Vale enfatizar que, para Marx, nem toda atividade humana é trabalho, mas apenas a transformação da natureza. Veremos mais adiante por que. Ao transformar a natureza, o indivíduo também transforma a si próprio e à sociedade (LESSA, 2008, p. 7).

O MST COMO INSTRUMENTO DE LUTA E RESISTÊNCIA

A trajetória dos camponeses no Brasil tem sido marcada por diferentes lutas e pressões para que o Estado garanta os direitos básicos, pois vêm sendo negados ao longo dos tempos. Dentre os diversos direitos está a urgente necessidade de uma reforma na estrutura agrária do país. A não realização da reforma agrária se constitui em dos fatores que tem provocado o inchaço nas grandes cidades, o aumento da fome no país, o desemprego e a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. O surgimento do MST, por exemplo, foi determinado por vários fatores sociais, políticos e econômicos que vão desde a resistência popular contra o regime político da época, imposto pelo golpe militar de 1964, até a nova conjuntura estabelecida a partir de 1984 quando o Brasil passou a ter um governante civil. Cabe lembrar que este era um go-

vernante que se sustentava sob a retórica da democracia e da liberdade, embora não significasse exatamente um rompimento com as estruturas anteriores de dominação e exclusão.

Ocorreram grandes mudanças sociais no meio rural com a reorganização e surgimento de organizações sociais, como o MST. Segundo Stédile (1999, p. 15) "o principal deles foi o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970." São justamente as contradições postas na sociedade que fazem com que os trabalhadores sigam em busca de formas de superação da opressão vivenciada. Assim, o MST se constituiu em um movimento de trabalhadores rurais que enveredou por várias lutas políticas.

O que começou como luta isolada no Sul do país, definiu-se como o caráter de uma organização nacional, que a própria realidade da luta de classe lhe exigiu. Além da luta pela terra, o movimento amplia seu caráter de luta popular e organizativa dos camponeses para uma luta por transformações mais profundas e a construção de comunidades de resistência camponesa. Esta luta ganhou uma dimensão histórica, social e política impulsionada pelos ideais da esquerda mundial e pela necessidade de vida mais digna para as famílias do campo, resgatando a questão agrária, colocando-a no cenário político do país e propondo a reforma agrária como alternativa para muitos dos problemas sociais.

Toda a dimensão que o MST foi ganhando vem de seu aprendizado com as diversas experiências históricas de luta, que foram fortalecendo ideais que vão muito além da luta pela terra, avançando para a busca por reforma agrária, da resistência ao modelo capitalista no campo e a busca pelas transformações das relações sociais. Considerando a necessidade do sujeito em avançar na busca por melhores condições de vida, o MST se caracteriza como um movimento social que foi aperfeiçoando suas formas de luta e estratégias políticas levando sempre em conta as várias dimensões que constroem as condições objetivas por mudanças necessárias.

Uma dimensão importante do movimento é a luta pelas transformações das relações sociais. Fernandes (1999) define este fato como a agregação do elemento político à luta pela terra e tal elemento ao processo de formação política e ideológica implementado pelo Movimento. Ianni (1988) afirma que as lutas são concretizadas "quando *é o povo que se sente povo, força ativa no processo histórico*."

A grande contribuição do MST para com os trabalhadores é trazer três importantes elementos para essa reconstrução: o primeiro é a organização e mobilização dos trabalhadores na luta pelo seu direito e pela sua materialidade, o segundo é o elemento da participação nas tomadas de decisões, vinculando o sujeito às suas decisões e, por fim, o terceiro é a formação política, que eleva o nível de consciência se vincu-

lado com os outros dois elementos, dando materialidade e politizando toda a luta.

Assim, os territórios camponeses do MST, mesmo inseridos na lógica de dominância capitalista, também refletem a resistência camponesa que se faz necessária. É preciso compreender o momento histórico em que estes territórios estão inseridos, como foram historicamente se construindo, como surgem e se desenvolvem e o que vai sendo incorporado na sua maneira de produzir e garantir sua existência.

Território é aqui entendido como algo materializado em um conjunto de relações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e culturais, que se amplia enquanto percepção de mundo, de luta de classe, de dominância e resistência. Certamente o debate sobre as possibilidade de emancipação dos camponeses são cada vez mais evidentes, no sentido de compreender esta categoria, percebendo-a dentro de uma lógica de dominação e avanço do modo de produção capitalista, sua ideologia e sua lógica de mercado. Porém, neste mesmo contexto, apresenta-se a construção de uma racionalidade de vida camponesa, que provém não de sua natureza, mas dos movimentos históricos que vão vivendo, das relações sociais em que estão inseridos e da necessidade de melhores condições de sobrevivência.

A RESISTÊNCIA DE CLASSE

A forma de dominação hegemônica é o capitalismo. Deste modo, na sua grande maioria, as relações de produção, a produção da subsistência e o trabalho agrícola estão submetidos à lógica capitalista, de exploração da força de trabalho, por meio do assalariamento, extração do lucro e subordinação aos interesses do mercado.

No entanto, a condição histórica dos camponeses, de serem expropriados de suas terras e a exploração da sua força de trabalho os tem colocado como sujeitos de luta pela garantia dos espaços da produção da cultura e reprodução da vida. Assim, nos remetemos a Vázquez quando nos fala da práxis reflexiva, na qual, mesmo citando o proletariado, remete-se ao conjunto da classe trabalhadora:

> (...) A libertação dos proletários não é um processo espontâneo, automático, pois por maduras que estejam as condições objetivas de sua emancipação, estas por si só não levam à transformação revolucionaria da sociedade; impõe-se uma atividade revolucionária consciente; segundo é que o proletário não chega a essa prática reflexiva por si, como resultado do desenvolvimento das condições objetivas e da luta de classes, mas só depois de um processo de educação, extensão e enriquecimento da sua consciência de classe, socialista (VÁZQUEZ, 1997, p. 312).

Nesta reflexão percebemos ainda a importância dos movimentos sociais que ajudam a organizar essa práxis dos trabalhadores na perspectiva de lutar por seus direitos e sua sobrevivência. Além de considerar os possíveis movimentos que as contradições do modelo capitalista impõem, é também preciso considerar as possíveis mudanças, e uma realidade concreta é a dos movimentos sociais camponeses que aparecem como atores sociais de luta, resistência e conquista de território nas ultimas décadas. Para Quijano:

> Es solamente en los ultimos viente anos que se asiste al desarrollo de movimientos campesinos generalizados, duraderos, con tendecia a una coordinación que sobrepassa las lealtades localistas, dessarrollando normas de conciencia social más adecuadas para interpretar la naturaleza real de su situación social, canalizándose a través de formas organizativas modernas o utilizando formas tradicionales para objetivos distintos. En este sentido, los actuales movimientos campesinos son um fenómeno nuevo en la historia social latinoamericana, y es desde esta perspectiva, por lo tanto, como deben ser enfocados (QUIJANO, 2000, p. 172).

Nesta perspectiva é interessante o diálogo com Fernandes (2009), pois nos ajudar a entender essa territorialização a partir da organização dos camponeses nos movimentos sociais, local privilegiado para que a bandeira da luta pela terra e das condições de viver nesta terra, consigam ganhar maior dimensão, na luta por mudança na estrutura agrária do país e de garantia dos direitos a viver com qualidade e diversidade.

O território recoloca a questão das classes sociais. As classes sociais são formadas por pessoas que ocupam a mesma posição nas relações sociais de produção em função da propriedade dos meios de produção, de seus territórios e dos poderes de decisão. Não é suficiente estudar as classes sociais somente pelas relações sociais. A propriedade é relação social e território, possibilitando-nos estudar os territórios das classes sociais. A centralidade desta percepção está voltada para a realidade quando afirma que se faz necessário incluir as diversas dimensões da vida social para melhor compreendê-la. A dinâmica da territorialização e desterritorialização é determinada pela luta de classes, que está sempre em movimento e precisa ser percebida como algo historicamente construído e constituída por relações econômicas, políticas e culturais.

Esse movimento dialético de contradição e superação só é possível quando os sujeitos do território se colocam frente a problemas estruturais ou conjunturais, de ameaça da sua produção de existência, seja pela exploração, seja pela concentração de riqueza ou pela dominação social.

A desterritorialização é um processo decorrente do modo de produção capitalista e, na maioria das vezes, tem bases em políticas

econômicas e sociais. Embora este processo se manifeste de forma globalizada, sua materialização mais brusca se dá de forma local; consequentemente, os processos de luta e resistência reagem a partir do local, mas precisam ampliar-se para o nível global. A inserção das lutas locais em uma totalidade da luta de classe também se expressa no exemplo de Porto Gonçalves, que nos apresenta as dimensões que este processo tem ganhado e as formas de territorialização do movimento social camponês:

> Uma segunda dimensão territorial a ser destacada na prática do MST, aqui junto a Via Campesina, diz respeito a urbanização da questão agrária por meio da politização do debate técnico. Paisagens monótonas de monocultura indicam não só que outros desenhos paisagísticos estão sendo suprimidos (expulsão de população originárias, de afrodescendentes e de campesinos vários), como estão associados a desequilíbrio ecológico (vaca louca, pneumonia asiática, gripe do frango, *stress* hídrico, erosão de solos e diversidade genética) e a um regime alimentar midiaticamente induzido. E a questão básica, não da produção de alimentos, mas da reprodução que está em jogo na luta pelo controle das sementes que, no fundo, é uma luta pelo modo de produção nos sentidos material e simbólico do modo de comer que caracteriza cada cultura, cada povo. Assim o debate em torno da transgenia é, também, político e epistêmico (PORTO GONÇALVES, 2006, p. 172).

A RESISTÊNCIA DE CLASSE E A ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL.

No processo globalizante do capitalismo, surgem projetos de ampliação do capital, sendo um deles a proposta de liberação das fronteiras, trazendo em seu bojo a desestabilização das relações comerciais e maior exploração dos pequenos agricultores; associado a isso, existe o projeto de controle das sementes por grandes grupos corporativistas e que se caracteriza pelo monopólio internacional, por meio dos transgênicos. Ambos têm, de maneira muito contundente, afetado diretamente as famílias camponesas sem terra.

Podemos perceber, no entanto, alguns movimentos de uma luta que embora comece em sua singularidade local, ganha uma dimensão global pela dinâmica do emaranhado das relações e das formas de tentativa de dominação do capital sobre a biodiversidade, os alimentos, as terras, as riquezas, a genética etc. As universalidades reuniriam condições de ajudar os sujeitos a perceberem a realidade concreta, numa compreensão social e histórica, produzindo um conhecimento coletivo e mediando e dando sentido à ações articuladas. Segundo Iasi:

> O ser da classe trabalhadora não está somente no momento particular de sua expressão cotidiana, nem na abstração sociológica de um sujeito histórico, mas precisamente no movimento que leve um até o outro. Não

> está em um operário andando com suas mágoas e incertezas pela rua, nem em uma classe agindo como sujeito de um determinado tempo histórico por meio dos instrumentos criados em sua ação. O ser da classe, portanto, sua consciência, estão no movimento que leva desta trajetória particular, até conformações coletivas, de modo que estas são constituídas pela multiplicidade de ações particulares ao mesmo tempo que as ações particulares são constituídas por cada patamar coletivo objetivado (IASI, 2007, p. 75).

Essa ampliação se materializa na perspectiva de um novo internacionalismo, onde os camponeses se colocam como sujeitos de uma exploração mundial e passam a construir uma identidade com singularidades. Mas estes trabalhadores permanecem unificados em universalidades que podem levar ao fortalecimento da resistência e da luta em todos os níveis, conquistando assim territórios materiais e desafiando a novas leituras sobre a realidade e percepção menos determinista, incluindo a materialidade da resistência em uma dominância estabelecida, mas não imutável.

O MST desenvolve a luta pela reforma agrária, vinculando discussões mais amplas no contexto da luta contra a ordem societária atual, como expressada na luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), pela soberania alimentar, contra os agrotóxicos, na campanha das sementes como patrimônio dos povos e da humanidade etc. Ações como essas constituem-se em estratégias para discutir o processo de globalização e suas implicações na vida das comunidades sem terra, proporcionando uma forma de discutir o que é global, mas que atinge ou atingirá a vida das comunidades sem terra.

Neste quadro firmam-se as diversas dimensões da luta como espaço de reflexão e projeção do que objetiva o Movimento, buscando fazer com que a participação de homens e mulheres nas assembleias da comunidade, nas marchas e mobilizações em geral sejam compreendidas como momentos de aprendizagem. Assim, essa reflexão afirma que, embora o projeto hegemônico do capitalismo no campo, caracterizado como agronegócio, se contrapõe completamente ao que os camponeses e as organizações populares da America Latina se propõem, não tem conseguido prever ou barrar as várias formas de manifestação social e lutas de resistência dos camponeses em uma articulação internacionalizada.

Entender a globalização numa perspectiva contra-hegemônica também se faz necessário por toda complexidade e contradições que este processo gera. Mesmo expandindo uma exploração globalizada dos trabalhadores, esta dimensão pode ajudar a despertar para a necessidade de uma articulação mais ampla e profunda a partir de cada realidade mas, sobretudo, a partir de um contexto universal e de lutas articu-

ladas. O estudo da articulação internacional dos camponeses permite uma melhor compreensão das ações que vêm sendo realizadas por estas organizações, na perspectiva de unificar as lutas contra o processo de exploração e destruição, pela conquista da soberania dos povos.

Mas, sobretudo, traz um teor organizativo uma vez que a práxis espontânea e desarticulada não dá conta das tarefas deste tempo histórico. Vale ressaltar que os camponeses da América Latina, mesmo estando em contextos diversos, sofrem o mesmo impacto proporcionado pelo processo de hegemonização do capitalismo no campo na forma do agronegócio. As singularidades de cada organização devem ser entendidas como processos particulares, em um contexto histórico; o que se materializa é a realidade de lutas específicas de enfrentamento à hegemonia capitalista no campo.

A articulação internacional dos camponeses tem uma de suas maiores expressões na Via Campesina, movimento que tenta construir propostas alternativas de enfrentamento à dominância capitalista. Esta dominância tem sido privilegiada na sociedade latino-americana, respaldada na concentração fundiária, na monocultura para exportação e na expropriação das riquezas naturais. A articulação da Via Campesina é amparada na discussão por um modelo de desenvolvimento alternativo para o campo que possibilite o acesso à terra, a preservação do meio ambiente e da biodiversidade.

Neste contexto, a luta do MST tem formatado estratégias de luta como, por exemplo, a articulação com outras organizações de camponeses em nível nacional e internacional, além de promover ações conjuntas com indígenas, quilombolas, entidades de defesa dos direitos humanos. A intenção é que a classe trabalhadora articule a luta corporativa à luta política coletiva e de enfrentamento ao agronegócio, pois compreende que sua expansão tem acarretado impactos socioambientais gravíssimos, particularmente na vida dos sujeitos do campo.

A articulação internacional do MST e da Cloc[2] conta com 84 organizações em 18 países da América Latina e Caribe, se constituindo uma força social mobilizadora presente em espaços que oferecem propostas alternativas para a América Latina. A Cloc é aliada da Via Campesina Internacional para que, através de ações, articulações, reivindicações e mobilizações, fortaleçam-se as lutas dos camponeses contra o modo de produção capitalista e seu sistema de patriarcado, que vem destruindo o modo de vida dos camponeses e camponesas. O caderno do *V Congresso da Cloc* (2010, p. 2), realizado no Equador, afirma que:

> A CLOC se constituye formalmente en el congreso realizado en Lima, Perú, del 21 al 25 de febrero de 1994, con la participación de varias orga-

2 Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo

> nizaciones a nivel continental. El 1994 fue un año emblemático para los movimientos populares de la región, por los signos de reactivación de las luchas sociales, particularmente en el campo, contra las políticas neoliberales. Se inicia con el levantamiento indígena en Ecuador, las marchas de los cocaleros en Bolivia, las movilizaciones por la reforma agraria en Paraguay, Guatemala y Brasil, entre otras manifestaciones" (V CONGRESSO DA CLOC, 2010, p. 2).

Nos documentos do MST encontramos como objetivo do processo de formação e lutas, a assimilação de novos elementos que contribuem para elevar o nível de consciência dos sujeitos, desenvolvendo a capacidade de análise da realidade, adquirindo a consciência crítica e construindo os instrumentos necessários para fazer as transformações. Ações como essas se constituem em estratégias para discutir o processo de globalização e suas implicações na vida das comunidades sem terra, sendo esta uma forma de discutir o que é global, mas que atinge ou atingirá a vida dos camponeses desde seu nível local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A materialidade da resistência camponesa pode estar na integração latino-americana e faz-se necessário um aprofundamento teórico e prático que ajude a entender os elementos específicos do mundo do trabalho, no contexto do desenvolvimento do capitalismo. É preciso observar a perspectiva de uma articulação com toda sociedade, potencializando a participação de todos os povos originários, da juventude e das mulheres, sempre reafirmando o caráter anticapitalista, antineoliberal e anti-imperialista.

As estratégias dos movimentos do campo estão relacionadas à inserção dos sujeitos no processo de luta, de estudo na ação, sempre buscando contemplar as dimensões culturais, políticas ou sociais. Estas estratégias objetivam uma articulação política, não só entre os camponeses, mas com os diversos segmentos da sociedade, uma elevação do nível de organização da base social e, sobretudo, uma articulação internacional com a qualificação de uma prática unificada.

Mesmo que a concretização destas estratégias esteja ainda colocada no plano dos desafios, é interessante observar os ensaios que já vêm sendo elaborados e que assim têm contribuído para a construção da unidade política e ideológica na América Latina. Neste sentido, a articulação vem como um esforço coletivo, que busca estabelecer uma unidade entre as organizações do campo e suas lutas para, principalmente, apreender com o exemplo e com a experiência prática. O desafio maior das organizações camponesas é que todas as suas atividades contribuam para que haja um avanço coletivo no enfrentamento à hegemonia do capital.

Na complexidade de suas ações o MST vai se fazendo um sujeito coletivo articulador e educativo, em movimento através da conquista de territórios, das articulações políticas e das diversas lutas e teorias que vão se constituindo em sua totalidade, legitimando suas ações e mobilizações. O processo vivenciado pelos sujeitos sem terra aponta para a construção do MST como movimento eminentemente educativo, que consegue articular a luta pela terra com ideais de vida e com a busca de um fazer pedagógico; que valoriza as questões sociais e contribui para que os pessoas se percebam enquanto sujeitos críticos, com condições de transformar a realidade. Nessa perspectiva, a articulação internacional dos camponeses ganha um conteúdo estratégico e tático no objetivo maior de quem se espera a capacidade de promover debates, refletir junto com todos sobre a realidade, estimular a criticidade e fazer os enfrentamentos para transformações necessárias.

Muitos são os desafios postos. Dentre eles se faz necessário compreendermos quais as singularidades e universalidades que podem unificar estas organizações. Quais os principais desafios dos camponeses? Em que base reflexiva, prática e organizativa vem se consolidando esta articulação? Como os movimentos se articulam e se mobilizam em torno de bandeiras de lutas comuns? Todas essas questões postas como desafios são, sobretudo, imposição de um tempo histórico que é fruto das relações de dominação do capitalismo, materializado na necessidade cada vez maior de enquadrar todos os sujeitos na colonização capitalista; e o desafio de superação se coloca como uma condição para a própria sobrevivência, tendo a resistência como elemento essencial de movimento dialético e conflituoso de quem vive da terra ou depende desta terra para sua sobrevivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, B. M. (Org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina*: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GIMÉNEZ, Gilberto. Território y Cultura. *In*. Estudios *sobre las culturas contemporâneas*. Época II. vol. II, nº. 4 Colima, Deciembre 1996, p. 9-30.

IASI, Mauro Luis. *Ensaios sobre consciencia e emancipação*. São Paulo: Epxressão Popular, 2007.

LESSA, S., TONET, I. *Introdução a filosofia de Marx.* São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MALLEY, H. A., Análisis social crítico y desarrollo, *in* VELTMEYER (org.) *Herramientas para el cambio*: manual para los estudios críticos del desarrollo, Plural Editores, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. *In:* CECEÑA *Publicación los desafios de las emancipaciones em um contexto militarizado*. CECEÑA, Ana Esther. Clacso, Consejo

Latinoamericano de Ciências Sociais, Ciudade Auntonoma de Buenos Aires, Argentina. 2006. p. 151-157.

QUIJANO, Aníbal. Los movimientos campesinos contemporáneos en la America Latina *In: Revista do Observatório Social de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, n.º5. 2000.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente:* a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

VÁSQUEZ, Sánchez Adolfo. *Filosofia da Práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Questão agrária em questão

Aelton Brito Silva[1]

Resumo

Diante da necessidade de aprofundamento de estudos sobre o tema da questão agrária, pretende-se neste trabalho analisá-la no cenário brasileiro e, em especial, no Estado de Goiás. Pretende-se ainda, apontar possíveis caminhos para emancipação camponesa nas lacunas do atual modo de produção. Com tais apontamentos almejamos contribuir na compreensão da questão agrária não como resultado de uma conjuntura estática, mas um produto das relações sociais ligadas ao campo, que variam de acordo com os condicionantes históricos; ainda, contribuir na construção de caminhos que fortaleçam a criação, recriação e emancipação camponesa.

Palavras-chave: Modos de Produção, campesinato, questão agrária, modernização, Goiás.

1 Integrante do MPA. Mestrando do curso de pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – Unesp. Cátedra Unesp/Unesco/ENFF em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp. *E-mail*: aeltonbrito@yahoo.com.br

Breve introdução à questão agrária nos diferentes modos de produção

Embora diversos autores trabalhem a questão agrária como conceito-síntese que explica os problemas ligados ao meio rural, ou os conflitos pela propriedade privada da terra, ela deve ser compreendida com base em dois aspectos fundamentais: a) como as sociedades, ao longo do tempo, organizam a posse e o uso da terra; e b) como as sociedades organizam a produção de suas necessidades ao longo do tempo (alimentos, vestuários, ferramentas etc.). De acordo com Stedile (2012), tanto o item *a* quanto o *b* são determinados pelo modo de produção hegemônico. Logo, a questão agrária tende a ter seus aspectos fundantes alterados de acordo com a configuração dos modos de produção.

No modo de produção primitivo a posse e uso da terra eram comunais, não havia um detentor de terras e os demais trabalhando em seu favor. Em consequência, as necessidades de consumo também eram coletivas e a garantia de tais necessidades também. Já no escravismo, os senhores de escravos tinham a posse da terra, mas não a usavam, pois o trabalho era feito pelos escravos. "A necessidade de consumo passa a ser alterada pela divisão social do trabalho, de modo que as necessidades dos senhores e dos escravos não eram as mesmas e somente os últimos produziam ambas" (Stedile, 2012, comunicado em palestra). Já no feudalismo, de acordo com Huberman (1973), acentua-se ainda mais as transformações na posse e uso da terra em relação ao escravismo: a posse era da nobreza, por meio do controle de território, mas o uso era feito pelos camponeses. A forma de produzir as necessidades de consumo era por meio da renda trabalho e a renda produto. Então, a família camponesa não precisava produzir tão somente para garantia dos meios de vida dos senhores. Como não tinha a posse da terra, tinha que dispor de porcentagens do que produzia – renda produto – à nobreza, que poderia chegar a 50% e, ainda, entre dois e três dias por semana tinham que trabalhar de graça para a nobreza como forma de pagamento pelo uso da terra – renda trabalho.

> O camponês vivia numa choça do tipo mais miserável. Trabalhando longa e arduamente em suas faixas de terra espalhadas [...], conseguia arrancar do solo apenas o suficiente para uma vida miserável. Teria vivido melhor, não fora o fato de que, dois ou três dias por semana, tinha que trabalhar a terra do senhor, sem pagamento. Tampouco era esse o único trabalho a que estava obrigado. Quando havia pressa, como em época de colheita, tinha primeiro que segar o grão nas terras do senhor. Esses "dias de dádiva" não faziam parte do trabalho normal. Mas isso ainda não era tudo. Jamais houve dúvida quanto à terra mais importante. A propriedade do senhor tinha que ser arada primeiro, semeada primeiro

> e ceifada primeiro. Uma tempestade ameaçava fazer perder a colheita? Então, era a plantação do senhor a primeira que deveria ser salva. Chegava o tempo da colheita, quando a ceifa tinha que ser rapidamente concluída? Então, o camponês deveria deixar seus campos e segar o campo do senhor [...] O camponês desejava que seu trigo fosse moído ou suas uvas esmagadas na prensa de lagar? Poderia fazê-lo – mas tratava-se do moinho ou prensa do senhor e exigia-se pagamento para sua utilização (HUBERMAN, 1973, p. 14-15).

Houve também o modo de produção asiático, que pouco se distingue da forma de organização produtiva do feudalismo na Europa. A diferença primordial é que na Ásia havia apenas uma nobreza que controlava todas as terras e, consequentemente, toda riqueza produzida pelas famílias camponesas. Na Europa havia várias nobrezas e diversos feudos. Inclusive, uma mesma nobreza chegava a possuir dezenas de feudos. Então a forma de acumulação de riqueza era mais descentralizada. Tanto no feudalismo quanto no modo de produção asiático os camponeses produziam excedentes que, como forma de resistência, passam a serem trocados com outros camponeses por produtos que não fabricavam, ou que o faziam, mas não de forma satisfatória. Daí surge o capitalismo, como resultado da multiplicação das operações comerciais simples.

A questão agrária no capitalismo se reconfigura por pelo menos três momentos históricos, de acordo com a evolução do modo de produção: a) capitalismo mercantil; b) capitalismo industrial; e c) capitalismo financeiro:

a) capitalismo mercantil (por volta do século XIII): o controle da terra permanece com a nobreza e a Igreja. Por que com a Igreja? Na época, uma das exigências para ser bispo, na Europa, era ser da nobreza; deveria possuir o título de príncipe. Como todas as terras pertenciam à nobreza, de modo geral, a igreja passa a ter o controle das terras em que os príncipes eram bispos. Os camponeses não tinham controle da terra, apenas a cultivavam.

Na luta para se livrar da obrigação de pagar a renda trabalho e renda produto, os camponeses passam a cultivar culturas de resistência, como o milho e a batata. Como estas culturas eram plantadas de forma dissimulada, os cobradores de impostos não as percebiam. Então, aos domingos – dia de folga das obrigações com a nobreza – os camponeses se encontravam para trocar seus produtos. Esses locais de encontro acabam se tornando comércios permanentes e, consequentemente, surgem os comerciantes para cuidarem dos estoques; paralelamente, as cidades. Então os camponeses passam de uma condição de produtores de subsistência para produtores de mercadorias. Deste modo, a acumulação deixa de ser feita tão somente pela nobreza, mas também pela burguesia recém-formada, na circulação de mercadorias.

À medida que as relações comerciais vão se consolidando, os camponeses entram em guerra contra a nobreza e a Igreja a fim de eliminar de vez a renda produto e a renda trabalho. A eliminação de tais formas de renda não era de interesse apenas dos camponeses, pois a classe burguesa, recém-formada, via a possibilidade de fortalecimento do comércio – afinal, a vitória garantiria autonomia suficiente para os camponeses poderem produzir mais para o mercado. Neste mesmo período, o progresso nas cidades e o fortalecimento do comércio criam novas necessidades de consumo. Antes quase não se comprava, pois praticamente tudo era produzido pelos camponeses. Então a indústria sofre grandes alterações. Vale lembrar que o trabalho escravo permanece, mas não como modo de produção. O escravismo foi um período que também ajudou a fortalecer o comércio, pois vários comerciantes se especializaram em expedições em busca de produtos e os escravos, vindos principalmente da África, eram muito valorizados. Os camponeses continuaram sendo a base da produção de riqueza da sociedade, pois os escravos dificilmente se dedicavam a atividades agrícolas.

b) capitalismo industrial (entre o século XIX e o fim do século XX): segundo Stedile (2012), os artesãos que antes dedicavam parte do seu tempo às atividades agrícolas, agora se especializam na produção industrial. Os filhos dos camponeses passam a dedicar parte do seu tempo para aprender o ofício dos artesãos, passando a ter renda para além do trabalho agrícola. O campesinato passa a produzir matéria-prima para o trabalho dos artesãos.

> Anteriormente, [a industrialização] era realizada na casa do próprio camponês, qualquer que fosse seu gênero. A família precisava de móveis? Não se recorria ao carpinteiro para fazê-los, nem eram comprados numa loja da Rua do Comércio. Nada disso. A própria família do camponês derrubava a madeira, limpava-a, trabalhava-a até ter os móveis de que necessitava. Precisavam de roupa? Os membros da família tosquiavam, fiavam, teciam e costuravam – eles mesmos. A indústria se fazia em casa, e o propósito da produção era simplesmente o de satisfazer as necessidades domésticas. Entre os servos domésticos do senhor havia os que se ocupavam apenas dessa tarefa, enquanto os outros trabalhavam no campo (HUBERMAN, 1973, p. 62).

Com o fortalecimento industrial, aumenta a demanda por força de trabalho, suprida majoritariamente pelos filhos dos camponeses. Neste momento histórico o campesinato vê no assalariamento a possibilidade de substituição da renda produto e da renda trabalho. Mas isso não se deu de forma natural, senão com intensos conflitos. Inclusive, o assalariamento foi uma solução bastante viável em detrimento do trabalho escravo, pois o assalariado recebia apenas pelo trabalho executado, já o escravo tinha necessidades – de alimentação, por exem-

plo – cotidianas. De acordo com Stedile (2012), o trabalho assalariado passa a desempenhar papel fundamental no processo de acumulação de riqueza, pois além da taxa de lucro sobre as operações comerciais que variavam entre 76% e 700%, ainda gerava a mais-valia pela produção de produtos para além do necessário para manutenção de quem o produziu. Consequentemente, há um aumento de excedentes que são colocados no mercado.

c) capitalismo financeiro (fim do século XX em diante): assim como o capitalismo comercial não deixou de existir para que fosse sucedido pela fase industrial, a existência do capitalismo financeiro não eliminou suas fases anteriores – elas coexistem. Nesta fase, o capitalismo não tem o seu centro de acumulação tão somente nas atividades produtivas, mas nas operações financeiras, nas quais a extração da mais-valia se dá por meio dos juros. O capital é internacionalizado por meio das empresas e a propriedade privada da terra, como um mero acordo judicial, não determina que o proprietário necessite ter sua posse nem seu uso para ser dono. Inclusive, muitas empresas multinacionais investem dinheiro na compra de terras em determinado país, mas não a usam de forma alguma, servindo apenas para fins de especulação. O capitalismo financeiro impõe uma nova configuração do mercado e da indústria: o mercado passa a ser mundial, por meio das bolsas de valores, de modo que um produto tem o mesmo preço em qualquer parte do mundo; a indústria passa a produzir padronizadamente, como se as necessidades fossem globais, e não mais de acordo com os saberes e costumes construídos localmente pelos grupos sociais. Em princípio, o capitalismo não é capaz de sanar as demandas locais com ofertas igualmente locais, pois esta paridade só seria possível em um modo de produção superior, o socialismo. Mas a definição do socialismo como modo de produção não é hegemônico. As experiências vivenciadas na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), China e Cuba, segundo Stedile (2012), são compreendidas por algumas correntes teóricas – como a trotskista – como um capitalismo de Estado e não socialismo. Para outras, o socialismo vivenciado nestes países não é um modo de produção em si, mas uma transição ao comunismo. Na proposta de socialismo dos referidos países, a produção de excedente não é eliminada, mas sua apropriação é feita de modo coletivo, por meio do estado socialista. Nestes casos, não se deve compreender a produção de excedente como o resultado de um processo de exploração. A produção de excedente só caracteriza um processo de exploração quando sua apropriação é feita por quem não a produz. Diferentemente do capitalismo, no socialismo a apropriação dos meios de produção e da riqueza produzida deixam de ser privilégio individual, passando a ser controlada por meio da intervenção do Estado, bem como as necessidades são construídas e sanadas localmente.

Questão agrária brasileira

Embora sob muitas divergências, segundo Stedile (2012) as bases produtivas impostas por Portugal ao Brasil, desde o princípio, estiveram calcadas em relações comerciais capitalistas. Logo, o Brasil já se inicia capitalista. Desta forma "O primeiro modelo de uso e posse da terra (...) foi o corte seletivo de pau-brasil, realizado pelos Tupinambás, em resposta à demanda do mercado externo" (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2011, p. 4).

Conforme demonstrado, o mercado passa de uma forma simples, como aquele praticado nos primórdios do capitalismo comercial, para uma fase mais complexa pelo fato de ser todo voltado para exportação. Ainda segundo estes autores, até por volta de 1530 o Brasil permanece com a extração de madeira como base econômica. Mas há um processo de dinamização nas formas detenção do uso da terra, principalmente no que se refere à produção: "De 1530 até o século XVIII, a monarquia portuguesa buscou garantir seu domínio sobre o Novo Mundo através do desenvolvimento de novos sistemas de uso e posse de terras, impedindo, com isso, a grilagem fundiária pelas coroas francesa, holandesa e espanhola" (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2011, p. 4).

A principal forma de ocupação das terras recém-invadidas foi a implantação de Capitanias ao longo de todo litoral brasileiro. A administração de tais Capitanias era feita em confiança para pessoas pertencentes à classe nobre portuguesa, em geral, militares e burocratas. Como, desde 1375, Portugal dispunha da Lei de Sesmarias, criada a fim de combater as crises agrícola e econômica que atingia o país, tentou-se implantar este mesmo modelo no Brasil. O que acabou não dando certo, porque faltou fiscalização da produção e capacidade da Coroa revogar as concessões quando os donos não cumpriam com o acordo de garantir o uso produtivo da terra. Embora tenha havido um intento em promover a utilização social da terra por meio das sesmarias, seu fracasso acabou resultando na criação de latifúndios, na maioria improdutivos. Característica esta que permanece até os dias atuais.

Neste contexto, a recriação dos camponeses vindos da metrópole se dá, em um primeiro momento, sob a tutela de posseiros que haviam recebido concessão de uso e posse de grandes extensões de terras em forma de sesmarias. Assim, o campesinato brasileiro começa a garantir sua reprodução social de forma autônoma a partir do século XIX, com a decadência do ouro e a crise do modelo agrícola implantado nos latifúndios monocultores, principalmente, de cana-de-açúcar.

QUESTÃO AGRÁRIA GOIANA

De acordo com Palacín e Moraes (1989) a ocupação exploratória de Goiás não ocorre num primeiro momento para fins agrícolas, afinal as regiões com potencial aurífero tinham que se especializar em tal atividade. Mas graças às famílias camponesas que adentram as matas, em busca da garantia de sua sobrevivência, grande parte dos bens de consumo, de ordem primária, destinados tanto para os centros urbanos, quanto para as lavras de ouro, eram produzidos localmente. Ou autores salientam ainda que dentre os principais produtos trazidos de fora, eram sal e ferramentas.

Mas o auge do período aurífero durou apenas meio século. Foi quando praticamente todas as vilas, que surgiram em função do ouro, entraram em declínio populacional, e a vida econômica de Goiás acaba se tornando um completo marasmo. Durante todo o século XIX, de acordo com Pessoa (1997), Goiás esteve voltado para economia de subsistência. Foi quando o campesinato passou a ter papel fundamental para a economia goiana, pois a manutenção dos centros urbanos passou a ser tarefa quase que exclusiva do campesinato, já que os latifúndios acabaram se especializando na criação de gado. E, também, porque há um processo de camponeização, com o fim da escravatura, sob a tutela de grandes posseiros. Isso, hipoteticamente falando, ocorria porque os então donos das lavras demarcavam determinada área, se diziam donos, expulsavam os camponeses ali instalados e mantinham os negros a seu serviço, alguns ainda na condição de escravos e outros como servos. Vale lembrar que tal processo não se dá de forma hegemônica, pois o acesso à terra por parte dos escravos não se deu de forma automática e nem um pouco facilitada, mas é de suma importância na constituição do campesinato goiano. Afinal, quem antes se dedicava exclusivamente à extração de ouro, agora passa a dedicar-se à agricultura.

No período de transição da centralidade aurífera para uma economia de base agrícola, e camponesa, diga-se de passagem, há um intenso esvaziamento populacional nos centros urbanos. De modo que aquelas famílias que não foram se dedicar à agricultura, acabaram migrando para outros Estados em busca de melhores condições de vida.

Segundo Palacín, Garcia e Amado (1995), somente a partir de 1930 o Estado de Goiás volta a ter aumento populacional. Isso devido, principalmente, ao crescimento vegetativo oriundo da reprodução humana natural e pela construção da Estrada de Ferro Goiás que facilitou a escoação da produção. De forma que Goiás torna-se novamente atraente para migrantes, só que não mais para extração de ouro para alimentar o sonho de riqueza fácil, mas para o trabalho na crescente agropecuária goiana.

A "modernização" da agricultura do ponto de vista tecnológico, promovida mais intensamente em Goiás a partir de 1970 pela ditadura militar – em incentivo ao pacote tecnológico, que ficou conhecido como Revolução Verde, gerou grandes transformações nos cenários produtivo e econômico, principalmente das pequenas unidades de produção. O campesinato que garantia o dinamismo da economia goiana, por meio da produção de alimentos, começava a ser induzido pelos programas de assistência técnica, a se especializar na produção de poucos produtos. A partir de então, de acordo com Silva (2009), a pecuária, que já vinha sendo praticada pelos latifundiários desde o início da decadência do ouro, passa a ser, especificamente a produção leiteira, a principal fonte de renda fixa mensal das famílias camponesas. Atualmente, segundo Silva (2009; 2011), embora a produção leiteira seja a principal fonte de renda fixa mensal das famílias camponesas, ela não pode ser considerada especializada. Até porque, há grande diversidade de produtos na unidade camponesa de produção, voltados principalmente para o consumo familiar e para fornecimento ao mercado local, como complementação da renda obtida com a venda do leite.

Já a grande propriedade, ainda de acordo com o mesmo autor, em sua maioria continua especializada na produção extensiva de gado de corte, denotando um grande atraso do ponto de vista do imenso potencial produtivo, condicionado a grandes investimentos e grandes extensões de terras. É necessário salientar que a perspectiva da modernização agrícola não se deu de forma homogênea, porque não atingiu o campesinato e também não alterou o cenário produtivo da grande maioria dos latifúndios.

Desta forma, a unidade de produção camponesa não é atrasada, do ponto de vista tecnológico. O que ocorre é que o modelo de agricultura imposto não condiz com a realidade agrícola e em vez de se pensar em transferência tecnológica – postura prevalecente até os dias atuais – deve-se consolidar programas tecnológicos apropriados ao modelo produtivo e à realidade local.

O atual modelo agrícola hegemônico, conhecido como agronegócio – fruto da aliança entre grandes proprietários de terras, empresas multinacionais que atuam, principalmente, no campo genético, químico e mecânico, e o capital financeiro, representado pelos bancos – vem sendo tratado como totalidade e como conceito-síntese que aglutina todas as relações produtivas no campo. Conforme a Tabela 1, não é concebível uma perspectiva da homogeneização agrícola, de acordo com os padrões do agronegócio pois, analisando, são dois modelos em disputa que configuram a questão agrária atualmente, tanto em Goiás, quanto no Brasil: o modelo camponês e o modelo do agronegócio.

O modelo camponês possui maior eficiência produtiva, pois com poucos recursos e pequenas extensões de terra, produz quase todo alimento consumido pela população brasileira, além de gerar quase três vezes mais empregos que o agronegócio, possuindo pouca intervenção predatória na biodiversidade natural.

Já o agronegócio possui todo um aparato tecnológico, grande apoio financeiro e legislativo/governamental, dispõe das maiores e melhores terras, mas produz menos da metade da alimentação brasileira. Sua intervenção ao meio ambiente é extremamente predatória, com intenso desmatamento e uso de vultosas quantidades de venenos, provocando a contaminação de pessoas e animais, lençóis freáticos e nascentes de córregos e rios.

TABELA 1: distinções entre aspectos produtivos do campesinato e do agronegócio

Agricultura camponesa	Agronegócio
Mercado interno	Exportação
Produção diversificada	Monocultivos
Trabalho familiar	Exploração da força de trabalho alheia
Terra distribuída	Latifúndio
Vida em comunidade	Isolamento, vazio populacional
Sementes próprias	Sementes patenteadas, transgênicas
Preservação da biodiversidade	Destruição ambiental
Alimentos saudáveis	Contaminação alimentar
Soberania alimentar	Produção de *commodities* e controle do mercado agroalimentar
Povo brasileiro	Multinacionais

Organizado por Silva (2011; 2009) com base em Fernandes, Gonçalves e Welch (2011); Marques (2008); MPA (2007; 2011);

A questão agrária necessária para criação, recriação e emancipação do campesinato

No fim de 2003, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) toma a iniciativa de fazer o resgate histórico do conceito de campesinato no Brasil, a fim de contribuir na construção de um projeto popular para o campo brasileiro. Tal esforço contou com o envolvimento de diversos pesquisadores e pesquisadoras da América Latina. O que resultou na publicação do livro organizado por Horácio Martins de Carvalho, intitulado *O campesinato no século XXI*: *possibilidades e condicionantes para o seu desenvolvimento no Brasil,* publicado em 2005, pela

Editora Vozes. Posteriormente, em 2009, publicou dez livros que conformam a Coleção História Social do Campesinato no Brasil.

Com base em tais estudos, o MPA vem consolidando uma proposta para melhoria de condições de vida no campo, chamada de Plano Camponês. O Plano Camponês encontra-se em fase de elaboração e aplicação em diferentes Estados brasileiros e tem-se, assim, uma via de mão dupla: à medida que o acúmulo teórico avança, as experiências práticas também avançam, e à medida que as experiências vão se consolidando, a teoria vai se materializando.

Tal amadurecimento teórico/político e prático permitiu a publicação da síntese do Plano Camponês em 2007 e sua atualização em 2012, na qual aparecem diversas experiências em vias de consolidação. Cabe, ainda que de forma sucinta, a apresentação analítica e propositiva dos eixos centrais sistematizados no Plano Camponês, quais sejam: Sistema Camponês de Produção; Educação e Formação; Moradia Camponesa; Esporte e Lazer; Cultura; Identidade; Soberania.

Sistema Camponês de Produção: cada atividade produtiva desenvolvida na unidade de produção deve ser considerada como um subsistema que conforma o agroecossistema familiar. Estes subsistemas são as criações de animais de pequeno e grande porte, os cultivos em geral e a produção não agrícola. Quando o conjunto de relações de produção estabelecido extrapola o agroecossistema familiar (acesso ao mercado, por exemplo), deve ser compreendido como um Sistema Camponês de Produção. Neste sentido, é necessário pensar ações que garantam o dinamismo entre os vários subsistemas dentro do agroecossistema familiar e sua interação com o meio externo (mercado), intercâmbios de experiências, troca de material genético (sementes, mudas e animais), acesso a crédito, implantação de agroindústrias coletivas – de acordo com a realidade local – etc. Todas estas ações devem estar voltadas para produção saudável, sobre bases agroecológicas, para a alimentação familiar e geração de renda no abastecimento do mercado local;

Educação e Formação: devem ser criadas, ou reativadas, escolas nas comunidades que contribuam na educação de crianças, jovens e adultos, com conteúdos construídos a partir da realidade local. As crianças devem compreender desde cedo as relações de exploração existentes e a importância da sua permanência consciente no campo. Devem ser criados espaços de formação em comunidade, tais como audiências, reuniões, intercâmbios de experiências, tendo sempre o processo produtivo como eixo central;

Moradia Camponesa: deve ser pensada para além da construção de uma casa. Para além do conforto, a moradia deve ser o espaço que garanta a unidade da família camponesa, adaptada de acordo com suas necessidades. A estrutura da casa deve ter interação com o meio

natural, com quintal produtivo que permita a criação de pequenos animais, produção de hortaliças, prevendo ainda espaço para o lazer;

Esporte e Lazer: a construção de espaços coletivos para prática de atividades físicas e de lazer é de suma importância para permanência da juventude no campo. A migração de jovens para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida não se restringe ao fator econômico, mas também à procura de lazer, nem sempre encontrado no campo. Devem ser, assim, promovidos torneios de jogos em geral, festas, bailes, encontros etc.;

Cultura: é um dos principais aspectos a serem considerados para a implantação de ações que interfiram de forma positiva na realidade das famílias camponesas. É claro que não cabe apenas a preservação cultural, mas sua emancipação; afinal, existem aspectos na cultura camponesa que não devem ser preservados ou reproduzidos e sim transformados. Contudo, devem ser promovidos mutirões, troca de dias, ambientes com apresentações de músicas típicas, saúde popular, partilha, reciprocidade, exercício da religiosidade, garantia da unidade familiar, terra e trabalho;

Identidade: enquanto identidade social, o campesinato se caracteriza como classe camponesa. Enquanto identidade política isso pode variar de acordo com sua necessidade histórica. Inclusive, o agronegócio vem impondo o conceito de agricultura familiar como síntese a toda pequena produção onde a gestão e o trabalho são desenvolvidos de forma familiar; nega, assim, as especificidades camponesas que procuram trabalhar a ideia de agricultura como totalidade, na qual os pequenos, médios e grandes produtores possuem as mesmas características. As famílias camponesas que se autoidentificam como agricultoras familiares acabam, por diversos momentos, aderindo a identidades políticas do agronegócio. Então, é necessário reforçar a identidade camponesa que, de acordo com a conjuntura e a necessidade de sobrevivência, identifica-se politicamente como sem terra, acampado, lavrador, caipira, caiçara, sertanejo, peão etc.;

Soberania: em tempos em que o capitalismo não estava tão desenvolvido como agora, o campesinato conseguia manter-se com sua própria produção, com quase nenhuma dependência do mercado. Mas o capitalismo vem impondo ao campesinato uma quase total dependência do mercado industrial. Inclusive, para ter acesso à sua própria produção o modelo econômico exige a industrialização. De forma que as famílias camponesas vendem seus produtos *in natura* a preços baixos e compram estes mesmos produtos transformados, com valores bem superiores. Desta forma, é necessário garantir a *soberania alimentar*, com produção de comida saudável, com o máximo de equilíbrio ambiental possível; garantia da *soberania energética*, a partir das necessidades da

família, para além do campo produtivo, por meio da biomassa, vento e sol; recuperar a *soberania genética* por meio de trabalho com sementes, mudas e animais, buscando técnicas de recuperação, armazenagem e melhoramento de genes; recuperar e manter nascentes e mananciais para garantia da *soberania hídrica*, potencializando técnicas de coleta e armazenamento de água, além de desenvolver sistemas de irrigação adaptados às necessidades da produção camponesa; viabilizar o acesso a terra às famílias que não possuem e/ou às que tem, mas que são muito pequenas para a necessidade de reprodução da família, garantindo assim a *soberania territorial*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se afirmar que a questão agrária não é um problema a ser resolvido em determinado modo de produção. Ela perpassa os modos de produção, inclusive, estando presente em todos eles. Mas é necessário que se faça um esforço de compreensão de suas diferentes características, em diferentes contextos, pois não é possível que se façam transplantes de análises. A questão agrária deve ser considerada como um instrumento de análise das diferentes formas de organização da posse e uso da terra e das formas de produção das necessidades de consumo da sociedade, e não como designação ou nem produto dos conflitos pela distribuição da renda e da terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Anpocs/Edunicamp/Hucitec, Estudos Rurais 12, 1992. 275 p.

CARVALHO, Horácio Martins de (org.). *O campesinato no século XXI:* possibilidades e condicionantes para o seu desenvolvimento no Brasil. Editora Vozes, 2005.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A. GONÇALVES, E. C. *Questão agrária e disputas territoriais no Brasil.* Presidente Prudente, 2011, mimeo. 43 p.

HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem.* Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 16ª edição.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. *Revista NERA.* Presidente Prudente. Ano 11, nº 12, p. 57-67 – Janeiro/Junho de 2008.

MPA BRASIL. *Plano Camponês*: construindo o novo caminho da roça. Brasília, 2007.

_____. *Plano Camponês*: da agricultura camponesa para a sociedade. Brasília, 2012.

PALACÍN, L.; GARCIA, L. F.; AMADO, J. *História de Goiás em documentos*: I. Colônia. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

PALACÍN, L; MORAES, M. A. S. *História de Goiás* (1722 – 1972). Goiânia: Ed. da UCG, 1989. 5ª edição.

PESSOA, J. de M. *A revanche camponesa*: cotidiano e história em assentamentos de Goiás. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Ciências Sociais (Tese de Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas [s.n.], 1997.

SILVA, A. B. *Levantamento de aspectos históricos da produção leiteira no processo de ocupação do cerrado goiano, e a importância dessa atividade produtiva na reprodução do campesinato nas comunidades Retiro e Retiro Velho/GO e Lapa/PR*. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola Latino Americana de Agroecologia em parceria com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná – ET-UFPR. 2009. 40 p.

_____. *As transformações ocorridas nos territórios camponeses no centro-oeste e norte do estado de Goiás desde 1960:* declínio do saber camponês no processo de "modernização" no campo. Projeto de Pesquisa elaborado para pleitear uma bolsa Fapesp de Mestrado. Presidente Prudente, 2011.

_____. *Produção da diversidade camponesa***.** Presidente Prudente, 2011, mimeo. 8 p.

STEDILE, J. P. *Teoria do desenvolvimento da agricultura no capitalismo*. Disciplina oferecida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente, entre os dias 8 e 11 de maio de 2012.

Plano camponês: um projeto em construção

Maria José da Costa[1]

Resumo

Em 2003, o campesinato brasileiro se encontrava sob o efeito das políticas neoliberais que levaram a uma enorme desestruturação do campo brasileiro. Essas políticas introduzidas na década de noventa e que teve seu auge no governo de Fernando Henrique Cardoso abriu caminho para o que hoje conhecemos como agronegócio. Segundo a Via Campesina, é a forma hegemônica que as corporações capitalistas adotaram para a produção de *commodities*, também chamado de complexo agroindustrial. Nesse mesmo período, o Brasil protagonizava a vitória de Lula como Presidente da República. É nesse cenário que o Movimento dos Pequenos Agricultores e a Via Campesina inicia, no final de 2003, a discussão da necessidade de construção de um projeto popular de desenvolvimento para o campo brasileiro.

Palavras-chave: Plano Camponês, desenvolvimento, território.

---

1 Integrante do MPA. Mestrando do curso de pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – Unesp. Cátedra Unesp/Unesco/ENFF em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. *E-mail*: mariakaze@gmail.com

Introdução

Um dos grandes dilemas na formação histórica do Brasil rural é a presença, participação ou a posição do campesinato nos projetos de desenvolvimento concebidos no Brasil até os dias atuais; e é onde as políticas públicas tendem a desestruturar o campesinato como modo de vida.

É preciso, antes de tudo, situar o desenvolvimento e o campesinato no Plano Camponês. Este plano deve partir do princípio de que há uma questão agrária no Brasil – paradigma da questão agrária, segundo Girardi:

> Este paradigma enfatiza o conjunto de problemas inerentes à questão agrária e tem como eixo central de discussão a renda da terra, o processo de diferenciação e de recriação do campesinato e as consequências do desenvolvimento do capitalismo no campo. Neste contexto, tomamos o conflito como indissociável do desenvolvimento e, a partir desta abordagem, enfatizamos oposição entre o campesinato e o latifúndio e agronegócio, os quais consideramos serem os dois territórios da questão agrária no Brasil (GIRARDI, 2010, p. 1).

Portanto, existe um problema estrutural no campo brasileiro gerado a partir do avanço do capitalismo na agricultura, que impede o desenvolvimento do campesinato, desterritorializando e desestruturando-o. O capitalismo hoje não apresenta saídas para o desenvolvimento da agricultura e do campesinato no mundo, pois desde a revolução industrial o que a humanidade tem assistido é uma destruição de elementos indispensáveis à continuidade da vida no planeta.

Por isso, o que este ensaio está chamando de desenvolvimento não é a concepção quantitativa e linear, mas uma concepção dialética na qual sejam analisadas as contradições políticas estruturais e de classe que impedem o real desenvolvimento dos territórios camponeses no Brasil (Martins, 1994).

Segundo Carvalho (2010), o capitalismo no campo, através de suas empresas e do agronegócio, tem contribuído na geração de crises sociais, econômicas e políticas sem precedentes na história e tem mostrado que é incapaz de suprir as necessidades da humanidade no que diz respeito à oferta de alimentos saudáveis. A reprodução dos interesses capitalistas dessas empresas é antagônica à reprodução da vida do ponto de vista da etnoagrobiodiversidade. Portanto, é inerente ao capitalismo a exploração humana e a degradação da natureza, pois só assim ele consegue obter o máximo de lucro.

A humanidade vive imersa em inúmeras crises: crise alimentar, crise energética, crise ambiental, crise hídrica, crise genética, crise de valores, e todas essas crises engendram a crise estrutural do capitalis-

mo. Segundo Stedile e Carvalho (2011), um bom exemplo é a crise de alimentos, onde cerca de 1 bilhão de pessoas passam fome no mundo. No Brasil, 40% da população vive em condição de insegurança alimentar, ao passo que 1,5 bilhões de pessoas no mundo sofrem de obesidade. Em 2008, tivemos uma crise mundial de alimentos: os preços subiram muito, gerando revoltas em mais de 30 países. No ano de 2012 os preços do milho e do trigo já superam os preços de 2008; portanto, está instalada uma nova crise dos alimentos.

Em 2011, 40 milhões de pessoas ingressaram na fileira dos famintos. Outra face da crise alimentar é a epidemia de doenças, como a da vaca louca, gripe suína, gripe aviária, câncer etc. No Brasil, são registrados 1 milhão de novos casos de câncer por ano, sendo que 600 mil não têm cura e uma das causas é o alto grau de envenenamento dos alimentos. É curioso observar que a população mundial aumentou 26%, ao passo que a produção de alimentos aumentou 45%. Por que cresceu o número de famintos? Citamos Stedile e Carvalho (2011): "De fato, a ocorrência da fome que atinge a milhões de pessoas – que em 2009 alcançou a um bilhão de seres humanos e em 2010 recuou para 925 milhões, tem suas causas no controle da produção e na distribuição da produção e da renda entre as pessoas."

Muito embora o capitalismo – por meio de suas próprias agências, como o Banco Mundial – tenha investido no discurso de acabar com a pobreza, reconhece-se, segundo Pereira (2006), que é inevitável o empobrecimento de vários segmentos sociais com a aplicação das políticas de ajustes estruturais de caráter neoliberal, sendo necessário dar continuidade aos ajustes para ir aliviando a pobreza. Assim como Stedile e Carvalho, Mazoyer, também atribui que:

> A enorme distorção existente no sistema agrícola e alimentar mundial está na base das desigualdades de renda e de desenvolvimento entre os países. Este quadro agrícola, por sua vez, é uma herança histórica, e é uma ilusão pensar que somente o excedente produtivo poderá resolver o problema de falta de alimentos para grande parte da população mundial. A grande maioria destes pobres, mal nutridos, subalimentados e que acabam também morrendo, são pobres que vivem no meio rural e contraditoriamente poderiam produzir seus próprios alimentos. Desde que iniciaram as campanhas de combate à fome, o número de famintos só tem aumentado e o único fator de redução neste número de famintos é a alta da mortalidade por fome. Isto é uma tragédia (MAZOYER, 2010, p. 2).

O momento histórico coloca para o campesinato o desafio de pautar na sociedade a superação do capitalismo, pois tem provado que como modelo de desenvolvimento no campo, é incapaz de alimentar o mundo, de respeitar a natureza, de distribuir riqueza, de garantir a vida no planeta. Segundo Mazoyer e Roudart (1998), o campesinato

traz inúmeros benefícios à humanidade, ou seja, seu modo de viver e de produzir e de se relacionar com o seu meio:

> As regiões do mundo densamente povoadas, onde o campesinato desenvolve hoje formas de agricultura complexas, duradouras, com alto rendimento territorial e pouco custosas em recursos não renováveis, são, sem dúvida, os laboratórios onde se elaboram as formas de agricultura mais preciosas para o futuro da humanidade. Só o estudo ecológico e econômico aprofundado, e a compreensão precisa desses sistemas agrários, que são o fruto da experiência multissecular e sempre renovada do campesinato, podem permitir aos investigadores identificar e propor melhorias apropriadas, e transferir, adaptando-as, algumas aquisições de uma agricultura em proveito de uma outra (MAZOYER e ROUDART, 1998, p. 485).

Assim como Mazoyer e Roudart (1998), Marx também reconhece no campesinato elementos de regeneração social, ou seja, na disputa entre camponeses e capitalistas, o campesinato será sempre mais vantajoso para a sociedade. Associando essa vantagem a um projeto de futuro e não como um atraso:

> Então ela [comuna russa] o encontra [o capitalismo] numa crise que só terminará com a sua eliminação, [e] com o retorno das sociedades modernas, ao tipo arcaico de propriedade comum, forma em que, o novo sistema para o qual tende a sociedade moderna, será um renascimento em uma forma superior de um tipo social arcaico, portanto não há porque ter medo da palavra arcaico (FERNANDES, 1982, p. 177).

Portanto, pensar o desenvolvimento no campo a partir do campesinato, é pensar na superação do capitalismo, pois segundo Carvalho (2010), o processo de desenvolvimento a partir do capitalismo oferece ao campesinato duas opções: o desaparecimento pela subalternidade ao processo de integração, ou o assalariamento. Para dar conta dessa elaboração será fundamental abordar questões relacionadas à concepção de campesinato e de classe.

Segundo Carvalho (2005, p. 21) é preciso:

> (...) ressaltar, no entanto, que as leituras históricas da natureza e caráter do campesinato no Brasil foram marcadas, em graus de intensidades distintos, pelo 'determinismo econômico', seja no âmbito da explicação teórica e da pesquisa acadêmica, seja no âmbito da ideologia dominante (concepção de mundo).

Isso pode ser demonstrado em uma das imagens apresentadas e divulgadas no Brasil em 1914, como representação do campesinato, que é o Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, que associa o camponês ao atraso social e econômico, como menciona Zarth, (2009):

> Este funesto parasita da terra é o *caboclo*, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável a civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando

> com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silencio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau... (LOBATO, 1950, p. 235, *apud* ZARTH, 2009).

Monteiro Lobato, através de seu Jeca Tatu, popularizou essa imagem distorcida do camponês, em uma época de incentivo a imigração de europeus para o trabalho na agricultura e apenas 24 anos após a promulgação da Lei Áurea. Segundo Zarth (2009), o caboclo era o camponês indesejado que, desde 1884, podia-se encontrar circulando nos jornais em matérias que construíam essa imagem negativa do camponês. Pode-se afirmar que havia uma intencionalidade em negar o direito de acesso à terra, colocando o camponês como empecilho ao progresso e, portanto, como atrasado.

Quase cem anos depois, esse processo de disputa de projetos de desenvolvimento ainda perdura no Brasil, onde de um lado está o agronegócio e do outro a agricultura camponesa. É a partir das políticas públicas que o Estado brasileiro tem destruído o que pode ser mais caro ao campesinato, seu modo de vida, sua estratégia de reprodução como centralidade, sua autonomia. Uma dessas políticas é o que se conhece hoje como Pronaf, cujas exigências de acesso compreendem a obtenção de pacotes tecnológicos de domínio do agronegócio, colocando o camponês em um grau de dependência e submissão incalculáveis, impondo-lhe uma lógica semelhante ao do empresário capitalista. Segundo Iani (2009), em seu texto *A utopia camponesa*, nome sugestivo para um projeto de presente e de futuro, mostra que o campesinato além de lutar pela terra, "(...) representa um modo de vida, um modo de organizar a vida, uma cultura, uma visão da realidade (...) que aponta e reaponta uma outra forma de organizar a vida (...)"(CARVALHO, 2005, p. 162).

Disputas por modelos de desenvolvimento

Segundo Carvalho (2010), há uma tendência da expansão e da produção ampliada do capital na formação econômica e social do Brasil, como processo histórico, gerando uma homogeneização da racionalidade capitalista; contudo, aponta que isso não é condição linear para se afirmar que não se possa mudar tal realidade, a partir de condições objetivas. A construção dessa mudança está em curso há muito tempo, gerando conflitualidades e disputas, como afirma Fernandes (2004), entre o território camponês, mesmo que este esteja sob o monopólio do capital e o território do capital, que formam espaços distintos, uma vez que seus projetos e concepções de desenvolvimento são diferentes. Enquanto o campesinato necessita da água, da terra e da floresta para se reproduzir e territorializar, o capital, ou como conhecemos hoje, "o agronegócio", vê nesses elementos uma forma rápida de obter mais lu-

cro, ou seja, uma mercadoria. Portanto, existe conflitualidade entre esses distintos territórios que geram distintas concepções de desenvolvimento.

O desenvolvimento na concepção camponesa pressupõe outra ordem, que Carvalho (2012), denomina de "modernização camponesa" e que deve levar o campesinato à superação da subalternidade ao capital e a construção de sua autonomia relativa perante o mesmo.

CAMPESINATO, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas de caráter macroeconômico do governo federal, implantadas desde o início da década de 1990 com o objetivo de realizar ajustes estruturais na sociedade brasileira e de reduzir as ações do Estado, impediram a realização econômica e social da agricultura de base familiar, seja pela falta de uma política de destinação orçamentária na área de fomento ou crédito, seja pela falta de implementação da reforma agrária, de acessibilidade à educação formal etc. Tudo isso fez parte das exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e foram condizentes com as proposições expressas no que se denominou como Consenso de Washington, no sentido de submeterem as economias dos países dependentes aos interesses do capital monopolista internacional e a isso se denominou globalização (Carvalho, 2005).

Vale ressaltar que a aplicação das reformas estruturais de primeira geração, que eram baseadas na transformação das economias nacionais rumo ao livre mercado ou padrão liberal, preparou os Estados nacionais a agirem com o mínimo possível, abrindo suas economias para o capital financeiro internacional e se fechando cada vez mais para os compromissos nacionais e as políticas sociais universais. Ou seja, preconizavam uma ação mínima do Estado para que, assim, pudessem saldar suas dívidas externas. Era o fim ao Estado intervencionista. Cabe perguntar para quem deveria ser este Estado mínimo, pois Ferreira (2006), citando Wood (2001) afirma que "o desenvolvimento do capitalismo jamais prescindiu da ação estatal; ao contrário, todo o processo de acumulação de capital sempre se fez mediante a ação estatal".

Portanto foi o campesinato e toda a classe trabalhadora que ficou alijada das condições necessárias ao seu desenvolvimento, ou seja, para a classe trabalhadora o Estado teria um caráter meramente administrativo, mas serviria aos interesses do capital, por meio da classe dominante; conforme define Borón (2003).

> En la tradición marxista, por el contrario, el estado es, simultáneamente: (a) un "pacto de dominación" mediante el cual una determinada alianza de clases construye un sistema hegemónico susceptible de generar un bloque histórico; (b) una institución dotada de sus correspondientes

> aparatos burocráticos y susceptible de transformarse, bajo determinadas circunstancias, en un actor corporativo, (c) un escenario de la lucha por el poder social, un terreno en el cual se dirimen los conflictos entre distintos proyectos sociales que definen un patrón de organización económica y social; y (d) el representante de los intereses universales de la sociedad, y en cuanto tal, la expresión orgánica de la comunidad nacional (BORÓN, 2003, p. 274).

Portanto, as políticas públicas implantadas pelo Estado brasileiro no contexto rural, considerando os últimos 50 anos, tem levado o campesinato a engrossar os dados de pobreza e exclusão. São aproximadamente 4 milhões de camponeses miseráveis no Brasil. Esse número já foi maior e, embora tenha diminuído em função de algumas políticas públicas implementadas nos últimos 10 anos; foram insuficientes para reverter esse quadro vergonhoso. Surge então uma colocação pertinente: é importante resaltar o papel do Estado na implementação de um projeto de desenvolvimento nas condições até agora abordadas, mesmo sabendo que em uma sociedade desigual e dividida em classes o Estado estará sempre a serviço da classe dominante, ou seja, "(...) o caráter classista do Estado (...) em seu funcionamento põe em evidencia a seletividade classista de suas políticas públicas (...)" (BORÓN, 2003, p. 277).

Gorgen (2012) aponta o que seria uma ação incisiva do Estado:

> O principal objetivo da ação do Estado deve ser a preservação dinâmica de uma forma de vida, cultura, produção, convivência, conhecimentos tradicionais, relação com ecossistemas, acervos técnicos, próprios das comunidades e das formas de produção camponesas. São estratégicas para toda a sociedade por sua capacidade de produzir alimentos em várias circunstâncias adversas, de forma barata, sustentável, flexível, saudável, diversificada e permanente. É fundamental sempre, mas de modo especial para momentos e situações de crise (GORGEN, 2012, p. 2).

Os dados do senso agropecuário de 2006 mostraram que a agricultura camponesa terá condições de alimentar o país, mesmo que este seja cada vez mais urbano, cada vez mais homogêneo, cada vez mais globalizado. Para isso, será necessário que o Estado reoriente várias políticas e investimentos, criando outras políticas que potencializem a produção camponesa, que já alcança os 70% do consumo interno de alimentos. Enquanto que o agronegócio tem se mostrado incapaz de responder às necessidades humanas, em termos de alimento, além de ser responsável por parte do desequilíbrio ambiental.

Alem do papel do Estado, citado anteriormente, será fundamental a ação do próprio campesinato como classe que, segundo Carvalho (2012), será a partir da sua organização, mobilização e enfrentamento nas lutas sociais, na construção de alianças de classe com o proletariado, pois assim vai se afirmando em seu modo de produzir e de viver, como classe social.

Portanto, essa é a condição para a construção de um projeto de desenvolvimento para o campo brasileiro, a partir da perspectiva camponesa.

A construção do "Projeto Camponês" se inicia pela discussão da estrutura sob a qual o campesinato está assentado, ou seja, um projeto de desenvolvimento dos territórios camponeses não poderá ignorar a posse e uso da terra, pois o cenário agrário e fundiário atual não aponta para um projeto de desenvolvimento social, nem econômico. Vejamos alguns dados:

TABELA 1: Dados comparativos entre agricultura camponesa e agronegócio em números absolutos

Tipo	Nº estabelecimentos	Terra	Postos de trabalho
Agricultura camponesa	4.367.902	80.250.453	12.322.225
Agronegócio	805.587	249.690.940	4.245.319

A Tabela 1 mostra que a agricultura camponesa é formada basicamente por minifúndios. Mesmo assim, dividindo o total de postos de trabalho pelo total da área de terra utilizada pela agricultura camponesa, ver-se-á que esta é responsável por gerar em média 15 postos de trabalho a cada 100 ha. Por seu turno, o agronegócio gera apenas 1,7 postos na mesma área. Deste modo, a agricultura camponesa é portadora de uma capacidade maior para o desenvolvimento humano, social e econômico do país, além de oferecer uma contribuição fundamental para a construção da soberania alimentar, entendida como direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, conforme define a própria Via Campesina Internacional.

TABELA 2: dados comparativos entre agricultura camponesa e agronegócio em percentuais

Os camponeses	O agronegócio
14% do crédito	86% do crédito
24% das terras	76% das terras
40% da produção nacional	60% da produção nacional
70% da produção de alimentos	30% da produção de alimentos
74% da mão de obra ocupada	26% da mão de obra ocupada

Fonte: MPA (2010), com base no Censo Agropecuário de 2006

A Tabela 2, além de trazer os dados da Tabela 01 em percentuais, traz também dados da produção de alimentos e crédito agrícola, mostrando a capacidade geradora de renda, trabalho, alimentos. Usando os dados do Censo Agropecuário de 2006, é possível fazer uma projeção, considerando a possibilidade de distribuição das terras acima de um mil hectares. Tomando como base só os estabelecimentos com mais de 1.000 ha – são 46.911 estabelecimentos que ocupam uma área de 146.553.218 de hectares; dividindo-os em lotes de 50 ha por família seriam criados mais de 2.900.000 novos estabelecimentos agrícolas, ou seja, quase 3 milhões de novas famílias camponesas, o que significa praticamente a metade das famílias existentes hoje.

Contando que a agricultura camponesa ocupa 15 pessoas a cada 100 ha, tal reforma agrária criaria trabalho para mais de 21.900.000 de pessoas, contra os 2 milhões e 400 mil criados através do agronegócio. Considerando que na agricultura camponesa, cada hectare gera uma renda média anual de R$ 677,00, a renda gerada nas áreas distribuídas chegaria a mais de R$ 99 bilhões por ano, e não só os R$ 53 bilhões gerados hoje.

Os dados acima demonstram a urgente necessidade que a sociedade brasileira tem de impor na pauta do desenvolvimento a criação de políticas públicas de caráter emancipatório, incluindo a questão do acesso à terra como questão principal, para que o campesinato brasileiro cumpra com a sua tarefa histórica que é produzir alimentos saudáveis, com respeito ao meio ambiente, para alimentar a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORÓN, A. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2003. 3ª edición.

_____. *Las "reformas del estado" en América Latina*: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática. Buenos Aires: Clacso, 2004.

CARVALHO, H. M. de. *O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social*. Disponível em *http://www.mpabrasil.org.br/biblioteca/livros/o-campesinato-contemporaneo-como-modo-de-producao-e-como-classe-social*. Acesso: 5 ago. 2012.

_____. *O campesinato no século XXI*: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. São Paulo: Vozes, 2005.

_____. (1) *Na sombra da imaginação*: reflexão a favor dos camponeses. Disponível em *http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/5artigodomes_2010.pdf*. Acesso: 13 mar. 2012.

CARVALHO, H. M. de. (2) *Na sombra da imaginação*: a recamponesação no Brasil. Disponível em *http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/6artigodomes_2010.pdf*. Acesso: 13 mar. 2012.

CHANG, H. *Chutando a escada*: a estratégia do desenvolvimento em perspectivas histórica. Tradução de Luiz Antonio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2004.

FERNANDES, B. M. *Questão agrária*: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em: *http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/Desenvolvimento_territorial.pdf* . Acesso: 10 ago. 2012.

_____. e WELCH, C. A, GONÇALVES, E.C. "Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial." *In*: *Revista Espaço Aberto*. nº 01. UFRJ – Departamento de Geografia, 2010. (no prelo)

FERNANDES, R. C. (org.). *Dilemas do socialismo*: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Digitalização: Coletivo a favor da rua.

GORGEN, S. *Para além do Pronaf*: propostas de políticas estratégicas de Estado para a agricultura camponesa. Disponível em *http://www.mpabrasil.org.br/biblioteca/textos-artigos/para-alem-do-pronaf*. Acesso: 25 ago. 2012.

GIRARDI, E. P. *Atlas da questão agrária*. Disponível em: *http://docs.fct.unesp.br/nera/atlas/*. Acesso: 3 ago. 2012.

IANNI, O. *A utopia camponesa*. *In:* WELCH, Clifford (*et al*). *Camponeses brasileiros*: leituras e interpretações clássicas v.1. São Paulo: Unesp, 2009.

MOTTA, M. M.; ZARTH, P. (orgs.). *Formas de resistência camponesa:* visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Unesp; Brasília. 2v. – (História social do campesinato brasileiro)

MARTINS, J. de S. *O poder do atraso*: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MAZOYER, M. & ROUDART, L. *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Ed. Histórias e Monografias, 1998.

MAZOYER, M. *In: Segurança alimentar é o grande desafio do século XXI.* São Paulo – setembro (2010). Entrevista concedida à Débora Prado (Arquivo 4p.)

PEREIRA, J. M. M. *A política agrária do Banco Mundial em questão*. vol. 20. nº 57. São Paulo. Mai/Ago. 2006.

STEDILE, J. P. e CARVALHO, H. M. *Soberania Alimentar*: uma necessidade dos povos. Disponível em *http://www.mpabrasil.org.br/biblioteca/textos-artigos/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile*. Acesso: 21 ago. 2012.

VIA CAMPESINA. *Queremos produzir alimentos*: contra o agronegócio e em defesa da agricultura camponesa. Brasília: 2008.

Relações de trabalho nos territórios da reforma agrária

Nei Orzekovski[1]

Resumo

Este ensaio tem como objetivo realizar uma reflexão acerca das contradições e perspectivas que permeiam os trabalhadores da luta pela terra numa região específica. Para isso, são considerados neste estudo a experiência concreta e o contato direto com o meio. Analisando elaborações teóricas e percorrendo algumas discussões clássicas e contemporâneas sobre os sujeitos trabalhadores do campo, este ensaio busca levantar questões e posicionar-se diante do assunto. Sabendo que os trabalhadores da luta pela terra ocupam espaço de destaque na atualidade e que são protagonistas da luta de classes, pretende-se levantar elementos da realidade e relacioná-los com as elaborações teóricas em torno do trabalho camponês e do trabalho assalariado, realizando aproximações às tensões teóricas existentes e refletindo sobre o fortalecimento da classe trabalhadora. Pretende-se também contribuir no sentido político desta articulação e sua importância no contexto político atual.

Palavras-chave: Trabalho, trabalho camponês, trabalho assalariado e classe trabalhadora.

---

1 Integrante do MST. Mestrando do curso de pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – Unesp. Cátedra Unesp/Unesco/ENFF em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. *E-mail:* neiorze@yahoo.com.br.

Trabalho camponês e trabalho assalariado nos territórios da reforma agrária

Estudar os teóricos para entender categorias como trabalho, trabalho camponês, trabalho assalariado, classe trabalhadora em suas particularidades, é fundamental no sentido de aprofundar e estreitar as articulações em torno das classes sociais e das relações de trabalho no campo. Para entender o trabalho camponês, precisamos ampliar o conhecimento em torno do trabalho e das formas e relações de trabalho no campo. Com o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo no campo brasileiro, surgem novas contradições, resultado das mudanças das relações de trabalho estabelecidas entre os camponeses e os assalariados no campo. Essas contradições afetam e alteram diretamente as classes sociais e a luta de classes no conjunto da classe trabalhadora ampliada[2].

O esforço desse estudo é entender, a partir de alguns autores e de pesquisas de campo, o debate das categorias citadas e esclarecer a compreensão do trabalho camponês e do trabalho assalariado, suas relações e múltiplas determinações apresentadas nas contradições da luta de classes no campo e na sociedade brasileira. Perceber as relações dos trabalhadores sem terra, sejam pequeno-burgueses, camponeses ou assalariados, esses agentes de transformação[3] do conjunto da classe trabalhadora, é o grande desafio.

> Na verdade, somos desafiados a ampliar os horizontes de compreensão sobre a constante passagem da condição de assalariado (operário puro e proletário) para informais, da mesma maneira que setores do campesinato, não com a perda/negação do *status* de rebeldia e de capacidade de lutar contra o capital, mas de mudança na forma, no conteúdo e nos procedimentos de reação e resistência da classe trabalhadora. Pensamos que não é propriamente com o enquadramento do trabalho à categoria de semiproletário, lúmpen, como demarcação para continuar mantendo o distanciamento desses contingentes da composição da classe trabalhadora, assim como com a defesa de seu descentramento, porque senão nos escapará o entendimento do rico e contraditório processo de redefinição das lutas e o conteúdo da dinâmica geográfica atual do trabalho, da renovação da composição da classe trabalhadora no século XXI (THOMAZ, 2006, 45).

No atual estágio do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira, podemos afirmar que a situação da correlação de forças no campo é muito favorável à burguesia agrária, empresarial; e desfavo-

---

2 Thomás Júnior, cf. texto "Se camponês, se operário!"

3 Mészáros, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*: o socialismo do século XXI. Tradução Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

rável aos camponeses e aos assalariados do campo. Essa lógica tende a radicalizar a exploração do campesinato e dos trabalhadores assalariados. Nota-se que o desenvolvimento das forças produtivas no campo brasileiro vem crescendo permanentemente e que o capital no campo a cada dia precisa menos da massa camponesa e dos assalariados rurais, uma vez que necessitam de mão de obra mais qualificada. Portanto, podemos afirmar que essa forma de organizar a produção diminui os trabalhadores no campo. Por outro lado, os trabalhadores camponeses são "obrigados" a migrarem para outros setores.

É importante ressaltar que o desenvolvimento capitalista no campo foi e continua sendo financiado pelo Estado. As grandes empresas capitalistas estrangeiras foram se consolidando com a apropriação de recursos públicos, obtendo diversas formas de subsídios, alterando as leis brasileiras, como, por exemplo, a lei dos transgênicos e, recentemente, a aprovação da reforma do Código Florestal. Esses fatores contribuíram para a consolidação e ampliação deste modelo de agricultura, bem como o discurso de ser uma agricultura moderna, com alta produtividade e geração de empregos, é propagandeado todos os dias com o objetivo de convencer a opinião pública desse projeto de desenvolvimento.

Mesmo sabendo que o agronegócio é uma falácia, que a lógica capitalista é destrutiva, que é um projeto com muitas contradições, resulta difícil combatê-lo. A luta contra-hegemônica, mesmo sendo justa, se desenvolve de forma mais lenta, com avanços e retrocessos. Nesse sentido, os trabalhadores do campo cumprem um papel estratégico, não somente como resistência, mas principalmente com possibilidades de combater a lógica destrutiva do capitalismo. Existem possibilidades de reorganizar as formas de trabalho no campo e desenvolver um processo de participação dos sujeitos, "se camponês se operário",[4] onde possamos ter trabalhadores com consciência de classe, com clareza do processo das lutas e das articulações com todos os explorados pelo sistema capitalista.

O agronegócio, como forma de organizar a produção no campo, fortalece a burguesia agrária como classe dominante e também as relações capitalistas de produção. O que precisa ficar claro é que esse é o projeto do Estado brasileiro, fortalecido nas últimas duas décadas[5].

> Com efeito, isso tudo ganha em intensidade nos últimos anos, especialmente devido à inexistência de políticas públicas de reforma agrária e

4 Cf. Thomaz Junior, 2008.

5 Com a crise do neoliberalismo e do livre mercado, o Estado brasileiro veio subsidiando o agronegócio, principalmente nos governos Lula e Dilma, mostrando claramente a opção de classe do atual governo.

> projetos do Estado e dos governos que não privilegiam alternativas de interesse dos trabalhadores, porém consolidam o projeto de sociedade fundado nas grandes empresas, na concentração fundiária e na marginalização social de milhões de famílias camponesas, e de trabalhadores que se vêm constantemente ameaçados, em conformidade com os interesses do capital e do Estado (THOMAZ, 2009, p. 76).

Para "os pobres do campo"[6] tem restado políticas públicas compensatórias, como forma de manter os trabalhadores sob o controle do Estado, lógica que nos faz concluir como integrante da estratégia dominante. Quase a totalidade das políticas públicas compensatórias amortecem as lutas populares, bem como a luta pela terra, enfraquecendo os movimentos sociais populares. A grande maioria dos trabalhadores camponeses segue como exemplo a lógica da burguesia agrária, reproduzindo tal modelo dominante, utilizando-se de sua tecnologia, sementes, agrotóxicos e tornando-se dependentes deste modelo; assumem o projeto capitalista nas unidades de produção camponesa-familiar, reproduzindo nas pequenas propriedades com referência nas grandes propriedades do agronegócio.

> Em meio a esse turbilhão, reproduzem-se relações capitalistas e não essencialmente capitalistas para garantir o projeto hegemônico do capital, a dominação de classe e o controle social. O desenvolvimento desigual e combinado desse processo é a chave para entendermos as diversas formas que o capital utiliza para praticizar a exploração, a subordinação, a expropriação, a sujeição, enquanto estratégia para garantir sua produção e reprodução (THOMAZ, 2009, p. 76).

De forma indireta, os camponeses reproduzem relações de produção capitalistas no momento em que usam insumos produzidos pelas empresas capitalistas. O sentido amplo de entender a reprodução das relações capitalistas (além do trabalho assalariado), parte do entendimento que o capitalismo se reproduz de diversas formas, considerando-se as diferenças de uma região para outra; portanto quando uma família camponesa utiliza os produtos do agronegócio, ela reproduz diversas relações capitalistas anteriores e segue a mesma lógica, mesmo sem contratar mão de obra assalariada.

Também podemos analisar os assalariados rurais que, na sua maioria, vivenciam processos de exploração de sua força de trabalho de forma desumana, degradante, precarizada, e perdem alguns direitos conquistados anteriormente; cada vez mais perdem sua capacidade de serem sujeitos ativos na luta de classes e perdem sua capacidade de se rebelar por medo de fugir ao único trabalho que lhe sobrou. Estes trabalhadores assalariados no campo brasileiro não têm um território

6 Artigo escrito por Lenin. Citei em sua homenagem.

fixo, são migrantes, e vivem de um lugar para outro em busca de um salário melhor. Tal realidade dificulta sua organização, uma vez que esta geralmente apresenta uma estrutura definida e localizada, a qual não acompanha o movimento e a dinâmica destes trabalhadores.

Os territórios camponeses e os territórios da reforma agrária são fixos, muitas vezes frutos da luta pela terra, mas mesmo assim temos uma especificidade importante que precisamos analisar com bastante profundidade. Esses territórios não são homogêneos, muito pelo contrário, são bastante desiguais e com várias particularidades locais.

O esforço é destacar questões relevantes para compreender as relações das formas de trabalho que se aproximam dos territórios da reforma agrária. A centralidade está em estudar o processo de trabalho nos territórios da reforma agrária e suas relações com o modelo de produção capitalista; ainda, compreender as relações de produção e de trabalho, o trabalho camponês, o trabalho assalariado e sua precariedade; buscar entender a resistência e os enfrentamentos dos sujeitos que lutam pela terra e por trabalho; todas são questões estratégicas na luta de classes e no desafio de construir um projeto contra o capital. Essas categorias clássicas se apresentam nas discussões teóricas e se materializam de várias formas nos territórios da reforma agrária.

As influências da produção capitalista, seja na grande ou na pequena propriedade, foram alterando as relações de produção e as relações sociais das comunidades do campo, resultando na transformação das relações sociais, dos valores e do modo de vida camponesa. Essa questão é observada quando os camponeses utilizam o pacote tecnológico da grande propriedade, pois, a partir do momento em que são produzidas pequenas monoculturas, o modo do trabalho familiar é alterado: a família vai diminuindo a produção de alimentos e começa arrendar pequenas porções de terra, o que culmina na busca pelo trabalho de forma assalariada, mesmo vivendo inicialmente em comunidade camponesa.

Outro fator que se apresenta nesses territórios é o trabalho precarizado, seja na forma do trabalho camponês ou nas diversas formas de trabalho assalariado. Todos sabem que o trabalho no campo, principalmente quando não se tem tecnologia apropriada, é bastante árduo e difícil. Enfrentar as várias estações da natureza, somente com os braços, é um esforço algumas vezes "sobrenatural", e na maioria das vezes precisam contar com a sorte para ter uma boa colheita. Essa realidade desumaniza a forma de trabalho camponês, precariza as relações sociais estabelecidas e faz com que o trabalhador desse processo desanime e procure outras formas de trabalho. Nesse sentido, os trabalhadores camponeses muitas vezes buscam outros caminhos, tentam ter mais estabilidade, buscam aumentar sua renda e vão se assalariando; talvez

não por gostar, mas como uma necessidade de estabilidade financeira: "faça chuva ou faça sol tem um ganho"[7].

Mas tais formas de trabalho assalariado que restam aos camponeses também são precarizadas. O esforço braçal desses trabalhadores continua sendo feito como ainda na situação anterior; todavia, a busca pelo salário no final de cada mês e a garantia do valor fixo faz com que se submetam. Infelizmente, esses trabalhadores não levam em conta esse grau de precarização no trabalho e, portanto, cabe questionar o que faz com que se submetam a um salário muitas vezes tão baixo e não se mobilizarem?

Destacamos nos territórios da reforma agrária[8], contradições existentes nas relações de trabalho, principalmente nos assentamentos consolidados há vários anos, trabalhadores que conquistaram a terra através da luta pela reforma agrária. Esses trabalhadores enfrentam, resistem e reproduzem o modelo do agronegócio. Várias experiências de trabalho camponês nas comunidades são sufocadas pela hegemonia capitalista, que se materializam com o uso do pacote tecnológico, do trabalho assalariado e do arrendamento da terra para os camponeses capitalizados. Outros camponeses resistem à imposição do agronegócio e procuram algumas alternativas de produção, como por exemplo, a produção agroecológica. Essa reflexão apresentada é colocada em uma perspectiva política, pois nos assentamentos vivem trabalhadores, homens, mulheres e crianças que sonham e lutam por dignidade para todos aqueles que vivem do trabalho, como os próprios Sem Terra. Contradições que merecem um debate amplo com todas as forças populares, na perspectiva do fortalecimento das alianças da classe trabalhadora.

De forma geral, os territórios da reforma agrária são compostos por vários sujeitos importantes na luta política: pequenos burgueses, camponeses e assalariados, ou seja, trabalhadores que com seu próprio trabalho garantem o sustento da família. Podemos destacar três níveis de trabalhadores nos assentamentos: primeiramente, temos o grupo daqueles que geram renda excedente, talvez esses se aproximem dos camponeses pequeno-burgueses[9]; o segundo grupo são aqueles que reproduzem a vida camponesa, ou seja, trabalham em sua posse[10] e buscam reproduzir-se com sua própria produção; e o terceiro são os assalariados, os quais não somente vendem a força de trabalho para outros as-

7 Fala de um camponês entrevistado no assentamento Contestado-Lapa/PR.

8 Acampamentos e assentamentos, nessa análise vamos destacar aqueles sob influência política do MST.

9 Camponeses capitalizados que reproduzem as formas de produção do agronegócio.

10 Posse se diferencia de propriedade nos assentamentos da reforma agrária, e são termos muito utilizados para o trato com os Sem Terra.

sentados, como também trabalham para os vizinhos mais capitalizados, e ainda, na conjuntura atual, vão trabalhar nas cidades em várias frentes de trabalho e para as grandes empresas do agronegócio.

Marx discorre sobre as classes sociais de forma mais ampla, porém se fizermos um recorte para o campo, essas elaborações contribuem para relacionarmos com o conjunto das classes na sociedade capitalista.

> Os proprietários de simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de receitas são o salário, o lucro e a renda do solo, ou seja, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção (MARX, 1988, p. 99).

Marx tenta simplificar a explicação das classes sociais na referência acima, porém, não deixa claro onde estão os camponeses. Podemos interpretar e reforçar que os trabalhadores de simples força de trabalho são os operários assalariados, independentemente de serem do campo ou das cidades; quanto aos proprietários de capital, podemos afirmar que são a burguesia capitalista e as transnacionais do agronegócio. Mas quem são os proprietários de terras? Os latifúndios? Como ficam os pequenos camponeses e os assentados, nessa base teórica? A preocupação de Marx era entender a sociedade burguesa e a preocupação deste ensaio está centrada no entendimento das relações de trabalho e da classe no campo hoje, principalmente os trabalhadores Sem Terra.

O primeiro grupo de trabalhadores Sem Terra assentados, os *pequeno-burgueses*, podemos classificar a partir da concepção de Lenin como pequena burguesia, porque são aqueles que se capitalizaram, com máquinas, usando de alta tecnologia para o plantio e normalmente exploram outros assentados e arrendam o lote dos vizinhos. De fato, esses trabalhadores obtêm uma renda da terra maior, pois se apropriam da terra e do trabalho dos outros camponeses, conseguem plantar uma maior extensão de terra, principalmente porque são capitalizados, são mais estabilizados economicamente. É interessante observar que esses são muito mais individualistas, inserindo-se no mercado capitalista e, além de reproduzirem a ideologia capitalista, são os primeiros a se tornarem contra a organização, se articulam com as cooperativas do agronegócio e com partidos e organizações da classe dominante.

Mesmo assim, continuam "camponeses capitalistas", assumem uma posição de classe conservadora. Esses sujeitos estão presentes nos territórios da reforma agrária e no campo brasileiro, não são grandes proprietários, mas fazem de sua pequena propriedade uma "grande fazenda". Para essa contradição, qual é a denominação conceitual para esses sujeitos? Reforço que são camponeses burgueses, com certeza

diferente dos camponeses da Rússia, mas presentes no contexto atual brasileiro.

O segundo grupo de trabalhadores Sem Terra assentados, os *camponeses*, são aqueles que produzem em seu lote de terra com muitas dificuldades e muito trabalho. Esses trabalhadores conseguem produzir para o autoconsumo e em algumas vezes produzem um pouco de excedente para comprar outras mercadorias que não produzem na terra. A renda mensal produzida por esses trabalhadores é muito pequena, às vezes é muito menor que um salário mínimo. Vivem abaixo da linha de pobreza. Parte desses trabalhadores é beneficiada pelas políticas públicas compensatórias, principalmente o programa Bolsa Família e a aposentadoria rural, que servem como rendas complementares. Essas famílias normalmente têm alguém que vende sua força de trabalho, ganha um salário e investe na melhoria de sua casa ou mesmo de sua produção, com a expectativa de produzir mais na próxima safra.

A maioria desses trabalhadores sonha em se tornar pequenos burgueses, portanto, vão reproduzindo a mesma lógica capitalista, alguns fazem o plantio utilizando a tecnologia do agronegócio, usam as mesmas sementes, fertilizantes, agrotóxicos, acabam dependentes do sistema e reproduzindo sua lógica; muitas vezes se afundam em dívidas. Esse processo é primeiro passo para arrendarem sua terra e no ano seguinte se assalariar temporariamente; o passo seguinte é vender a terra conquistada e se proletarizar nos centros urbanos.

Mesmo os Sem Terra camponeses, que produzem baseados numa matriz agroecológica, algumas vezes têm seus filhos buscando trabalho fora do assentamento, quase sempre com o objetivo de ter um salário, uma renda maior, mas também em busca de espaços de diversão e lazer que muitas vezes não encontram nos territórios da reforma agrária. Também por querer fugir do trabalho camponês, historicamente rebaixado pela classe dominante. Na realidade, a tendência principal da maioria dos Sem Terra camponeses é fazer parte do terceiro grupo, ou seja, tornarem-se assalariados.

O terceiro grupo de Sem Terra assentados, os *assalariados*, são aqueles que não vivem mais da renda da terra, pois não conseguem produzir o suficiente para garantir o seu sustento e o de sua família. Estes geralmente não conseguem acessar os créditos, pois, na maioria das vezes, não conseguem produzir o suficiente para pagar as dívidas do ano anterior. Outro fator importante desse grupo é a ilusão de que, usando e reproduzindo a lógica do agronegócio, teriam uma renda maior. Essa falsa ideia faz o trabalhador não se preocupar com a diversificação da produção de alimentos, ou seja, dependem totalmente do mercado, e quando a produção é baixa, a crise e a falta de alimentos faz com que

os camponeses busquem trabalho externo, o que culmina no arrendamento dos lotes e na venda da sua força de trabalho.

Assim, mesmo que esses camponeses ainda mantenham o lote de terra conquistado pela luta, eles estão condenados a deixar os assentamentos, aumentando a população urbana nas periferias das grandes cidades. Esses trabalhadores já não vendem mais sua força de trabalho internamente nos territórios da reforma agrária, muitos trabalham no corte da cana, da madeira, nas usinas de beneficiamento e nas madeireiras, se integram ao mundo do trabalho urbano, principalmente na construção civil, no setor de serviços e alguns nas indústrias. Uma citação de Lenin, mesmo do século passado e explicando a situação do campesinato russo no início do século XXI, ainda aproxima-se da realidade dos trabalhadores do campo na atualidade, principalmente quando analisamos os trabalhadores Sem Terra:

> 'O proletariado rural (...) envolve o campesinato pobre, incluído aí o que não possui nenhuma terra.' Esse novo ator social do campo russo, que se caracteriza pela venda de sua força de trabalho, de forma sistemática ou eventual, e possui metade dos estabelecimentos agrícolas. (...) possui estabelecimentos de extensão ínfima, cobrindo pedacinhos de terra e, ademais, em total decadência (cujo testemunho é a colocação da terra em arrendamento); não pode sobreviver sem vender a sua força de trabalho, seu nível de vida é extremamente baixo (LENIN, 1988, p. 116).

O esforço em classificar os trabalhadores Sem Terra na perspectiva clássica é devido à importância política construída por esses trabalhadores no momento histórico atual. Devemos levar em conta que essas formas de trabalho nos assentamentos se alteram, pois em algumas regiões se destacam mais a pequena burguesia nos assentamentos; em outras, os camponeses predominam; e, em outras ainda, o assalariamento é maior. Existem, de fato, essas diferenças de um assentamento a outro e a realidade das formas de trabalho nos territórios da reforma agrária não é homogênea em todos os assentamentos.

Esse processo não é algo particular nos territórios da reforma agrária, pois os territórios camponeses e as comunidades do campo passam pelo processo de desterritorialização. Observamos nas pesquisas de campo (comunidades camponesas Paiquere, Floresta São João e Pedra Lisa, no município da Lapa/PR; e Saltinho e Assentamento Rondon, no município de Bituruna/PR) que nas últimas décadas muitas comunidades do sul do Paraná estão sendo esvaziadas. Pequenos camponeses arrendam suas terras para grandes produtores do agronegócio, situação que reforça a perda da identidade camponesa. Algumas famílias vão para os acampamentos e ocupações de terras, mas a grande maioria sai em busca de trabalho, no plantio e corte de pinus e nas madeireiras locais, e outros saem para trabalhar nas periferias das grandes

cidades do Paraná e de Santa Catarina, onde buscam principalmente a construção civil e os diversos trabalhos informais.

Podemos destacar o desenvolvimento capitalista na agricultura como grande impulsionador do campesinato de forma geral, dessas diferenças na agricultura camponesa e, mais especificamente ainda, nos territórios da reforma agrária. Com todas as contradições do capitalismo na agricultura e todas as lutas de resistência dos movimentos camponeses, o que é real é o processo de expulsão dos camponeses de suas terras e a concentração das terras nas mãos dos grandes latifundiários e empresas agrícolas. Nas regiões em que o capitalismo é mais desenvolvido na agricultura percebe-se a diminuição do campesinato.

Na medida em que os camponeses se apropriam do uso da tecnologia, principalmente das máquinas e do pacote tecnológico, diminuem o trabalho familiar, ou seja, o trabalho que era realizado pelos filhos e filhas dos camponeses é substituído pelo uso da tecnologia. Por outro lado, a tecnologia, que deveria ajudar a libertar os camponeses do trabalho precarizado do dia a dia, propiciando a realização de outras atividades que ampliassem seu nível de conhecimento, não auxilia nesse ponto e acaba por ser um entrave.

Talvez a questão mais complicada seja o tipo de tecnologia que os camponeses utilizam. Está muito claro que tal modelo tecnológico não foi pensado para a pequena propriedade. Na medida em que o pequeno agricultor utiliza a tecnologia pensada para as grandes propriedades, acaba perdendo sua identidade e capacidade de manter o núcleo familiar. A forma do trabalho camponês se desorganiza e são estabelecidas outras relações sociais diminuindo a capacidade de resistência. Esse processo do desenvolvimento do capitalismo no campo altera as relações sociais nas comunidades camponesas, diminui a capacidade de resistência na medida em que o campo vai ficando cada dia mais esvaziado, e parte daqueles que se mantém no campo se assalariam como forma de elevar a renda familiar.

Segundo algumas entrevistas realizadas nessa região e observando os camponeses, principalmente os jovens, percebemos o crescente número dos que saem para trabalhar de forma assalariada e que conseguem uma renda maior que no campo; regressam depois somente para visitar suas famílias. Nestes, nota-se a progressiva perda da identidade camponesa. A reprodução de vícios e desvios impostos pelo sistema capitalista surge de forma gritante, por exemplo, no consumo de álcool, no estilo de músicas, no modo de vestir. Pode ser que esses elementos da cultura não sejam centrais na análise do trabalho, mas implicam numa contradição difícil de resolver nas comunidades, as quais precisam ser estudadas com mais profundidade.

O modo de vida camponês é brutalmente modificado, pois as contradições que surgem nessa relação alteram os valores, a identidade e a consciência dos camponeses nas comunidades, gerando modificações na vida dos sujeitos envolvidos nessa realidade. Isso significa o fim do campesinato? Todos os camponeses vão se tornar assalariados? É possível ser camponês e assalariado ao mesmo tempo? Será que essa realidade está indicando a necessidade de ampliar a compreensão da classe trabalhadora? Como construir alianças de classe?

> (...) o conjunto de contradições existentes no interior do campesinato constitui o que denominamos desintegração do campesinato (...) O campesinato antigo não se 'diferencia' apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista (LENIN, 1988, p. 113-114).

Questões como estas devem ser analisadas com muita atenção e ser fundamentadas em pesquisas, pois o importante nesse momento histórico é acumular forças, seja camponês, seja assalariado, desde que esteja em luta contra o capitalismo e disposto a fortalecer a classe trabalhadora. Para Lenin, esse processo significa o fim do campesinato. – embora esteja claro que ele referia-se ao campesinato russo. Não sabemos se na atualidade isso significa o fim do campesinato, mas com certeza esse processo transforma as relações de trabalho no campo e recolocam os posicionamentos das classes. Portanto, aprofundar o conhecimento através da pesquisa pode ser o caminho para entender as contradições do capitalismo contemporâneo e como isso influencia as relações existentes entre o trabalho camponês e o trabalho assalariado nos territórios da reforma agrária.

ALGUMAS REFLEXÕES DE MARX SOBRE O CAMPESINATO

Na efervescência da luta de classes na Europa durante os séculos XVIII e XIX, destacou-se a classe operária em seus enfrentamentos cotidianos contra a monarquia/nobres/burgueses. Os camponeses, em um primeiro momento daquele contexto, exerceram um papel destacado, tanto demonstrando sua força no movimento revolucionário como no contrarrevolucionário. Vale lembrar que nesse momento histórico a população da Europa era basicamente rural, uma sociedade cheia de contradições e com interesses em disputa, na qual as forças sociais estavam em movimento permanente de busca de afirmação enquanto sujeitos. Na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx analisa a condição de classe dos camponeses franceses:

> Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da socieda-

> de, estes milhões constituem uma classe. Mas, na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe (MARX, 1988, p. 115).

Constata-se, portanto, que os critérios utilizados por Marx para definir os camponeses são:

1 – Suas condições econômicas diferenciadas do restante da população

Marx estava diferenciando as relações econômicas dos camponeses pela sua relação com a agricultura e com a propriedade privada da terra, ou seja, os camponeses normalmente têm um meio de produção, que é a terra, e por isso produzem alguns alimentos. A diferença é grande em relação aos trabalhadores das cidades, que não são donos de nenhum meio de produção e para reproduzirem-se socialmente precisam vender sua força de trabalho, seu único bem. Ou seja, precisam encontrar alguém que lhes pague um salário, o que parece simples, porém, para os trabalhadores das cidades conseguirem um trabalho, na maioria das vezes é um grande desafio.

Nesse contexto, os camponeses construíram seu próprio "modo de vida", suas relações com os senhores e suas formas de organizações, sob grande influência do feudalismo e de valores religiosos; mantinham-se as formas tradicionais de trabalho e grande parte dos camponeses tinham características herdadas dos servos e das glebas, isto é, trabalhadores com sua forma de vida dependente da estrutura social daquele contexto e mesmo que não fossem escravos, tinham dificuldades em abandonar seus lotes de terra e se tornarem assalariados. O período entre a Revolução Francesa (1789) e a Revolução de 1848 foi marcado pelas disputas das formas de propriedade e sobre processos de concentração e expulsão dos camponeses de seus pequenos lotes de terra.

Os interesses dos camponeses historicamente estiveram centrados na propriedade privada da terra, mesmo que sua função fosse diferenciada da grande propriedade. Os interesses dos camponeses nesse contexto reforça claramente essa questão, pois em um primeiro momento houve uma aproximação com as lutas proletárias, mas os interesses dos proletários urbanos, na maioria das vezes, foram de distribuição dos meios de produção. Na Revolução Francesa ficou claro que os interesses camponeses eram outros, e na medida em que sua prioridade era manter a propriedade privada, a luta dos proletários ameaçava seus interesses, razão pela qual acabaram por se aproximar dos interesses da burguesia em crescimento[11].

---

11 Ver Marx, K. *O18 de Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Moraes, 1987.

2 – Sua cultura

Todas essas relações particulares levantadas a partir de relações de trabalho no campo construíram uma "forma de vida", com relações sociais e culturais muito específicas. Muitas vezes, esse isolamento provocou a constituição de culturas singulares e limitadas a territórios específicos. O modo de vida camponês no contexto histórico de Marx estava em transição, pois o feudalismo estava desmoronado e o capitalismo se consolidando; foi um momento histórico de passagem de um modo de produção para outro, e a maioria da população era camponesa.

Nesse sentido, afirmava Marx (1988) que quando "milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe". Esse processo de isolamento das outras lutas nesse período, fez com que a classe camponesa se firmasse em oposição à forma de vida dos trabalhadores assalariados. Poderíamos afirmar que os camponeses se firmaram como classe em oposição ao modo de vida dos trabalhadores proletários, pois tinham a terra como meio de produção.

É importante destacar que na maioria das vezes os interesses dos camponeses se aproximam muito mais dos interesses da nobreza e da burguesia, pois no seu imaginário estão as relações da propriedade privada como meio de produção; portanto, se opõem aos interesses do proletariado, que não detém nenhum meio de produção. Marx (1988) complementa que "na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe".

Podemos concordar ou não com esses elementos, se os camponeses vivem isolados em sua pequena propriedade, não mantêm relação com a comunidade, suas relações sociais se dão somente na família, quando muito com um vizinho, seu nível de sociabilidade fica limitado e sua compreensão, mais limitada ainda. Esse camponês encontra enormes dificuldades de conviver e viver em comunidade, e quanto mais isolado da comunidade, menor sua consciência de classe. Portanto, percebe-se que nos territórios da reforma agrária, os camponeses que se isolam, reproduzem exatamente esta situação, enquanto que os camponeses que convivem nas comunidades e participam do processo de luta, ampliam sua visão de mundo compreendendo melhor as contradições que os enredam e tornando sua consciência de classe mais aguda.

Marx deixa claro que, quando o camponês vive isolado, sem ligação com qualquer comunidade exterior à sua, ele é apenas indivíduo e não classe. Ou seja, viver no campo não significa possuir identidade

ou sentido de pertencimento à classe camponesa. O mesmo acontece com o proletariado, pois viver na cidade e ser assalariado não significa reconhecer-se no proletariado. Podemos levantar questões para pensar: como o trabalhador pode ter consciência de classe? Quais os desafios que o trabalhador enfrenta para ter consciência de classe? Por que alguns trabalhadores, mesmo fazendo o mesmo caminho, não têm consciência de classe? Essas perguntas são importantes, pois nos ajudam nas reflexões e interpretações atuais dos sujeitos do campo, assim como na compreensão da classe trabalhadora mais ampla. De fato, precisamos ter claro quem são os sujeitos do cenário atual da luta de classes.

> A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 1988, p. 252).

A separação das condições de realização do trabalho entre os trabalhadores e a propriedade é base para a produção capitalista. No momento em que garante e reproduz essa separação de forma crescente, cria-se a relação-capital[12]. Esse processo transforma, por um lado, os meios de subsistência e de produção do capital, e por outro, os produtores em trabalhadores assalariados. Essa relação complexa se coloca como central nos dias atuais, principalmente quando precisamos reler as contradições do mundo do trabalho com o desafio de entendê-las teoricamente, buscando construir formas de atuação política consistente e capazes de se opor radicalmente ao capital. Tais relações perpassam o conjunto dos trabalhadores, sejam eles operários, camponeses, informais e/ou autônomos. A relação-capital, pouco entendida teoricamente, muitas vezes não é levada em conta nas análises conjunturais e estruturais do capitalismo atual.

> Cumpre pensarmos o capital como um modo historicamente determinado de controle da reprodução sociometabólica. Esse é o seu significado fundamental. Penetra em todos os lugares. Com certeza, o capital é também uma entidade material, mas muito além disso, o capital penetra no mundo da arte, no mundo da religião e das igrejas, governando as instituições culturais da sociedade (MÉSZÁROS, 2007, p. 68).

---

12 Ver Mészáros, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*: o socialismo do século XXI. Tradução Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 66.

Se olharmos para as relações de trabalho no campo, podemos ter leituras diferenciadas da realidade e diversas interpretações das mesmas contradições. O aspecto central para entender a luta de classes no campo é perceber dialeticamente o movimento das transformações da realidade e da luta de classe, das contradições existentes entre camponeses, assalariados e burguesia agrária. Assim, podemos entender historicamente as relações hegemônicas do capitalismo na agricultura brasileira e confrontá-las com a classe trabalhadora, sejam camponeses e/ou assalariados. Caso contrário, não entendemos que a totalidade capitalista está entrincheirada também nas relações de trabalho no campo. Muitos desses trabalhadores, sejam eles assentados e/ou camponeses, não se percebem como sujeitos em movimento, não se percebem como classe, a maioria não se realiza com seu próprio trabalho.

> Os proprietários de simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de receitas são o salário, o lucro e a renda do solo, ou seja, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção (MARX, 1988, p. 99).

Marx tenta simplificar a explicação das classes sociais na referência acima, mas não deixa claro onde estão os camponeses. Podemos interpretar e reforçar que os trabalhadores, que tem simplesmente a força de trabalho, são os operários assalariados, independentemente de serem do campo ou das cidades. Podemos afirmar que os proprietários de capital são a burguesia capitalista, as transnacionais do agronegócio. E os proprietários de terras, quem são? Os latifúndios? Como ficam os camponeses nessa tipologia? Como podemos diferenciar os pequenos dos grandes proprietários de terras?

Parece que essas questões continuam atuais. Porém, precisamos fazer um esforço teórico-metodológico para entender as particularidades do campo e como essas forças se estruturam na atualidade. Se analisarmos o Brasil de hoje a partir das explicações de Marx, poderíamos definir as relações sociais no campo da seguinte forma:

a) Proprietários de capital: a burguesia transnacionalizada representante dos setores agrário, industrial e financeiro, proprietária dos meios de produção, terras, sementes, máquinas, armazéns, beneficiamento, transporte, distribuição, hoje conhecida pela implantação do agronegócio, fortemente impulsionado por políticas do Estado brasileiro. O capital financeiro tem o domínio do projeto hegemônico desta classe que controla de modo absoluto o sistema produtivo da agricultura no país e não está interessada em produzir para o mercado interno, mas sim para as exportações.

É importante destacar que, nos últimos governos, essencialmente nos dois mandatos do Presidente Lula, o agronegócio consolidou-se como um dos pilares da economia brasileira. Produtos como cana-de-açúcar para a produção de biocombustível, eucalipto para produção de celulose, a grande produção de soja, de laranja e de carne, aumentaram o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. E, nesse mesmo período, o Brasil não só aprovou a produção de sementes transgênicas, como se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo.

Essa classe, devidamente consorciada em torno de seus amplos interesses, atua de modo agressivo na desregulamentação de políticas voltadas para o setor, visando a facilitação da produção de *commodities*. Esse é caso recente da reforma do Código Florestal, no qual se legitima a prática da grilagem e dá continuidade ao desmatamento de áreas de floresta e matas ciliares, incluindo a Amazônia brasileira. O próximo passo é uma revisão do Código da Mineração. A bancada ruralista, claramente defende a ampliação da fronteira agrícola como forma de ampliar seus lucros e intensificar a concentração da terra, da propriedade e da riqueza nas mãos de poucos.

b) Trabalhadores assalariados: Esses sujeitos não são proprietários dos meios de produção, vendem sua força de trabalho, seu único bem, para o proprietário capitalista e compõem o segmento fundamental do proletariado. Essa força de trabalho materializa a produção de riquezas das agroindústrias, das grandes empresas agrícolas vinculadas ao agronegócio. Temporariamente, são utilizados por médios e pequenos produtores (suficientemente capitalizados) que os empregam na colheita de frutas e corte de madeira/celulose (casos do Nordeste, Sul e Sudeste); no corte da cana-de-açúcar (casos do Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste). Aqui podemos incluir parte dos camponeses com terra e Sem Terra, assentados, que se metamorfoseiam em alguns momentos como trabalhadores temporários ou permanentes, no campo, e na cidade quase sempre informais e precários.

Podemos destacar que os camponeses com pouca terra e os trabalhadores Sem Terra vivem todos esses processos. Em função dessa situação, alguns assentamentos também estão sofrendo um preocupante esvaziamento, porque seus moradores convertem-se em trabalhadores assalariados em busca de uma renda maior no trabalho urbano, principalmente na construção civil e no trabalho informal. E muito desse processo se dá tanto nos assentamentos já consolidados – onde os sujeitos Sem Terra eram filhos de camponeses, arrendatários, meeiros etc., trabalhadores que viviam historicamente do trabalho camponês – quanto, principalmente, nos assentamentos novos, onde os trabalhadores já viveram a condição de trabalhadores informais, em condições muito ruins nas periferias das grandes cidades, e voltaram para os assenta-

mentos; no entanto, não conseguindo se consolidar como camponeses voltam ao trabalho precário da informalidade urbana.

A questão é se esses trabalhadores Sem Terra vão permanecer com seus lotes de terra ou vão definitivamente viver nas cidades, principalmente os trabalhadores jovens. Devemos levar em conta esse fator para nossas reflexões, pois parece não existir contradições entre ser camponês ou ser operário. Se considerarmos ambos pertencentes à classe trabalhadora, parece um problema quando entendemos o camponês ou o operário como classes específicas. Percebe-se que na política e na luta se tornam mais fracos, pois o corporativismo se torna maior que o projeto estratégico.

A aliança entre campo e cidade, historicamente, fez parte dos processos revolucionários e com certeza é estratégico criar relações políticas e ideológicas que a fortaleçam. Talvez hoje falte uma organização que aglutine o conjunto dos trabalhadores que vivem do seu trabalho, independentemente se camponeses, se operários das fábricas ou se trabalhadores dos outros diversos setores e da informalidade.

c) Proprietários de terras: Podemos fazer uma diferenciação entre estes: 1) a pequena burguesia, que desenvolve uma agricultura familiar capitalizada, com posse de alguns meios de produção e tecnologia, na qual podemos incluir parte dos assentados da reforma agrária. Esse grupo atua politicamente conforme a conjuntura. Em alguns momentos alia-se ao agronegócio e, em outros, alia- se ao proletariado; 2) camponeses com terra e Sem Terra podem ainda ser considerados, em muitos casos, trabalhadores assalariados temporários ou permanentes. Por último, afirmamos que existe parte do campesinato com consciência de classe, mesmo que possuam pequenas propriedades e estes estão vinculados às organizações populares e sindicais, participam das mobilizações e lutas sociais.

Devemos destacar que os camponeses com consciência de classe são uma pequena parte e esses são o motor da luta de classes no campo. Esses sujeitos formam sua consciência de classe e, na medida em que participam ativamente dos processos de lutas, assumem tarefas orgânicas nos movimentos, fazendo parte dos processos de estudos realizados. Na maioria das vezes, esses camponeses não recuam ideologicamente e continuam praticando os valores humanistas e socialistas em suas relações cotidianas.

CAMPESINISTAS E DESCAMPESINISTAS

Depois de refletir sobre questões da realidade e perpassar rapidamente algumas questões colocadas por Marx em relação ao campesinato e às classes sociais, pretendemos agora analisar e refletir

sobre questões que alguns pensadores trazem sobre o fim e a permanência do campesinato, sempre tentando buscar elementos teóricos nos clássicos.

Lenin analisou o capitalismo na Rússia (aliás, muito mais atrasado que o capitalismo ocidental) e como o desenvolvimento capitalista na agricultura foi se estruturando. Para isso, estabeleceu uma polêmica contra o populismo, que acreditava na homogeneidade e na estabilidade da sociedade camponesa, aspectos esses que seriam capazes de abortar o desenvolvimento capitalista do país. Realizou duras críticas à tais concepções e elaborou reflexões a respeito do assunto, que continuam atuais na pauta política.

Afirmava que o desenvolvimento capitalista na agricultura transformaria o campesinato em proletários, e, para comprovar sua afirmação, desenvolveu um estudo detalhado do campo russo sobre o qual elaborou análises de fundamental importância. Por outro lado, Chayanov estudou as unidades econômicas de produção camponesas tentando entender e resolver problemas locais da economia. Diferentemente de Lenin, não teve o interesse de estudar a economia nacional, nem mesmo relacionar os seus estudos particulares com a totalidade capitalista. A partir dessas análises, duas compreensões distintas e complexas surgem sobre o caminho percorrido pelos camponeses russos. Lenin elaborou sua análise afirmando que:

> (...) o conjunto de contradições existentes no interior do campesinato constitui o que denominamos desintegração do campesinato (...) O campesinato antigo não se 'diferencia' apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (...) e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados (LENIN, 1988, p. 113-114).

De fato, as relações internas do campesinato são contraditórias, sendo difícil encontrar uma teoria capaz de explicá-lo em sua totalidade, até porque as formas de trabalho que os camponeses desenvolvem são bastante diferentes, mesmo dentro de cada país. O campesinato antigo era composto pelos camponeses com características feudais e produção mercantil ainda existente na Rússia do início do século XX.

Logicamente que, sob o modo de produção capitalista, eles deixariam de existir como tal, incorporando-se, de algum modo, ao novo processo de produção dominante: uns se tornariam donos dos meios de produção, e outros, venderiam sua força de trabalho. Estabelecer-se-ia um processo de desintegração do campesinato pelo qual estes se tornariam proletários, assalariados temporários e permanentes.

Se o modo de vida camponês estava em um processo de desintegração, outras formas de trabalho e organização econômica, social, política, mais características do desenvolvimento capitalista na Rússia, assumiriam seu lugar. Lenin analisou esse momento histórico e concluiu que os camponeses feudais seriam substituídos pelo proletariado rural e pela burguesia rural, ou seja, alguns concentrariam mais propriedades, produziriam para a indústria e para o mercado, enquanto outros se tornariam assalariados, venderiam sua força de trabalho para a burguesia rural em troca de salários, e com isso poderiam consumir os produtos produzidos pela indústria. Esse processo seria desenvolvido de forma lenta e gradual, até que os camponeses acabassem e fossem substituídos totalmente pelos assalariados. Os camponeses seriam uma classe em transição, pequena parte dela atingiria a condição social de burguesia rural enquanto a grande massa se tornaria proletária, sendo parte desta formada de assalariados rurais e a outra de assalariados empregados na construção civil e na indústria capitalista.

> O proletariado rural (...) envolve o campesinato pobre, incluído aí o que não possui nenhuma terra. Esse novo ator social do campo russo, que se caracteriza pela venda de sua força de trabalho, de forma sistemática ou eventual, e possui metade dos estabelecimentos agrícolas (...) possui estabelecimentos de extensão ínfima, cobrindo pedacinhos de terra e, ademais, em total decadência (cujo testemunho é a colocação da terra em arrendamento); não pode sobreviver sem vender a sua força de trabalho, seu nível de vida é extremamente baixo (LENIN, 1988, p. 116).

Os camponeses pobres, com pequenos pedacinhos de terra, aqueles com estabelecimentos ínfimos, possuíam metade dos estabelecimentos agrícolas na Rússia; esses colocavam seus estabelecimentos para arrendamento e trabalhavam como assalariados para a burguesia rural e para as indústrias. Esse novo sujeito social no campo, essa nova forma híbrida de trabalho no campo, um "camponês assalariado" com terra, mas buscando renda fora dela, (dono do meio de produção) se tornaria definitivamente um proletário e não mais um camponês, sua terra já arrendada seria adquirida pela grande burguesia.

Desse modo, quais serão as consequências dessas relações de trabalho no campo (que, aliás, não é nova), sobre o sujeito camponês assalariado vivendo nos territórios da reforma agrária? A tendência é resistir como camponês? Ou se tornar proletário? Estas questões fazem parte de um processo em andamento, continuam sem respostas e as reflexões permanecem abertas. Todavia, o mais importante é identificar qual o papel desses sujeitos nos processos das lutas populares e qual projeto é capaz de combater radicalmente a lógica do capitalismo. No mesmo contexto histórico, o principal representante do populismo russo afirma que "(...) a unidade econômica campesina elege para a

realização de sua força de trabalho as oportunidades da agricultura e as atividades agrícolas que lhe garantem na totalidade, remuneração mais alta por unidade de produção familiar" (Chayanov, 1974, p. 14).

O aspecto central da teoria de Chayanov está na afirmação de que a unidade de produção familiar agrícola é regida por princípios diferentes da unidade de produção capitalista e tem uma relação de estranhamento à lógica do capital. Ele faz um frequente balanço entre o esforço realizado pelo trabalho do camponês e a satisfação das necessidades da família, condicionando o trabalho às necessidades. A extensão das terras cultivadas será essencialmente pela força de trabalho da família, não pela contratação de mão de obra. Baseados nesses argumentos, os defensores do campesinato defendem que os camponeses não reproduzem relações capitalistas porque não contratam trabalhadores assalariados e sua produção não é para o mercado capitalista. A produção camponesa apenas atende às necessidades das famílias, o excedente é guardado para garantir o alimento para os anos seguintes. Aqui se aplica a forma M-D-M e, talvez, essa realidade fosse comum no campo russo no início do século XX.

> El campesino no tiende a sobrepasar un límite fijado por ciertas necesidades y del cual depende el grado de explotación de su fuerza de trabajo; si hay excedente el equilibrio se restablece mediante una reducción, en siguiente ano económico, del desgaste de energía. El campesino es uno conservador. La economía campesina es uno modo de producción en el mismo nivel que los modos de producción esclavista e capitalista (CHAYANOV, 1974, p. 18).

A economia agrícola familiar está equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de produtos que se transformam em bens de uso. A estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível impor a estrutura capitalista de produção nesse tipo de economia. Não é possível distinguir a renda da terra, salário ou remuneração do capital investido, sendo a renda obtida pela família como um todo indivisível e, portanto, sendo o trabalho desenvolvido pela família como algo diferente, tanto da atividade do capitalista, quanto da atividade do proletário. Na verdade, o camponês não faz a distinção da renda, salário, trabalho e o capital investido; porém, essa diferenciação existe, está inserida na realização do trabalho e da produção camponesa.

A defesa da especificidade do modo de produção camponês permanece viva nas elaborações teóricas dos campesinistas até recentemente.

> (...) Chayanov elaborou uma teoria do funcionamento das unidades produtivas baseada fundamentalmente no trabalho da família. Enquanto a renda dependesse fundamentalmente do trabalho familiar haveria um

> balanço entre a penosidade deste trabalho e as necessidades de consumo da família: uma vez preenchidas as necessidades, cada unidade adicional de trabalho passa a ter, para a família, um valor decrescente (ABRAMOVAY, 1998, p. 6).

Outro elemento importante da teoria de Chayanov, retomado por Abramovay, é a questão das necessidades de consumo da família camponesa, uma vez que, preenchidas suas necessidades, o camponês passaria a trabalhar menos. Essa questão importante levantada pelo autor permanece como base para a defesa da economia camponesa e das relações não capitalistas do campesinato, pois nela não se produz mercadorias.

Hoje, é notável que esse argumento não é real, porque o camponês atual não consegue autonomia em relação ao mercado, ele precisa criar um excedente do que produz a fim de obter outras mercadorias que necessita para a reprodução da família camponesa. Direta ou indiretamente, o modo de produção capitalista hegemônico acaba por incidir sobre as relações de trabalho dos camponeses. É possível que em alguns locais isolados ainda possam existir comunidades alheias às influencias do capitalismo, mas as exceções não podem ser generalizadas, mesmo que esse seja um exemplo importante de resistência.

No entanto, é importante ressaltar que isso acontece na teoria, essencialmente porque no cotidiano dos movimentos dos trabalhadores do campo as relações de trabalho e produção, como a luta pela sobrevivência e pelos sujeitos que vivem do trabalho, vêm assumindo a dianteira. O movimento dialético da história, com todas as suas contradições, vem trazendo mudanças profundas sobre o modo de vida camponês e dado razão às análises desenvolvidas por Lenin. Só o tempo responderá tantas questões que hoje imaginamos, porque a realidade, na maioria das vezes, é muito mais rápida e sempre está na frente das diversas teorias.

O modo de produção capitalista cria necessidades de consumo de forma permanente em todos os trabalhadores, sejam eles do campo ou das cidades e nos territórios da reforma agrária não são diferentes. Aliás, em sua grande maioria reproduzem também relações capitalistas de produção, sobretudo por meio da lógica do agronegócio. É evidente que a reprodução do modo de vida burguês está presente no conjunto da sociedade e não somente nos territórios da reforma agrária. Chayanov, ao citar Marx, reforça esse argumento afirmando que:

> El tanto, el campesino está inmerso en relaciones de mercado, nuevas necesidades son creadas continuamente de varias formas. La producción mercantil simple nunca alcanza a constituirse en un modo de producción dominante y como tal puede estar presente y desarrollarse bajo diferentes modos de producción. Es un jugador oportunista (CHAYANOV, 1974, p. 18).

Shanin (1979) traz para a discussão a forma como o conceito de campesinato opera dentro do processo de produção do conhecimento da sociedade e os problemas que o uso desse conceito pode trazer, quando usados fora do contexto histórico. O que permanece, na realidade, embora em condições diferenciadas, são camponeses empresariais, envolvidos com relações de trabalho capitalistas, e, em alguns lugares isolados, levando em conta as diferenciações regionais, o campesinato resiste enquanto identidade e com algumas experiências autônomas.

> Los términos fuera de contexto y los expresan generalizaciones en períodos históricos concretos tienen la desagradable costumbre de convertirse en reificaciones de la realidad, o peor aún, en manipulaciones conscientes de hábiles políticos y académicos en busca de prestigio. En efecto, los campesinos no pueden ser comprendidos o ni siquiera descritos de manera apropiada fuera de su escenario societal general, y lo mismo puede decirse del contexto histórico (SHANIN, 1979, p. 11).

Mesmo com toda resistência camponesa, parte importante desse segmento continua migrando para as cidades de forma lenta e gradual, intensificando o processo de proletarização que atinge o setor. Sobre a questão é importante saber reconhecer esse imperativo movimento das mudanças às formas de trabalho e consequentemente da constituição da classe no campo. Na medida em que ficamos somente na defesa da identidade de ser camponês, não acumulamos para a luta da classe trabalhadora, pois olhamos somente um lado da moeda e não articulamos ações que reforcem as bandeiras da classe.

É importante ressaltar que os camponeses, nesse momento histórico, não servem somente como "exército de reserva" para o trabalho no campo, mas também aumentam as fileiras de trabalhadores informais, estão sempre em prontidão para atenderem e suprirem as necessidades dos trabalhos formais e informais; contudo, o camponês que migra para as cidades, na sua maioria, se insere nos trabalhos informais e temporários.

> Los campesinos sirven al desarrollo capitalista de una forma menos directa, una especie de "acumulación primitiva" permanente, ofreciendo trabajo y alimentos baratos y mercados de bienes con los que obtenen seguros beneficios. Los campesinos persisten mientras, de una forma gradual, se transforman y relacionan con la economía capitalista que les envuelve, adentrándose en lo mas íntimo de su ser (SHANIN, 1979, p. 20).

Cabe salientar que os camponeses que resistem no campo não estão alheios, mas inseridos e servindo ao desenvolvimento capitalista. Permanecem oferecendo trabalho e alimentos baratos, condição que denuncia exploração pela lógica do capital. Reforçando o que já dissemos acima, destacamos que, de um modo ou de outro, os camponeses são obrigados a se relacionar com a economia capitalista, que influen-

cia de forma íntima a lógica do camponês. Neste sentido, mesmo que não contratem trabalhadores assalariados, as unidades de produção familiares mantêm a lógica da propriedade privada, reproduzem a cultura do individualismo e do consumismo e produzem mercadorias para as grandes empresas capitalistas. Os valores capitalistas estão presentes nos camponeses como em qualquer outro trabalhador.

> Esta posición supone que el excedente generado en el sector minifundista y extraído por la economía capitalista es cuantitativamente significativo, y por tanto necesario para la supervivencia de una agricultura capitalista. Según esta argumentación, la agricultura capitalista procurará regenerar continuamente al sector minifundista allí donde el proceso de expansión capitalista en la agricultura tienda a eliminarlo (...) el permanente conflicto de clases rurales entre los monopolistas de la tierra y los campesinos amenaza a estos últimos con el despojo de sus tierras para garantizar la supervivencia y para reforzar la posición monopolistas de aquéllos. Por otro lado, los monopolistas procuran reconstituir o regenerar el campesinado, también para garantizar su supervivencia y la lucratividad de sus empresas y del sistema (FEDER, 1977, p. 1441).

Ernest Feder, alemão, estudioso do campesinato mexicano e latino-americano, mesmo não aceitando os argumentos dos campesinistas, analisa o processo de regeneração do campesinato. Entretanto, acorre nas zonas de cultivo marginais e os camponeses vão sendo empurrados para as terras de pior qualidade e em locais muito distantes dos centros urbanos, realidade de vários países latino-americanos. Com o isolamento dos camponeses, os latifúndios monopolistas concentram ainda mais a propriedade da terra.

> Podría pensarse que, como los campesinistas consideran a la regeneración del campesinado una parte integrante del proceso de expansión capitalista, la teoría, si es coherente, debería aplicarse no solamente a las economías agrícolas capitalistas subdesarrolladas y dependientes, sino también a las naciones industrializadas. Nuestros campesinistas verían sin duda una prueba de la exactitud de su teoría (FEDER, 1977, p. 1441).

Com toda importância que tem a resistência e a luta de classes no campo, os camponeses quase sempre são os perdedores, e, mesmo que exista um processo de lutas para regenerar esses sujeitos, os resultados positivos são pequenos e não se sustentam em longo prazo, pois muitos, na medida em que reproduzem as relações capitalistas, entram numa concorrência desigual no mercado, fator que os leva a arrendarem suas terras para empresas agrícolas e se assalariarem, muitas vezes na própria empresa. Mesmo que os campesinistas considerem a regeneração do campesinato como parte integrante da expansão do capitalismo é difícil sustentar-se quando o capitalismo se desenvolve no campo. Pode-

mos dizer que em regiões onde o capitalismo se desenvolveu com mais rapidez, o processo de proletarização ocorreu de forma mais rápida, e, onde o capitalismo está mais atrasado, os camponeses resistem.

> Los campesinos resultan marginados, decreciendo la importancia de la agricultura campesina en la economía nacional. Además, el más lento crecimiento de su producción la convierte en un remanso estancado dentro de la corriente veloz de la economía del país. Algunos tipos de unión con el capitalismo para la estabilización de algunas características campesinas específicas era cada vez más y mejor percibida y aun destacada como una de las posiblemente más importantes pautas de trasformación de la agricultura campesina contemporánea (SHANIN, 1974, p. 28).

É possível que os camponeses sejam capazes de produzir a força de trabalho a um custo menor para a economia capitalista que outros setores. Neste sentido, o setor moderno capitalista tem interesse em manter o camponês ou mesmo recriar o trabalho camponês e a economia camponesa capitalista, desde que essa seja subordinada à lógica do capital. Se analisarmos a reforma agrária realizada no capitalismo, notamos que esta se inclui nessa perspectiva funcional, pois continua subordinada e inserida no modo de produção capitalista e contribui com a produção de mercadorias sob o controle do capitalismo. Quando esse processo ocorre, os camponeses se tornam conservadores e não se percebem enquanto classe camponesa, mas enquanto proprietários de terras assumindo a identidade da burguesia agrária. Feder analisa que:

> Los campesinistas presentan una muy amplia variedad de puntos de vista políticos. Lo que presen tener en común es no solo la convicción de que el sistema necesita al sector minifundista, sino también la de que las medidas económicas y políticas para preservarlo o aumentarlo son necesarias y eficaces y, por tanto coherentes con la expansión capitalista en la agricultura (FEDER, 1977, p. 1444).

Se a burguesia necessitar dos camponeses como um amortecedor político, encontrará os meios econômicos para preservá-los e recriá-los, calcando, assim, uma base econômica e política a esta aliança de classe. Se o agronegócio necessitar dos camponeses para qualquer questão política e econômica, com certeza irá construir mecanismos para subordiná-los. Neste sentido, podemos destacar a lógica da agricultura familiar inserida no projeto econômico da burguesia agrária, através da qual os camponeses reproduzem economicamente o agronegocinho, apenas porque são minifundistas, pois caso tivessem mais terra estariam envolvidos com o agronegócio, ou seja, ideologicamente se comportam como latifundiários/capitalistas.

> (...) los descampesinistas sostienen que los minifundistas están en vías de desaparición y que la eliminación o la extinción de los campesinos

> por parte del capitalismo supone su transformación en asalariados sin tierra, es decir, en un proletariado rural en sentido estricto, también puede decirse que los descampesinistas pertenecen a la escuela de los proletaristas (FEDER, 1977, p. 1443).

Os camponeses não desapareceram conforme Lenin e os descampesinistas afirmavam, mas também os camponeses que resistem, em sua maioria, reproduzem relações capitalistas, contradizendo com a tese de Chayanov e dos campesinistas. Esses camponeses se diferenciam ainda hoje com algumas características próprias, alguns se tornam empresários familiares, reproduzem relações capitalistas e muitos se tornam assalariados e migram para as cidades. De fato, se analisarmos as últimas duas décadas, a diminuição dos camponeses é verdade consumada, mesmo com todo o processo de luta pela reforma agrária e pela recamponeisação.

Não podemos entender o campesinato no Brasil se não analisarmos seu papel histórico. Mas o problema principal de algumas elaborações intelectuais é que, além do fato de estarem muito distantes da realidade do campo e transportarem as teorias baseadas nas especificidades de alguns países, tentam encontrar aqui o tipo de camponês ideal, sem levar em conta o desenvolvimento histórico de cada país e o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura.

Esse processo de transposição mecânica da teoria para a realidade configura-se como antidialético e positivista, sendo essa talvez a causa dos embates sobre o conceito de campesinato. Essa lógica de análise formal tem como base a herança da filosofia medieval, onde não é possível analisar as contradições como processo. Outra questão de importância para nossa discussão é saber se é possível articular os interesses de camponeses e proletários na luta contra o capital. Segundo campesinistas e descampesinistas, isso não é possível, pois a classe camponesa e a classe operária disputam entre si quem são os melhores sujeitos na luta política: parece uma partida de futebol, onde um quer se sobrepor ao outro.

Para Marx, o verdadeiro antagonista do capital é o proletariado, o camponês era antagonista do senhor feudal. No capitalismo, ele pode aliar-se com a burguesia ou com o proletariado, ele não é uma classe para si. Portanto, é fundamental fazer o debate da classe trabalhadora, não somente classe camponesa ou classe operária. Na medida em que ampliamos a compreensão de quem são os sujeitos que compõem a classe trabalhadora, podemos acumular na luta contra o capital, contra a exploração dos trabalhadores que vivem no campo e nas cidades. A definição de classe trabalhadora citada abaixo poderia contribuir para superar o antagonismo entre campesinistas e descampesinistas:

> A Classe Trabalhadora hoje, diante dos desdobramentos do complexo da reestruturação produtiva, a polissemia do trabalho, requer que consideremos como parte integrante: o conjunto dos trabalhadores que vivem da sua força de trabalho; aqueles que mesmo se garantindo com certa autonomia em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs; os trabalhadores proprietários ou não dos meios de produção e inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho familiar na agricultura e que são inteiramente subordinados ao mando do capital; da mesma forma, os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares; o conjunto dos trabalhadores que lutam pela terra, inclusive os camponeses desterrados, posseiros, meeiros e todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, da produção e venda de artesanatos, pescadores etc. (THOMAZ, Jr. 2001, p. 8).

Porém, para que essa elaboração teórica seja efetivada na prática, na luta contra o capital, o camponês e o operário precisam passar por um processo de desconstrução teórica, política e na prática das relações de trabalho, pois a partir do momento que superamos essa dicotomia e ampliamos nosso conceito de classe trabalhadora (ao invés de classe camponesa ou classe operária), podemos juntar forças e lutar contra todos os exploradores.

Para concluir, retomo a ideia central deste ensaio. O processo de proletarização dos camponeses se dá de forma lenta, permanente e depende do nível do desenvolvimento capitalista na agricultura, que varia de acordo com a região ou país. Não há problema em ser camponês ou operário, independentemente do território em que o trabalhador viva de seu trabalho; se o camponês e o operário não fazem lutas de forma direta contra o capital, estão inseridos na lógica capitalista. Essa realidade faz o problema ser maior. Portanto, a luta contra a exploração capitalista deve ser feita por todos aqueles que são explorados, seja no campo ou nas cidades, e por isso a compreensão ampliada da classe trabalhadora é estratégica para o acúmulo de forças na luta contra o capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão*. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

CHAYANOV, V. A. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

FEDER, E. Campesinistas y descampesinistas. *In: Comércio Exterior*, vol. 27. nº 12. México, diciembre de 1977, p. 1439-1446.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial *In: Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 173-224.

KAUTSKI, K. *A Questão agrária*. Apresentação de Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Laemmert S.A., 1968.

KAY, Cristóbal. Pobreza rural en América Latina: teorías y estrategias de desarrollo. *Revista Mexicana de Sociología 69*, n. 01. México, enero-marzo, 2007, p. 69-108.

LENIN, V. L. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*: processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Vols. I e II. Tradução de José Paulo Netto. Revisão de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988 (Os Economistas).

_____. *La alianza de la clase obrera y el campesinado*. Buenos Aires, 1960.

MARX, Karl. *O Capital:* crítica da economia política. Vol I – Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1988.

_____. *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Moraes, 1987.

MARTINS. J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1981.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*: o socialismo do século XXI. Tradução Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001. 4ª edição. (Caminhos da Geografia)

THOMAZ, JUNIOR, A. *Por uma geografia do trabalho*. IV Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 2002. Disponível em: *www.ub.es/gecrit/c4-athoj.htm*

_____. *A (des)ordem societal e territorial do trabalho*. Os limites para a unificação orgânica. *In:* MARQUES, M. I. ; OLIVEIRA, A. U. (orgs.). *O campo no século XXI*: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. São Paulo: Laboratório de Geografia Rural, 2004. p. 71-85.

_____. *Se camponês, se operário!* Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. Presidente Prudente, 2006. (Geografia e Trabalho no século XXI). Vol. II.

_____. *Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI*. Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos. 997p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009.

_____. Sinal dos tempos do capital: irreformabilidade e emancipação! *In:* ALVES, J.; PONTE, K. F.; THOMAZ JUNIOR, A. (Orgs.). *Geografia e trabalho no Século XXI*. Presidente Prudente: Editorial Centelha/CEGeT, 2011. Vol. VI, p. 5-28.

_____. Os desafios rumo a um projeto para o Brasil! Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas. *Revista da Anpege*, v. 07, n. 01. São Paulo: 2011. p. 307-329.